



# CULTURA, IDENTIDADES E GÊNERO

Andréa Mazurok Schactae  
Helaine Christina Oliveira de Souza  
(Orgs.)



As iniciativas de organização do evento Ciclo de Debates sobre Cultura, Identidades e Gênero e a publicação dessa coletânea refletem a preocupação e comprometimento em ofertar à comunidade acadêmica do *campus*, assim como, para a comunidade do município e da região, a oportunidade de discutir e refletir criticamente universos culturais e sociais que contribuam para uma formação humanística, integração de saberes e na busca pela emancipação humana. Portanto, este livro é parte de um projeto, de uma história e de um futuro, construídos por relações humanas, pesquisas e sonhos. O livro *Cultura, Identidades e Gênero* é um projeto coletivo, desenvolvido no Grupo de Estudos Cultura, Identidades e Gênero (GECIG), do CNPQ, criado em 2017. A ideia de construção do grupo foi apresentada pelo professor e filósofo Fernando de Sá Moreira, que, atualmente, exerce suas funções na Universidade Federal Fluminense, e foi gestada por docentes/pesquisadores do campus do Instituto Federal do Paraná de Telêmaco Borba. No ano de 2018, realizou-se o I Ciclo de Debates sobre Cultura, Identidades e Gênero, com o objetivo de divulgar pesquisas realizadas no GECIG, bem como de pesquisadores de outras instituições de ensino e pesquisa. O resultado são seis capítulos com temáticas sobre cultura, identidades e gênero, abordando recortes espaciais locais e regionais, que dialogam com acontecimentos nacionais e transnacionais. Todavia, a linha que costura os diversos tecidos de tramas sociais, percebidas em diferentes tempos, espaços e sujeitos, são as relações sociais e culturais que vivenciam experiências subjetivas e identitárias, que, por sua vez, produzem e re-significam culturas.



## **Cultura, Identidades e Gênero**



# Cultura, Identidades e Gênero

Organizadoras

**Andréa Mazurok Schactae**

**Helaine Christina Oliveira de Souza**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

**Arte de capa:** AGSANDREW - <https://www.shutterstock.com/g/agsandrew>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

SCHACTAE, Andréa Mazurok; SOUZA, Helaine Christina Oliveira de (Orgs.)

Cultura, Identidades e Gênero [recurso eletrônico] / Andréa Mazurok Schactae; Helaine Christina Oliveira de Souza (Orgs.)

-- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

150 p.

ISBN - 978-65-5917-143-9

DOI - 10.22350/9786559171439

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Cultura; 2. Identidades; 3. Gênero; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

---

CDD: 170

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética 170

# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>9</b>
<hr/>	
Helaine Christina Oliveira de Souza Andréa Mazurok Schactae	
<b>1</b>	<b>15</b>
<hr/>	
<b>A teoria dos processos civilizadores em curta duração: análise de micro processos coercitivos em Monte Alegre – PR (1942-1946)</b>	
Ana Flávia Braun Vieira Miguel Archanjo de Freitas Junior	
<b>2</b>	<b>45</b>
<hr/>	
<b>Processos migratórios e a preservação da cultura rural no espaço urbano</b>	
José Aparício da Silva	
<b>3</b>	<b>64</b>
<hr/>	
<b>Marcadores territoriais da fé popular em Ponta Grossa: resistência social e cultural</b>	
Maximillian Ferreira Clarindo Nicolas Floriani	
<b>4</b>	<b>91</b>
<hr/>	
<b>Ana Cristina Cesar e o feminino como signo de subversão</b>	
Daniel José Gonçalves	
<b>5</b>	<b>115</b>
<hr/>	
<b>Construindo um nome e atribuindo um significado: mulheres policiais militares</b>	
Andréa Mazurok Schactae	
<b>Autoras e Autores</b>	<b>148</b>
<hr/>	



## **Apresentação**

*Helaine Christina Oliveira de Souza*

*Andréa Mazurok Schactae*

A Rede Federal de Educação Profissional no Brasil é centenária, visto que a primeira iniciativa deu-se em 1909, quando o então Presidente Nilo Peçanha instituiu a “Escola de Aprendizes e Artífices”, em diversas capitais dos Estados. A oferta de educação profissional, historicamente, foi atravessada por diversas perspectivas ideológicas que moldaram as especificidades da formação da força de trabalho no país, visando objetivos distintos e marcadamente dualistas estruturalmente (de um lado, a educação propedêutica, para os mais abastados, e, de outro, a educação profissional, voltada a atender à formação para o trabalho dos filhos da classe trabalhadora). Atualmente, ainda é concebida como campo de disputas e conflitos de ordem ideológica, que buscam por hegemonia na área educacional.

Pode-se dizer que foi com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que ocorre uma reconfiguração significativamente positiva na Rede Federal, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e educacionais no país, por meio de mecanismos de inclusão e qualidade, além de prever a expansão da rede. Desse modo, os Institutos Federais de Educação são resultantes de discussões sobre educação, que ocorreram no decorrer dos anos da primeira gestão do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), as quais foram orientadas por reflexões voltadas a garantir melhores oportunidades de vida e trabalho por meio da formação acadêmica e profissional de qualidade. Tais iniciativas também estavam em consonância com o projeto político e social do governo.

Diante disso, a partir de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional foi remodelada e ancorada em uma “nova arquitetura acadêmica”, nos dizeres de Célia Regina Otranto (2015)<sup>1</sup>, e representou um amplo salto em direção à democratização, interiorização, verticalização e maiores oportunidades educacionais para os estudantes que dependem da gratuidade do ensino no país e comprometida com o desenvolvimento regional. A oferta de ensino nos Institutos Federais perpassa desde o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional até a Pós-graduação. Atualmente, fazem parte da Rede Federal 661 unidades, presentes em todo o Brasil, a qual é constituída por Institutos Federais, Escolas Técnicas, Universidade Tecnológica, o Colégio Pedro II e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Esses novos contornos da educação profissional ofertada pela Rede Federal foram responsáveis por irem além da formação profissional, visto que se entendeu como fundamental a formação humanista, ou seja, para vida e para o mundo do trabalho. Quer dizer, buscou-se idealizar um projeto institucional e pedagógico que fosse baseado na formação integral do ser humano, em todas as suas potencialidades (humana, intelectual, política, artística, profissional/tecnológica e cidadã), comprometida com a emancipação humana.

A formação humana integral parte dos princípios da formação omnilateral<sup>2</sup>, que é viabilizada por meio da educação e deve propiciar a transformação de indivíduos em cidadãos conscientes, autônomos e críticos. Entende-se que o objetivo é proporcionar melhores condições de vida e trabalho para jovens e adultos em formação.

---

<sup>1</sup> OTRANTO, Célia R. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: novo locus de formação docente no Brasil. In: SILVA JÚNIOR, J. R.; SOUSA, J. V.; AZEVEDO, M. L. N.; CHAVES, V. L. J. (ORGs.). **Educação Superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, p. 229-253, 2015.

<sup>2</sup> O conceito de formação omnilateral diz respeito à formação integral do ser humano, no sentido de desenvolver as diversas potencialidades nas mais distintas instâncias que constituem os saberes, contrária à concepção de formação unilateral, superficial e restrita a determinadas áreas do conhecimento.

Trata-se, assim, de um projeto mais amplo, um projeto de sociedade que se constitui individualmente como um projeto de vida, alcançado por meio da educação de qualidade e viabilizado pela integração ensino, pesquisa e extensão. Não por coincidência, a educação é compreendida como principal instrumento de transformação social e se constitui como direito social.

Portanto, um dos objetivos fundamentais dos Institutos Federais é democratizar a educação de qualidade que possibilite transformar e formar para a cidadania, para o trabalho e para a vida. A formação profissional e humana são elementos que integram a formação integral. O intuito é de colaborar para que a democracia, a igualdade, a tolerância, o respeito às diversidades sociais e raciais formem realidades, visando à transformação econômica e social, no contexto de um país extremamente desigual.

Entende-se que a via para o fortalecimento dos Institutos Federais no cumprimento da sua missão é que haja valorização do corpo docente e técnico, dos funcionários e prestadores de serviço que fazem parte da instituição, não somente em relação à remuneração, mas também das condições de trabalho, infraestrutura e autonomia. Visto que é por meio desses agentes que ocorrem a efetivação dos propósitos institucionais junto à comunidade acadêmica.

A atuação dos Institutos Federais, nos municípios e regiões do Brasil, cumpre um papel fundamental de garantir oportunidades educacionais àqueles excluídos historicamente, além de possibilitar o desenvolvimento regional, por meio da pesquisa e extensão e formação qualificada. Diante disso, a consolidação, a expansão e a continuidade da instituição são imprescindíveis para o desenvolvimento social e econômico, principalmente em regiões do interior do país.

No processo de interiorização dos Institutos Federais, no país, destaca-se a criação do *Campus* Telêmaco Borba, do Instituto Federal do Paraná (IFPR), que iniciou suas atividades em 2010, e expandiu gradualmente os cursos, o corpo docente e técnico, além do volume de matrículas de novos estudantes. Atualmente, é um dos *campi* mais bem estruturados no Estado do Paraná e possui uma função social significativa no município. O trabalho pedagógico, cultural e social realizado no interior da instituição é visível por meio da trajetória dos egressos do *campus*, visto que ampla parcela reconhece a qualidade do ensino ofertado, que garantiu tanto formação para continuidade dos estudos como para entrada no mundo do trabalho.

As iniciativas de organização do evento **Ciclo de Debates sobre Cultura, Identidades e Gênero** e a publicação dessa coletânea refletem a preocupação e comprometimento em ofertar à comunidade acadêmica do *campus*, assim como, para a comunidade do município e da região, a oportunidade de discutir e refletir criticamente universos culturais e sociais que contribuam para uma formação humanística, integração de saberes e na busca pela emancipação humana.

Portanto, este livro é parte de um projeto, de uma história e de um futuro, construídos por relações humanas, pesquisas e sonhos. O livro *Cultura, Identidades e Gênero* é um projeto coletivo, desenvolvido no Grupo de Estudos Cultura, Identidades e Gênero (GECIG), do CNPQ, criado em 2017. A ideia de construção do grupo foi apresentada pelo professor e filósofo Fernando de Sá Moreira, que, atualmente, exerce suas funções na Universidade Federal Fluminense, e foi gestada por docentes/pesquisadores do *campus* do Instituto Federal do Paraná de Telêmaco Borba. No ano de 2018, realizou-se o I Ciclo de Debates sobre Cultura, Identidades e Gênero, com o objetivo de divulgar pesquisas realizadas no GECIG, bem como de pesquisadores de outras instituições de ensino e pesquisa.

No ano de 2019, realizamos o II Ciclo de Debates e nós – Helaine Christina Oliveira de Souza e Andréa Mazurok Schactae –, decidimos que deveríamos organizar um livro, com alguns textos de pesquisadores que participaram das mesas e palestras, realizadas ao longo dos anos de 2018 e 2019. Enviamos o convite e, no início de 2020, recebemos os últimos textos.

O resultado são cinco capítulos com temáticas sobre cultura, identidades e gênero, abordando recortes espaciais locais e regionais, que dialogam com acontecimentos nacionais e transnacionais. Todavia, a linha que costura os diversos tecidos de tramas sociais, percebidas em diferentes tempos, espaços e sujeitos, são as relações sociais e culturais que vivenciam experiências subjetivas e identitárias, que, por sua vez, produzem e re-significam culturas.

No primeiro capítulo, Ana Flávia Braun Vieira e Miguel Archanjo de Freitas Junior analisam o processo de construção de Monte Alegre, no interior do Paraná, nos anos de 1940. O estabelecimento da Fábrica Klabin, em Monte Alegre, produz uma nova cultura do trabalho e de trabalhador – o operário –, em um local em que só existiam trabalhadores rurais. Ocorre uma transformação na percepção do tempo e das relações de trabalho. O tempo e a disciplina ordenam o trabalho na fábrica, transformando os trabalhadores rurais em operários. Um processo local, que está articulado a um projeto nacional e global de industrialização.

No capítulo dois, José Aparício da Silva, mergulha na relação entre a cultura rural e a urbana, a partir da experiência de migrantes, que deixam a região rural de Itaiacoca, distrito de Ponta Grossa. Um processo que marca a transformação do mundo tradicional rural para o mundo urbano, ao longo do século XX, no Ocidente. A mescla entre o rural e o urbano é percebida nas experiências das pessoas que migram para o espaço urbano do município, no período entre as décadas de 1970 e 1990. Vale destacar,

que a relação entre a cultura rural e a cultura urbana, experienciada pelos imigrantes, produz uma nova forma de dar significados para as realidades, que podemos identificar como uma experiência cultural “rural-urbana”.

No capítulo três, Maximilian Ferreira Clarindo e Nicolas Floriani analisam a permanências e sobrevivências de práticas tradicionais no espaço urbano de Ponta Grossa, as quais são percebidas como originárias de uma cultura rural. Ao voltar o olhar para as benzedeadas e a religiosidade popular, os pesquisadores observam os saberes e as práticas tradicionais, que se constituem em experiências que formam uma complexidade cultural, no espaço urbano, bem como, múltiplas territorialidades.

No capítulo quatro, Daniel José Gonçalves mergulha na subjetividade feminina, na poesia de Ana Cristina Cesar, nos anos de 1970. Uma escrita que subverte os padrões de feminino. Ao caminhar entre as palavras da escritora, o autor revela a constituição de múltiplas experiências de feminilidades na sociedade brasileira dos anos de 1970.

No capítulo cinco, Andréa Mazurok Schactae revela as tensões e contradições presentes no processo de invenção de uma nomenclatura para as mulheres que vestem a farda da Polícia Militar do Paraná, entre 1977 e 2000. Um processo de atribuição de identidade para a Polícia Militar Feminina e para as policiais, marcado por relações de poder genericadas. A análise da legislação nesse período, revela que o processo de construção de um nome, para a unidade de polícia feminina, e de nomenclaturas, para as policiais, foi marcado pela resistência do Estado e da Polícia Militar em nomear as policiais como militares.

## **A teoria dos processos civilizadores em curta duração: análise de micro processos coercitivos em Monte Alegre – PR (1942-1946)**

*Ana Flávia Braun Vieira  
Miguel Archanjo de Freitas Junior*

### **Introdução**

A teoria dos processos civilizadores foi desenvolvida por Norbert Elias (2011), sociólogo que no livro *O Processo Civilizador* (vol.1) estudou a transformação de guerreiros medievais em cortesãos. Ao adotar uma abordagem processual, valendo-se de estudos empíricos de longa duração, o autor constatou a existência de uma relação de interdependência entre as transformações na estrutura da personalidade individual (psicogênese), resultantes de alterações nas figurações em que os indivíduos estão inseridos, e mudanças estruturais da sociedade (sociogênese), que resultam em modificações de personalidade daqueles que a compõem.

A opção do autor pela longa duração justifica-se em razão das características do período por ele estudado: aproximadamente 700 anos, situados entre a Idade Média e o Renascimento. Nesse período, o processo de aprendizagem de sínteses<sup>1</sup>, mediado pelo conhecimento e recursos disponíveis, ocorria de forma mais lenta – assim como a disseminação e internalização das regras sociais. Ademais, Elias estudou o processo de

---

<sup>1</sup> Segundo Elias (1998, p. 10 e 26), “nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem (...). Todo indivíduo, por maior que seja sua contribuição criadora, constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribuiu para aumentar”. O “poder de síntese” dos seres humanos lhes permitem representar de maneira concisa aquilo que a sociedade levou muito anos para desenvolver e internalizar.

transformação do *habitus*<sup>2</sup> guerreiro em cortesão. Segundo o sociólogo, a análise dos processos de civilização<sup>3</sup> e de formação de uma *segunda natureza*<sup>4</sup> deveria contemplar, ao menos, três gerações (ELIAS, 2006).

Isso não significa dizer que pesquisas com recortes temporais inferiores não possam ser desenvolvidas adotando a teoria elisiana como referencial teórico-metodológico<sup>5</sup>. Conforme Elias apontou em *A sociedade de corte*, dadas as relações de interdependência entre os indivíduos, sejam elas de caráter econômico, político ou social, existe uma pressão externa que os impele a adaptar-se aos comportamentos tidos como aceitáveis em determinada figuração (ELIAS, 2001). Tais pressões, ao longo de seu exercício, vão sendo individualizadas (ELIAS, 1994a) – conformando o *habitus* estudado por Elias na longa duração.

Assim, esse trabalho propõe adotar o modelo interpretativo de Elias sobre a sociedade de corte em um recorte temporal reduzido: não perspectivando as mudanças no *habitus*, mas analisando na curta duração os micro processos coercitivos que estimularam adequações comportamentais que contribuíram para a formação de uma *segunda natureza*. Para tanto, foram estudadas, por meio de fontes bibliográficas, as diferentes

---

<sup>2</sup> “Os indivíduos vão incorporando de modo inconsciente e imperceptível, ao longo de um processo de socialização, que leva toda uma vida, as regras, as normas, os valores, os costumes, ou seja, um *habitus* engendrado socialmente a ponto de se tornarem aptos a exercer a autocoação, que, por sua vez, permite a convivência social” (PASSIANI, 2012, p. 574).

<sup>3</sup> O processo de civilização em Elias é “entendido como a pacificação das condutas e o controle dos afetos” (CHARTIER, 1985, p. 94). Na visão de Elias, as transformações civilizatórias se direcionaram à pacificação interna das unidades de subsistência. Isto tem ocorrido porque a crescente regulação, rumo ao equilíbrio e estabilidade das emoções, contribui favoravelmente para a vida social, no que diz respeito ao aumento do prazer e da qualidade de vida de todos (ELIAS, 2006).

<sup>4</sup> Padrão de hábitos semiautomáticos que se desenvolve no interior de cada indivíduo em correspondência à estrutura social da qual faz parte.

<sup>5</sup> São exemplos de pesquisas empíricas brasileiras que adotaram a teoria dos processos civilizadores como referencial teórico-metodológico para a análise de fenômenos em escala temporal reduzida: Oliveira, (2003), Xavier; Sarat (2012), Passiani (2012), Rabelo (2013), Amorim; Ferronato (2013), Gonçalves (2013), Pereira; Rotemberg; Oliveira (2013) e Campos (2014).

formas de coerção exercidas na cidade-empresa de Monte Alegre<sup>6</sup>, entre os anos de 1942 e 1946.

A escolha da cidade-empresa de Monte Alegre para a observação de estratégias adotadas para a formação de um comportamento condizente com as relações políticas, econômicas e sociais do período está relacionada ao seu caráter de “meio-ambiente construído” (PIQUET, 1998, p. 14). Por se tratar de um investimento privado, com colaboração estadual e federal, desenvolvido em uma região considerada um sertão, onde não havia casas nem estradas (PMTB, 2019), foi possível identificar ali as intenções dos envolvidos no processo de adaptação dos trabalhadores às atividades industriais, bem como as iniciativas adotadas para tanto. Nesse sentido, foram analisados os micro processos coercitivos adotados na gestão de Luiz Vieira, entre os anos de 1942 a 1946. O recorte temporal compreende o período de permanência de Vieira na Secretaria Geral e justifica-se em razão de sua atuação como coordenador dos trabalhos de implantação da indústria: suas determinações extrapolaram o chão da fábrica e atingiram cada detalhe da vida social local (WILLER, 1997).

Dada a escassez de documentos sobre os anos iniciais da cidade-empresa<sup>7</sup>, foi adotada como fonte bibliográfica a dissertação de Marcelo Willer (1997), intitulada *Harmonia: uma utopia urbana para o trabalho*, na qual o autor analisou o uso estrutural da cidade-empresa como mecanismo de controle<sup>8</sup>. Ademais, foram incorporadas outras referências que

---

<sup>6</sup> O crescimento urbano estimulado pelo desenvolvimento de uma empresa de papel e celulose pelo grupo Klabin no interior do Paraná, promoveu, em 1964, a emancipação da localidade como município de Telêmaco Borba - PR. No início da exploração local, bastante anterior ao processo de industrialização, os arredores da Fazenda Monte Alegre eram conhecidos como *região do Alegre*, dada a proximidade com o rio Alegre. Após a chegada da Klabin, para “para viabilizar a operação da fábrica e garantir a fixação de mão-de-obra fabril, foi implantado (...) o bairro residencial da fábrica, composto pelas vilas de Harmonia, Caiubi e Operária” (PIQUET, 1998, p. 85).

<sup>7</sup> As fontes relativas a esse período da história de Telêmaco Borba - PR não estão disponíveis no município; encontram-se no Centro de Memória Klabin, em Jundiá - SP.

<sup>8</sup> A pesquisa de Willer (1997) foi desenvolvida a partir das seguintes fontes: cartas, ordens de serviço e circulares internas produzidas pela Secretaria Geral (correspondências entre Vieira e a diretoria), acervo fotográficos do período trabalhado (1942-1946) e projetos urbanísticos e arquitetônicos para Harmonia. Utilizando como referencial

apresentam, mesmo que sinteticamente, informações sobre as relações locais e emocionais do período em questão.

Este estudo possui dupla relevância: traz contribuições de caráter teórico, uma vez que apresenta uma análise de curta duração perspectivada em relação a processos civilizadores mais amplos, permitindo observar com maior clareza os avanços, desvios ou retrocessos no direcionamento de seu desenvolvimento; ao mesmo tempo, ao analisar os micro processos coercitivos adotados em Monte Alegre, que conformaram uma *segunda natureza* em relação às formas de trabalhar e viver em sociedade, espera-se lançar luz sobre as relações de trabalho, bem como sociais e emocionais, mantidas ainda hoje em Telêmaco Borba.

### **Características elementares da teoria dos processos civilizadores**

A história de uma localidade, perspectivada sob a teoria dos processos civilizadores, é formada pelas sucessivas transformações interdependentes das estruturas sociais e emocionais das diversas figurações<sup>9</sup> que a compõe. São as diferentes relações ali estabelecidas, no decorrer das gerações, que caracterizam essa formação social, seus saberes e comportamentos. Resultam desse movimento padrões para o que é ou não aceitável às diversas esferas da vida e, a partir destes referentes, os indivíduos – e, portanto, as sociedades – passam a controlar-se mutuamente, buscam diferenciar-se e, por vezes, estigmatizam condutas desviantes

---

principal as noções desenvolvidas por Foucault, estudou as relações entre “a conformação deste núcleo fabril e as reflexões sobre cidade, disciplina e modernização industrial” (WILLER, 1997, p. 13). Os estudos sobre a disciplinarização auxiliam a pensar o desenvolvimento da autossupervisão a partir de coerções externas, aspecto importante do processo civilizador.

<sup>9</sup> Segundo Elias e Dunning (1985), o conceito de figuração pode ser definido como uma “relação de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras”. Há, portanto, uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade. “Contudo, as configurações não são apenas amontoados de átomos individuais ‘orientados para os outros’: as ações de uma pluralidade de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades emergentes, tais como relações de força, eixos de tensão, sistemas de classes e de estratificação, desportos, guerras e crises econômicas” (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 25 e 26).

(ELIAS; SCOTSON, 2000). A criação de padrões para a manifestação e apreciação de comportamentos remete-se à noção de civilização, que pode ser sintetizada como “transformações do *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável” (ELIAS, 2006, p. 24).

As modificações nas estruturas psíquicas impostas pela civilização possuem uma direção específica, mas que não foi pré-concebida por um indivíduo em particular (ELIAS, 1994a). Trata-se de um “vão cego”; uma dinâmica autônoma e contínua decorrente de uma rede de relacionamentos, que, quando se modifica, muda também os comportamentos aceitáveis socialmente. O desenvolvimento desse processo ocorre a partir de alterações específicas na forma como as pessoas interagem e que lhes conformam a personalidade de um modo “civilizado”.

Segundo Elias (1993, p. 196), a diferenciação de funções foi propulsora de uma nova constituição emocional e social aos indivíduos: “À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social”. Dito de outro modo, se até certo momento do desenvolvimento social ocidental era possível agir sob o efeito de impulsos emocionais, a partir de novas relações sociais e comportamentais (como a especialização do trabalho e o conseqüente aumento da dependência mútua), mais tarde, os indivíduos foram movidos a adequar-se de acordo com o novo padrão<sup>10</sup>.

Paralelamente ao incremento da diferenciação de funções e suas conseqüências, houve uma reestruturação do tecido social, por meio de uma

---

<sup>10</sup> O nível de auto coação varia conforme as relações estabelecidas em cada figuração. Em uma mesma sociedade, existem níveis distintos de comedimento requeridos conforme a função e a posição ocupada pelo indivíduo.

organização mais estável dos órgãos centrais da sociedade e da monopolização da força física. A esse respeito, Elias (1993, p. 197) escreveu:

A estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano “civilizado”, mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Só com a formação deste tipo relativamente estável de monopólios é que as sociedades adquirem realmente essas características, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a infância, com um padrão mais altamente regulado e diferenciado de autocontrole.

Para Elias, é somente em combinação com tais monopólios que o autocontrole vai requisitando graus mais elevados, uma vez que o indivíduo é protegido contra ataques violentos ao preço da repressão de suas paixões. Paulatinamente, as pressões externas que exigem determinado padrão de comportamento vão sendo individualizadas e passam a compor a constituição psicológica dos indivíduos. Quanto mais diversificada uma sociedade, maiores serão as esferas da vida reguladas<sup>11</sup>. De acordo com Elias (1993, p. 202),

As pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta, em todos os setores de sua vida. E é exatamente na mesma direção que operam as compulsões desarmadas.

Ao conceito de compulsões desarmadas Elias correspondeu as restrições ausentes de violência física direta, que são exercidas sobre os

---

<sup>11</sup> Quanto mais amplas e profundas são as redes de dependência mútua que um indivíduo faz parte, assim como “a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro” (ELIAS, 1993, p. 198), maiores serão as mudanças em sua constituição psicológica, maior será seu nível de autocontrole.

indivíduos em espaços pacificados. Essas pressões externas possibilitam o desenvolvimento de uma “visão retroativa e prospectiva que transcende o momento e corresponde às cadeias mais longas e complexas em que cada ato se vê automaticamente incluído” (ELIAS, 1993, p. 202), exigindo constante disciplina em relação às manifestações de impulsos emocionais, objetivando efeitos a longo prazo. A capacidade de prospecção de possíveis resultados, estimula o desenvolvimento do autocontrole<sup>12</sup>.

O processo de aprendizagem do autocontrole não possui um ponto final: a pessoa “nunca deixa inteiramente de ser afetada pelas relações mútuas com outras durante toda a vida” (ELIAS, 1993, p. 205). Além disso, os padrões comportamentais não param de se modificar, de maneira cada vez mais veloz, exigindo dos indivíduos proporcional flexibilidade em seus hábitos e condutas (VIEIRA, 2018).

Sendo possível aos diversos indivíduos que compõem determinada figuração atingir ao patamar demandado pelas suas relações de interdependência, é a busca pela distinção estimula o desenvolvimento do processo civilizador<sup>13</sup>: as disputas pelo poder perpassam a manutenção (ou elevação) do estágio alcançado pela classe dominante, o que, por sua vez, implica na rigorosa supervisão entre os indivíduos e na estigmatização daqueles que não aderirem aos (novos) símbolos de distinção. Nesse processo, o medo da perda de prestígio acaba por reforçar e reproduzir as condutas tidas naquele espaço como socialmente aceitáveis. São essas disputas e tensões que orientarão o curso e a direção do processo civilizador em dada sociedade.

---

<sup>12</sup> Segundo Elias (1993a, p. 202), o processo de desenvolvimento do autocontrole é iniciado na infância, a partir do exemplo e incentivo dos adultos, e estende-se por toda a vida. No decorrer de sua trajetória, o indivíduo acaba desenvolvendo uma “autossupervisão automática de paixões, um ‘superego’ mais diferenciado e estável, e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível de consciência”.

<sup>13</sup> Isso significa dizer que novas demandas comportamentais não param de ser requisitadas.

**De guerreiros à cortesãos X De trabalhadores rurais à urbano-industriais**

Elias chegou às considerações supracitadas por meio de uma pesquisa empírica comparativa de longa duração utilizando como fontes manuais de etiqueta – em especial o de Rotterdã<sup>14</sup>. A análise documental permitiu ao sociólogo a identificação dos processos sociais e emocionais que transformaram guerreiros medievais em cortesãos. Na concepção do autor, tal transformação não foi resultante de ações individuais; trata-se do resultado de limitações (auto)impostas pela crescente dependência mútua, que demandou a manifestação de um comportamento diferenciado: “direta ou indiretamente, o entrelaçamento de todas as atividades, que todos na corte inevitavelmente enfrentam, obriga-os a manter a vigilância constante e submeter tudo o que dizem ou fazem a detalhado exame” (ELIAS, 1993, p. 216).

O recorte temporal de Elias adequou-se à extensão do processo por ele investigado (a transição de guerreiros à cortesãos): do século XI ou XII até o século XVII e XVIII. Entre as principais características desse processo é possível citar a passagem de um baixo grau de integração para seu incremento e de um período em que havia muitos castelos e propriedades rurais para a formação de residências que abrigavam maior número de pessoas – as cortes. O crescimento populacional requisitou a produção cada vez maior de bens e serviços; por sua vez, a divisão de funções tornou os indivíduos cada vez mais interdependentes, fazendo necessária uma transformação comportamental no sentido destas novas relações.

Até a formação das cortes, os indivíduos viviam isoladas em propriedades rurais e produziam quase todos os elementos necessários para a sobrevivência; por essa razão, o contato com o mundo exterior era

---

<sup>14</sup> Erasmo de Rotterdã foi o primeiro filósofo a ocupar-se das normas de conduta. Em 1530, publicou *De civilitate morum pueriliun* (Da civilidade dos costumes das crianças), orientando a formação infantil às boas maneiras.

limitado. Como não havia ainda uma relação de interdependência entre as diferentes unidades de subsistência, nem instâncias monopolizadoras da violência física, ao menor descontentamento, as pessoas poderiam externalizar suas emoções, sem que isso lhes trouxesse grandes consequências sociais. Com o aumento da dependência mútua, já não era permitido manifesto descontrole, uma vez que poderia colocar em risco a relativa ordem social. A centralização do poder, inerente ao desenvolvimento das cortes, contribuiu para a formação de um *habitus* cortesão – que, para assegurar sua posição social naquela figuração, passou a vigiar seus comportamentos constantemente, desenvolvendo a capacidade de prospecção (ELIAS, 2001).

O pertencimento à corte estava vinculado à necessidade de dinheiro e prestígio. Por essa razão, o medo de ter a importância reduzida naquele espaço social condicionava os comportamentos, transformando as imposições externas em autolimitação: “A interdependência mais estreita de todos os lados, a pressão mais forte vinda de todas as direções, exigem e instilam um autocontrole mais uniforme, um superego mais estável e novas formas de conduta entre as pessoas: os guerreiros tornam-se cortesãos” (ELIAS, 1993, p. 225).

Processos de transformação de *habitus* análogos ao estudado por Elias são presentes em diferentes figurações, tempos e espaços. Um caso exemplar na história do Brasil diz respeito às iniciativas do governo de Getúlio Vargas para a consolidação do capitalismo no país<sup>15</sup>. Inscritas num processo civilizador mais amplo, elas pressionaram os indivíduos no sentido de lhes estimular comportamentos correspondentes às rápidas mudanças que o Brasil experimentava nas décadas de 1930 e 1940.

---

<sup>15</sup> De acordo com Viviani, os dois governos Vargas foram responsáveis pelo processo de “construção do capitalismo de base industrial no país” (VIVIANI, 2014, p. 1).

Como até o início do século XX o país era predominantemente rural, com uma forma de pensar e agir correspondente às sensibilidades do seu meio – que permitia uma maior relaxação, por compartilhar de uma rede de interdependência bastante alargada –, coube ao Estado a promoção de um conjunto de esforços para integrar à nação, e aos seus padrões<sup>16</sup>, os brasileiros que viviam longe dos grandes centros. A partir da disseminação dos ideais políticos do governo, novas formas de comportamento foram sendo requisitadas, de acordo com a estrutura institucional, econômica e social que se implementava. Buscava-se o alinhamento dos indivíduos às expectativas governamentais – fomentado principalmente a partir de relações paternalistas e coercitivas e promovido por meio de políticas sociais, de reformas no ensino e dos usos e controle dos meios de comunicação (BOMENY, 1999; CARVALHO, 2015; CAPELATO, 1999 e 2014).

Essa combinação de esforços do governo Vargas – centralizador e, por isso mesmo, detentor não apenas do monopólio da força física, mas também da informação – contribuiu para acelerar as transformações no país: os interdependentes processos de urbanização e industrialização estimularam o incremento da divisão de funções e o aumento da dependência mútua entre os indivíduos, o que, por sua vez, demandou sincronização das ações e a padronização dos comportamentos – direcionadas pela intervenção pedagógica do Estado.

Nesse período, houve também a ordenação do mercado e foram estabelecidas leis organizando as relações trabalhistas. Essas medidas foram acompanhadas de estratégias políticas de combate à pobreza, aliada à promoção do valor do trabalho. Nesse aspecto, a legislação de caráter social enfatizou a cooperação entre patrões e empregados e a busca de

---

<sup>16</sup> Segundo Lenharo (1986, p. 38), “pretendia-se educar o trabalhador de modo a arrancá-lo da sua condição de classe, diluindo-a no corpo nacional, fazendo dele um trabalhador ordeiro e produtivo”.

alternativas pacíficas aos possíveis conflitos, já que os interesses da sociedade deveriam ser considerados superiores aos individuais. Logo, “Os operários deviam respeitar os patrões, os patrões deviam tratar bem os operários” (CARVALHO, 2015, p. 115).

Entre os discursos que promoviam o valor do trabalho<sup>17</sup> destacam-se aqueles que atribuíam a civilização e o progresso da nação à atividade laboral. O trabalho foi tomado como um fator de integração da sociedade brasileira. Nesse sentido, não deveria ser entendido apenas como uma forma de ganhar a vida, mas uma maneira de servir a pátria. Na perspectiva governamental, servir a nação por meio do trabalho, entre outros significados, expressava a formação de mercado produtor e consumidor. Para tanto, sua estratégia mais venturosa foi atrair a população à atividade laboral por meio das políticas sociais.

A legislação vigente, decorrente da centralização do poder nas mãos do Estado, contribuiu para o desenvolvimento relativamente ordenado do país ao expressar um patamar de civilização já atingido (em figuras específicas) e que se pretendia disseminar ou, por meio dela, determinar o estágio desejado a alcançar. Independentemente do intento civilizador, a organização institucional e social de diferentes figuras nacionais atendia às leis estabelecidas no plano nacional<sup>18</sup>. Assim, as ações do primeiro

---

<sup>17</sup> Durante muito tempo, no Brasil, “Os ‘pobres’ – escravos, brancos pobres, etc. – tornavam-se operosos por força da necessidade, enquanto cabia aos ‘homens bons’ a responsabilidade por sua existência e pelo progresso da nação” (GOMES, 1982, p. 151). Essa dualidade contribuiu para uma representação negativa do trabalho, valorizado a partir da década de 1930 e das ações intervencionistas do Estado no sentido da consolidação do capitalismo no país. De acordo com Gomes (1982, p. 153), o trabalho, completamente desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, intrinsecamente ligadas a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão essencial da revalorização do homem”.

<sup>18</sup> No Estado Novo, o Congresso e as Assembleias estaduais foram fechados, transferindo para o Presidente o poder de legislar. Segundo Garcia (1999, p. 62), “A estrutura administrativa montada compunha-se de três pilares fundamentais, consistentes na Presidência da República, nas Interventorias controladas pelo DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público] e no conjunto dos órgãos técnicos e burocráticos federais”. À Presidência da República eram subordinados todos os demais setores. Em relação às Interventorias, estas eram ocupadas por pessoas da confiança de Getúlio Vargas, visando o controle dos estados, “transformados em simples divisões administrativas”

governo Vargas, no que diz respeito à legislação social e outras formas de controle, balizaram as ações em diferentes formações sociais – tencionadas por suas estruturas econômica, social e comportamental. Especialmente durante o Estado Novo, com o fechamento do Congresso e a legislação por decreto, a influência das decisões governamentais foi marcante na organização das diferentes figurações brasileiras.

Foi nesse contexto de mudanças nas estruturas sociais e psicológicas nacionais que Monte Alegre se desenvolveu. Parte dos investimentos nacionais para a formação de um trabalhador condizente às relações de trabalho emergentes no país podem ser visualizadas nesta cidade-empresa, uma vez que o empreendimento desenvolvido na região centro oriental do Paraná atendeu às políticas de nacionalização de produção e de Marcha para o Oeste, além de ser organizada tendo em vista os preceitos políticos e ideológicos vigentes<sup>19</sup>. A afinidade entre o projeto político-ideológico do Estado e dos Klabin pode ser inferida a partir da presença de Luiz Vieira na localidade.

### **O desenvolvimento urbano industrial de Monte Alegre**

De acordo com o *Histórico* do município de Telêmaco Borba, publicado no site da Prefeitura Municipal<sup>20</sup>, a história local teve início em 1941, com as iniciativas do então Presidente da República, Getúlio Vargas, objetivando a nacionalização da produção e a consequente construção de uma

---

(GARCIA, 1999, p. 63). No estado do Paraná, entre 1932 e 1945, o cargo de Interventor foi ocupado por Manuel Carvalho Ribas.

<sup>19</sup> Sobre as expectativas em relação à cidade-empresa, Willer (1997, p. 140) escreveu: “Se a fábrica de Monte Alegre representava um símbolo do avanço do Brasil rumo à modernidade através da conquista do território vazio pela industrialização, o trabalhador das IKPC deveria, obrigatoriamente, ser um espelho desses ideais. Não havia lugar para os vícios e conflitos que corrompiam as massas trabalhadoras das grandes cidades. A preguiça, a sujeira, o vício e a subversão política representavam males que jamais poderiam chegar à Monte Alegre”.

<sup>20</sup> Para informações detalhadas, acesse: <http://www.telemacoborba.pr.gov.br/a-cidade/historico.html>.

fábrica de papel e celulose no interior do Paraná – que ficou sob responsabilidade da família Klabin<sup>21</sup>.

A escolha da Fazenda Monte Alegre para o desenvolvimento deste investimento de base se deu razão do grande volume de matéria-prima disponível para a fabricação de papel. No entanto, a distante localização demandou a construção de toda uma infraestrutura, visando o funcionamento da indústria e a fixação da mão de obra. Para atender às necessidades do projeto, os Klabins optaram pela implementação de uma cidade-empresa<sup>22</sup>, provendo, assim, moradia, vendas, padaria, hospital e posto de saúde – instalações que foram sendo ampliadas conforme demanda.

Nos anos iniciais, quando a cidade e da empresa ainda estavam em construção, a direção do empreendimento esteve sob sua responsabilidade de Luiz Vieira. Por indicação de Getúlio Vargas, Vieira foi licenciado do Ministério da Agricultura para assumir a chefia da Secretaria Geral em Monte Alegre – tamanha era a importância daquele investimento para os intentos nacionais. Sua presença na cidade-empresa e suas severas decisões – incluindo restrições dos direitos civis dos trabalhadores – correspondiam às tendências políticas nacionais, bastante autoritárias durante o Estado Novo (WILLER, 1997).

Acredita-se que a intervenção da empresa na organização social local – para além de seu caráter exemplar, exigindo dos residentes uma estrutura psicológica compatível, tenha relação com esse contexto mais amplo de formação de mão de obra apta à indústria e às demais relações que a vida urbana implica. Ademais, Monte Alegre recebeu pessoas de toda a

---

<sup>21</sup> Para informações detalhadas, consultar Margalho (2008 e 2013).

<sup>22</sup> Segundo Piquet (1998, p. 04), “A primeira associação que se faz à cidade-empresa é a de uma ‘minicidade’, na qual um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações, edifícios de pequeno comércio, escola, hospital e áreas de lazer pertencem a uma companhia e onde é exercido controle sobre a entrada e saída de pessoas, configurando um núcleo urbano ‘fechado’”.

região e mesmo de fora do Paraná (FERNANDES, 1974), que, por terem origens diversas, possuíam comportamentos igualmente diferentes. A existência de níveis comportamentais distintos poderia gerar tensões – desestabilizando a ordem vigente, no caso da externalização de conduta demasiadamente apaixonada. Nesse sentido, as ações da empresa extrapolaram o chão da fábrica e atingiram cada pequeno detalhe da vida social, orientando determinadas condutas visando a produtividade e o funcionamento local (WILLER, 1997).

Dois grupos de trabalhadores eram facilmente reconhecíveis nesta figuração<sup>23</sup>: os não especializados e os técnicos e engenheiros. Sobre a origem e personalidade dos funcionários sem especialização, Fernandes (1974, p. 77) escreveu: “O operário braçal, sem qualquer qualificação, acorre dos sítios e das pequenas cidades próximas, orgulhoso de seus préstimos e, vagarosamente, vai admitindo que tem muito a aprender”. Em relação aos trabalhadores qualificados, é importante destacar que muitos tinham origem europeia<sup>24</sup>, oriundos de patamares civilizatórios mais avançados em relação à Monte Alegre. Esses dois grupos se distanciavam nas formas de se relacionar e se comportar. Assim, diante de possíveis tensões decorrentes desse diferencial, do referente civilizatório nacional e das próprias demandas da figuração, uma série de mecanismos de coerção foi exercida sobre os trabalhadores da cidade-empresa e suas famílias, estimulando mudanças que contribuíram para o desenvolvimento de uma segunda natureza.

---

<sup>23</sup> Essas informações são relativas às figurações urbanas de Monte Alegre, ou seja, não estão sendo considerados os trabalhadores residentes das áreas mais rurais da cidade-empresa, como os cortadores de lenha e plantadores de pinho, que pela distância de suas moradias acabavam não tomando parte nas atividades esportivas e de lazer desenvolvidas pela indústria. Sobre os dados populacionais, em 1945, a Monte Alegre era formada por 320 operários – entre contratos diretos e terceirizados – e suas famílias. Segundo Willer (1997, p. 164), em 1946, a população da Fazenda era de 4.104 habitantes. Esse expressivo aumento populacional está relacionado ao início da produção industrial.

<sup>24</sup> Havia funcionários originários de mais de trinta nacionalidades (MARCOVITCH, 2005).

A esse respeito Fernandes (1974, p. 83) escreveu:

Luiz Vieira lutava para integrá-los entre os vizinhos de alto padrão, vindos das cidadezinhas mais adiantadas. Mesclava-se uma população heterogênea, que tinha brasileiros de todos os Estados e de todos os níveis, cada um servindo de acordo com a sua qualificação. E era o contato direto dos chefes com os operários que levava estes a superarem suas deficiências (...). Monte Alegre era uma escola primitiva que formava todas as classes profissionais.

Havendo um padrão estabelecido – especialmente pelos padrões e funcionários qualificados<sup>25</sup> –, o grupo dirigente entendia como necessária a educação dos afetos. A adaptação a uma nova sensibilidade se deu por meio de pressões externas, exercidas por uma série monopólios, que naquela figuração atuavam de maneira interdependente na modulação comportamental dos indivíduos, a saber: monopólio econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação.

Mesmo com uma estrutura que favoreceu o exercício de pressões, no sentido de uma adequação comportamental, os processos de ensino e aprendizagem em Monte Alegre não ocorreram sem tensões. As relações sociais e emocionais da vida no campo demandavam menor regulação e sincronização e, portanto, poderiam ser realizadas de acordo com as necessidades individuais<sup>26</sup>; já o trabalho na indústria, regulado e pautado

---

<sup>25</sup> Sobre a disseminação das condutas entre as classes, Passiani (2012, p. 573) escreveu ser possível observar “um processo de racionalização dos sentimentos e atitudes humanas que se inicia num grupo social específico e avança em direção a outras classes sociais, institui as bases de uma esfera pública com regras e normas muito claras, que são aceitas e compartilhadas por todos, permitindo uma convivência social relativamente pacífica entre os indivíduos e garantindo certa coesão social”.

<sup>26</sup> Duas passagens de Fernandes ilustram as diferenças comportamentais e temporais dos trabalhadores que até pouco tempo viviam em formações rurais. Na primeira, a autora contrasta a diferença de costumes: “Famílias vindas do Norte [...] continuaram por muitos anos estendendo, nos quartos, as redes para dormir e deixando de lado as camas; mulheres de sertanejos ainda punham roupas para secar no terreiro varrido, ao invés de levanta-las em varais; velhos moradores ribeirinhos recebiam os jovens médicos com desconfiança, mais afeitos às garrafadas dos curandeiros; acendiam uma lamparina que, ao invés de clarear o quarto, tornava-o terrivelmente enfumaçado” (FERNANDES, 1974, p. 82-83). Na segunda, relata um episódio entre um chefe e um funcionário recém-promovido, mas que não apareceu trabalhar: “- O que houve com você? Ficou doente? A surpresa de João foi enorme e, por fim, perguntou intrigado: - Mas estava chovendo... O Sr. não viu? Quem não entendeu foi Zappert e o João, paciente, explicou-lhe: - Em dia de chuva a gente não sai fora de casa. Nunca ninguém fez isso, em minha família. O mato é

pela produtividade, só seria efetivamente produtivo com a internalização de um tempo cada vez mais preciso. Dada a dissonância entre a racionalidade do campo e da cidade-empresa, fez-se necessário modular os comportamentos para a maior eficiência de produção, sendo os chefes encarregados de coibir comportamentos não condizentes às expectativas patronais<sup>27</sup>.

### **Exemplos empíricos: coerção externa e adaptação em Monte Alegre**

Sendo a figuração analisada uma cidade-empresa, acredita-se que o monopólio econômico exercido pela Klabin tenha sido um mecanismo coercitivo bastante eficaz para a adequação a novos comportamentos, afinal, a manutenção do posto de trabalho ou a possibilidade de uma promoção estimulava o controle e/ou mudança das condutas.

Sabendo das expectativas patronais, aqueles indivíduos que mais rapidamente adaptassem o comportamento aos padrões esperados, em potencial, teriam maiores chances de sucesso social. Segundo Elias, “A necessidade e a capacidade de imaginar de antemão – e portanto, de levar em conta – um futuro relativamente distante exerce uma influência cada vez maior no conjunto das atividades realizadas aqui e agora” (ELIAS, 1998, p. 115). A habilidade de antecipar-se à ação, subordinando “a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro”

---

perigoso com chuva... com raios... [...] Amigo João, aqui na casa-das-caldeiras você não está no mato. Está tão protegido quanto em sua casa. O João, confiante, nunca mais faltou em dia de chuva” (FERNANDES, 1974, p. 91).

<sup>27</sup> Fernandes (1974, p. 78) escreveu sobre um episódio em que Zappert chama a atenção de um funcionário que estava causando tumulto durante o serviço: “[...] A cada peça descarregada, o ajudante Pedrinho grita: - Chegou uma bomba! Mais outra bomba... Não para de chegar bomba... (Ele está completamente influenciado pelos noticiários que houve durante as horas de folga, no rádio da pensão, sobre os bombardeios na Europa). Supervisionando o serviço e classificando o material, Karl Zappert não se contém e interpela-o, parando de anotar: - Mas me diga, rapaz, o que você está gritando? Aqui não tem, hoje, nenhuma bomba. Chegaram engrenagens, rolos... mas bomba não veio nenhuma... O rapaz olha-o, desapontado. - Que pena! - diz. O Sr. chamou de “bomba” aquele troço pesado que eu nunca tinha visto. Gostei do nome e a essas peças que os caminhões trazem todos os dias, fui dizendo “bomba” também. Se o Sr. Não está de acordo, sinto muito...”.

(ELIAS, 1998, p. 116) constitui um fator que contribui para internalização das pressões externas.

Por mais que a origem de operários e técnicos fosse diversa, todos ali dependiam da principal atividade econômica local, a fábrica de papel. Foi essa relação de dependência que contribuiu para a modulação dos comportamentos conforme a expectativa dos patrões<sup>28</sup>. Para tomar parte na formação social de Monte Alegre, o indivíduo era submetido a um novo regime disciplinar: a suposta “tranquilidade social respondia a uma rede de relações e normas disciplinares, imperceptíveis ao visitante desavisado, obtida graças a um cuidadoso e prolongado processo de normatização da vida dentro e fora da fábrica” (WILLER, 1997, p. 141). Assim, a manutenção do emprego estava condicionada à submissão às regras locais, pois “Os funcionários que não obedecessem às determinações da chefia [...] estavam sujeitos a um amplo espectro de punições que variavam desde advertências até demissão, passando por multas e suspensões do trabalho sem vencimentos” (WILLER, 1997, p. 149). As penalidades tinham caráter educativo e contribuíam para a internalização do comportamento desejável para os empregados da Klabin.

Diante de possíveis erros ou incorreções, os funcionários poderiam recorrer à clemência do chefe. Vieira mostrava-se misericordioso daqueles que reconheciam suas falhas e demonstravam arrependimento, reduzindo o rigor das penas. Segundo Willer (1997, p. 152), “O arrependimento passa a ser uma atitude comum no ambiente disciplinar de Monte Alegre. A autoridade onipresente do engenheiro-chefe impõe um estado de vigilância constante, onde qualquer erro é motivo de censura”<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Na visão de Willer (1997, p. 149), a perda dos vínculos geográficos e/ou culturais anteriores tornava o trabalhador e sua família mais maleáveis e suscetíveis às imposições do trabalho fabril e à vida naquela comunidade.

<sup>29</sup> Faz-se necessário esclarecer que as coações não vinham apenas da chefia, mas, com o tempo, os próprios moradores de Monte Alegre, mais ou menos autocontrolados, passaram a requisitar dos demais comportamentos afinados às sensibilidades locais. Elias (2011, p. 88), ao escrever sobre a mudança dos modos à mesa nas sociedades medievais,

As estratégias de controle adotadas em Monte Alegre também passaram o monopólio dos serviços essenciais. A oferta de casas, serviços de saúde e educação constituíam atrativos aos trabalhadores, atuando como um fator para a manutenção de mão de obra afeita ao trabalho<sup>30</sup>. Ao mesmo tempo, os equipamentos vinculados à moradia, como o uso da água e da energia elétrica, eram objetos de coerção. Como a única forma de tomar parte naquela figuração era se instalando em uma das residências da Klabin, pagando um aluguel geralmente mais em conta se comparado ao “mundo exterior” (PIQUET, 1998), os industriais utilizavam dessa prerrogativa para controlar aspectos da vida privada dos operários, até mesmo nos momentos de não-trabalho.

Em relação a habitação, havia um fiscal residente de moradia, que organizava a distribuição das casas, de acordo com a hierarquia do cargo de trabalho na fábrica e extensão da família, e supervisionava periodicamente a utilização, a conservação e as condições de higiene das residências. Reformas e reparos só podiam ser realizados mediante autorização da empresa. Além do monitoramento do consumo de água, havia também o controle do consumo de energia elétrica: era proibido o uso de ferros, fogareiros e aquecedores elétricos, bem como de lâmpadas acima de 40 watts. Aqueles que excedessem os limites estabelecidos sofriam sanções, podendo ter a luz cortada em caso de reincidência (WILLER, 1997, p. 184). Em relação aos cuidados domésticos, a Secretaria Geral incentivava a

---

ponderou sobre o aumento da “pressão que as pessoas exercem reciprocamente sobre as outras. [...] esta maneira polida, extremamente gentil e relativamente atenciosa de corrigir alguém, sobretudo quando exercida por um superior, é um meio muito mais forte de controle social, muito mais eficaz para inculcar hábitos duradouros do que o insulto, a zombaria ou a ameaça de violência física”.

<sup>30</sup> Grande parte dos operários não especializados das cidades empresas migrou do campo (lembrar das mudanças estruturais nacionais: a passagem de uma economia agroexportadora para urbano-industrial) e nem sempre constituía “mão de obra capaz de cumprir as exigências técnicas e disciplinares das atividades industriais” (PIQUET, 1998, p. 16). Com o tempo, por meio da aprendizagem, os trabalhadores iam se adaptando às demandas do trabalho e das relações sociais da figuração em questão. Por esse motivo e pela escassez de mão de obra, era interessante aos empregadores oferecer atrativos no sentido de fixar o trabalhador ao local.

jardinagem, por perceber esta atividade como um antídoto para práticas desaconselháveis, como o consumo de álcool, o jogo, a prostituição, o crime e a agitação política.

Mesmo aqueles que viviam em hotéis e pensões estavam sujeitos à fiscalização. Para inspecionar as relações sociais e emocionais nesses espaços, que funcionavam mediante autorização e tinham suas taxas definidas pela própria Klabin, havia fiscais da chefia em cada estabelecimento, encarregados de observar a alimentação, higiene e a ordem nos momentos e ambientes coletivos. O tempo de estadia de pessoas não vinculadas à Klabin era de, no máximo, três dias. Além disso, para desestimular a presença de “elementos estranhos”<sup>31</sup>, as taxas para esses indivíduos custavam 20% a mais.

As opções de alimentação em Monte Alegre também eram controladas. Havia o Armazém de Subsistência da Klabin, onde eram vendidos os insumos considerados pela empresa como necessários à “subsistência” dos residentes locais. Produtos não comercializados neste estabelecimento eram trazidos de Curitiba sob encomenda e pagamento de taxa de 10%, conforme o artigo encomendado. Para direcionar e/ou fiscalizar consumo na localidade, “Havia incentivos para que as compras fossem realizadas por intermédio da empresa, como isenções de frete e prazos para o pagamento” (WILLER, 1997, p. 188).

Em Monte Alegre, o monopólio sob o acesso aos bens de consumo era ainda exercido pela restrição da venda, em bares e cafés, de produtos já comercializados no Armazém de Subsistência. Ademais, as outras atividades locais eram reguladas em função dos horários de trabalho, já que os estabelecimentos comerciais “só estavam autorizados a atender ao público

---

<sup>31</sup> Expressão utilizada por Vieira em correspondência com a diretoria, referindo-se “a possibilidade da presença de agitadores políticos ou ativistas sindicais, ameaçando a ‘harmonia’ social existente” (WILLER, 1997, p. 168).

fora do horário da jornada principal de trabalho na indústria, como medida para evitar que o comércio acobertasse o absentéismo dos operários” (WILLER, 1997, p. 183).

A internalização de um tempo de maior sincronização era entendida como fundamental ao desenvolvimento industrial local. Para adequar os trabalhadores ao tempo da fábrica, o apito da indústria soava 45 minutos antes do início da jornada de trabalho, para despertar a população, e outras duas vezes, no começo e ao término do expediente (WILLER, 1997). Esse tipo de iniciativa de controle era percebido pelos trabalhadores, a exemplo das reclamações sobre “ter horário para tudo” (WILLER, 1997, p. 183). Todavia, como se tratava de uma propriedade particular, regida muito mais pelos interesses da indústria do que pelos direitos conferidos aos cidadãos pelo Estado, aqueles que manifestassem desdém pelas determinações empresariais eram afastados da localidade, a fim de que não incitassem questionamentos da população às normas vigentes – aspecto possibilitado pelo monopólio espacial exercido pela indústria.

De acordo com Piquet (1999, p. 19), “A localização esparsa, a carência de meios de transporte de longo percurso (...) criavam obstáculos reais à circulação de mercadorias, conferindo a essas indústrias uma situação de monopólio espacial”. No caso de Monte Alegre, o monopólio interferia em direitos civis básicos, já que o direito de ir e vir naquela região era cerceado. Na única estrada de acesso à Monte Alegre existia uma guarita que controlava 24h por dia a entrada e a saída de veículos e passageiros<sup>32</sup>; mais tarde, devido à lei seca<sup>33</sup> e à abertura do armazém de subsistência, foi instituída a revista de cargas e bagagens. Entravam na propriedade apenas

---

<sup>32</sup> Conforme foram surgindo novas rotas de acesso a Monte Alegre, essas também passaram a ser supervisionadas.

<sup>33</sup> A repressão ao consumo de bebidas alcoólicas serviu de justificativa para as revistas em cargas particulares (WILLER, 1997, p. 147).

aqueles que tivessem autorização da chefia<sup>34</sup>. No caso de parentes que iam visitar algum familiar, deveriam deixar seus dados e os dados do anfitrião. Com o avanço da estrutura administrativa, encabeçada por Vieira, o controle desse aspecto foi se tornando cada vez mais rigoroso (WILLER, 1997). Dado o esforço normativo, acredita-se que a restrição no direito de ir e vir tinha relação com a ameaça de emoções e/ou informações descontroladas que poderiam prejudicar a *harmonia* local.

Outra determinação de Vieira que restringiu parcela dos direitos civis da população de Monte Alegre, visando a manutenção da ordem, foi o estabelecimento da lei seca<sup>35</sup>. Segundo Fernandes (1974), sua implementação foi em resposta ao significativo número de mortes nas brigas entre operários. Como ganho secundário, ou seja, um fator de interesse direto à produção industrial, a restrição ao consumo de bebidas também contribuiu para a redução do absenteísmo motivado pela bebedeira (WILLER, 1997).

É possível afirmar que tal restrição não foi interiorizada por todos, visto que era recorrente o contrabando de bebidas em Monte Alegre. Como não eram vendidas no interior da cidade-empresa, as garrafas eram transportadas à nado, amarradas ao corpo, ou escondidas no meio das bagagens. Dadas as práticas de resistência<sup>36</sup>, em 1945, a lei foi atenuada: Vieira tornou permitido o consumo de cerveja e vinho de mesa. A oposição às regulações na esfera dos divertimentos permite compreender que nem todas as pressões externas eram individualizadas pelos trabalhadores, oscilando conforme o âmbito da vida a ser modulado.

---

<sup>34</sup> O isolamento funcionava como uma barreira a indivíduos indesejáveis e desestimulava a saída de trabalhadores (WILLER, 1997, p. 144).

<sup>35</sup> De acordo com Elias (2006, p. 49), as restrições ao consumo de bebidas alcólicas são adotadas porque a embriaguez implica a redução da capacidade de autorregulação.

<sup>36</sup> Entende-se por resistência as “lutas para modificar o equilíbrio de poder” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.37).

A preocupação de Vieira, no que diz respeito às condutas violentas de pessoas bêbadas, era fundamentada. Há processos-crime no fórum de Tibagi<sup>37</sup> de brigas sob o efeito de álcool que levaram à morte de diversas pessoas, o que, todavia, não justifica a supressão do direito civil à liberdade – inclusive a liberdade de beber. Enquanto durou a lei seca, a fiscalização nas residências serviu também para observar se esta determinação estava sendo cumprida pelos operários e seus familiares.

Existem registros de apreensão de bebidas nas casas e de pessoas que foram presas, mesmo sem se meter em confusões, apenas porque estavam embriagadas. O fato de uma lei local, estabelecida por Luiz Vieira, ser rigorosa a ponto de pessoas embriagadas serem detidas, evidencia a tênue relação entre o poder local e o Estado:

Havia uma comunhão de ideias quanto ao papel a ser desempenhado pela indústria no contexto do projeto de desenvolvimento nacional, bem como sobre qual o modelo de organização social adequado a esta industrialização. Dessa forma, Estado e iniciativa privada confundiam-se em muitos aspectos do projeto de Monte Alegre; em áreas fundamentais para a viabilização do empreendimento os limites da ação entre o Governo e a empresa não ficavam claramente definidos, avançando sob um ambiente de estreita cooperação entre as partes (WILLER, 1997, p. 174).

A própria presença de Vieira como coordenador dos trabalhos de implantação da indústria atestava a convivência de interesses. As relações informais entre os Klabin, Vieira, Ribas e Vargas facilitaram a resolução de questões da empresa que seriam pertinentes ao Estado. Ao mesmo tempo, grande parte das atribuições federais e estaduais em Monte Alegre eram executadas pela própria Secretaria Geral, a exemplo da força policial<sup>38</sup>. A

---

<sup>37</sup> Até 1964, data de emancipação do município, Telêmaco Borba pertencia à Comarca de Tibagi – PR.

<sup>38</sup> A força policial em Monte Alegre era complementada com funcionários indicados por Vieira (WILLER, 1997, p. 176).

polícia em Monte Alegre respondia mais ao poder de Vieira do que ao delegado de Piraí, encarregado daquela jurisdição. Isso permitiu ao chefe “intervir para que as ocorrências envolvendo funcionários terminassem de forma favorável aos interesses da Klabin” (WILLER, 1997, p. 176),

Essa inversão de atribuições entre as instituições públicas e privadas serviram à indústria no sentido de modular os comportamentos no interior da Fazenda. Por meio dessa relação, a Klabin detinha o monopólio da violência: de um lado, aplicava, à pedido da polícia, penas disciplinares e administrativas àqueles que cometiam pequenos delitos fora da jornada de trabalho; por outro, realizava tarefas que seriam exclusivas da polícia, como a revista de bagagens e passageiros. Esse monopólio também foi exercido por meio da restrição ao porte de armas, branca ou de fogo, visando reduzir os conflitos violentos no interior da cidade-empresa.

O exercício do monopólio econômico, dos serviços essenciais, do espaço e da violência ocorreu de maneira interdependente ao monopólio da informação. O contato com o mundo exterior – que já era cerceado pelo monopólio espacial e pelas restrições no direito de ir e vir, impedindo que os trabalhadores tivessem acesso a uma realidade diferente da experienciada em Monte Alegre - também era supervisionado no que diz respeito às ligações telefônicas (WILLER, 1997). A central responsável por encaminhar as chamadas, além das informações necessárias para completar a operação (nome e número de telefone com quem gostaria de falar), requiritava o nome e o local de trabalho. Segundo Willer (1997, p. 185), a justificativa seria a cobrança da chamada, mas tratava-se de outro mecanismo de controle.

As ações de Luiz Vieira na Secretaria Geral foram bastante centralizadoras e contribuíram para a adequação comportamental dos residentes em Monte Alegre e na constituição de seu *habitus*. Sobre isso, John dos Passos (2013, p. 140), um dos mais importantes escritores do século XX,

visitou a cidade-empresa em 1958 e, ao compará-la com uma *company town*<sup>39</sup> da Nova Inglaterra ou do leste do Canadá, descreveu algumas de suas características: “guardas e portões, ruas arborizadas e casas de pedra padronizadas em torno de gramados verdes”. Admirado com a localidade, o viajante afirmou que ali “era possível ouvir quase todas as línguas europeias” (PASSOS, 2013, p. 142) e fez referências ao desenvolvimento de Monte Alegre como análogo ao de figurações estrangeiras – o que permite inferir que os esforços empresariais na modulação dos comportamentos, ao menos nessa fase inicial, foram exitosos em Monte Alegre.

As redes de interdependência cada vez mais estreitas, a pressão constante exercida não apenas pela Klabin, por meio das normativas de Vieira, mas também entre os indivíduos, demandaram e estimularam um autocontrole mais estável, uma constituição emocional mais uniforme, que, por extensão, resultou em novos comportamentos: a vida na cidade-empresa transformou o “caboclo de sítio em operário especializado” (FERNANDES, 1974, p. 91).

A oferta de uma estrutura como a de Monte Alegre era bastante incomum no interior do Brasil e, de maneira objetiva, com um posto de trabalho na Klabin e todos os serviços atrelados a ele, a vida de muitas pessoas se tornou mais segura e confortável<sup>40</sup>. Diante desse elemento afetivo, acredita-se que o medo de perder o direito de estar naquela figuração tenha sido forte elemento de pressão para a adequação comportamental<sup>41</sup>. Soma-se a isso a gratuidade (ou a cobrança de preços módicos) dos

---

<sup>39</sup> De maneira elementar, *company town* pode ser definida como uma cidade cuja economia gira em torno de uma só empresa.

<sup>40</sup> A esse respeito Fernandes (1974, p. 82) escreveu: “Quando voltavam dos dias de trabalho pesado, os chefes de família encontravam relativo conforto nas casas de madeira, com vidraças nas janelas, serviço completo de água e esgoto, sanitários em banheiros ladrilhados, um tanque de cimento para lavar roupa, um fogão à lenha e a novidade da luz elétrica – comodidade desconhecida naquelas paragens”.

<sup>41</sup> De acordo com Elias (2001a, p. 44), “a administração dos medos é uma das mais importantes fontes de poder das pessoas sobre as outras”, por mobilizar a prospecção e estimular a adequação.

serviços, pois assim, todas as esferas da vida dos trabalhadores eram mediadas pela empresa, sobrando pouco espaço para a demonstração de um comportamento mais espontâneo e menos coagido. Ao mesmo tempo, eram utilizados como “objetos de pressão a ser exercida pela administração fabril nos casos de conflitos coletivos” (PIQUET, 1998, p. 23).

### **Considerações finais**

Ao estudar o processo de transformação do *habitus* guerreiro em corteção, Norbert Elias observou, que existe uma relação de dependência mútua entre as mudanças sociais e emocionais, inerentes ao processo civilizador. Dada as características de seu tema e problema de pesquisa, o autor adotou uma perspectiva de longa duração. Tal recorte diz respeito à observação de uma mudança na constituição psíquica e social dos indivíduos, superior a três gerações (ELIAS, 2006). O olhar mais panorâmico de Elias nem sempre colocou em evidência os desvios, resistências e retrocessos mais pontuais dos processos civilizadores<sup>42</sup>.

Assim, para observar os micros processos coercitivos, que paulatinamente contribuíram para a formação de uma *segunda natureza*, este trabalho empregou os pressupostos teórico-metodológicos elisianos na curta duração, para estudar a partir de fontes bibliográficas, a figuração de Monte Alegre, entre os anos de 1942 a 1946. Com a historicização das primeiras normativas da cidade-empresa, tencionadas em relação ao contexto nacional mais amplo, foi possível conhecer um conjunto de monopólios exercidos pela Secretaria Geral, sob o comando de Luiz Vieira, que pressionou a população para a formação de um comportamento

---

<sup>42</sup> O posicionamento de Elias em relação à direção dos processos civilizadores inquieta os estudiosos ainda hoje, que não chegaram a um consenso sobre o suposto caráter teleológico e evolucionista da teoria. De acordo com Ribeiro, a maneira como Elias articulou a noção de descivilização – a exemplo do holocausto e a permissividade da sociedade contemporânea – não foi suficiente para descartar de sua teoria um presumível caráter evolucionista, visto que os próprios casos ilustrativos utilizados reforçaram a linearidade que o autor pretendia evitar (RIBEIRO, 2005).

condizente com as expectativas do grupo dominante. Ademais, foi possível inferir acerca de parcela das intenções dos envolvidos no processo de transformação dos trabalhadores rurais em urbano-industriais: além do caráter exemplar esperado da localidade, afinado às tendências político-ideológicas nacionais, os esforços para a adequação da conduta dos operários contribuíram para adapta-los ao tempo e às demandas que se esperava em uma figuração urbano-industrial.

Em uma perspectiva de longo prazo, seria possível afirmar que o exercício de diferentes monopólios contribuiu para a adequação dos trabalhadores às normativas locais, pois havia em Monte Alegre uma rede de pressões quase impossível de se desvencilhar. Todavia, apesar da ação civilizadora dentro do espaço da cidade-empresa reduzir, inclusive, a possibilidade de opor-se às normativas, um olhar mais pontual, direcionado para os micro processos coercitivos, permitiu visualizar que práticas desviantes foram presentes. Mesmo havendo um conjunto de esforços para direcionar a educação dos comportamentos, em alguns momentos, os empresários tiveram que rever suas intenções civilizatórias – a exemplo da lei seca e sua posterior atenuação.

## Referências

- AMORIM, S. S.; FERRONATO, C. O processo de profissionalização docente e a criação da Escola Normal em Sergipe (1827-1879). **Educ. rev.**[online], n. 49, p. 209-225, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a12n49.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministérios: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

- CAMPOS, R. D. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Rev. Bras. Hist.** [online], v. 34, n. 67, p. 309-322, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a14v34n67.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- CAPELATO, M. H. R. Propaganda política e controle nos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- \_\_\_\_\_. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, M. C. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHARTIER, R. Prefácio. In: ELIAS, N. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade de corte: investigações sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.
- \_\_\_\_\_. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O processo civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_.; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, H. V. **Monte Alegre, Cidade Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.CPDOC. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Direitos sociais e trabalhistas**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>. Acesso em: 18.06.2019.

GARCIA, N. J. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. Rocket Edition, 1999.

GOMES, Â. M. de C. A construção do Homem Novo: o trabalho brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, Â. M. C. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GONÇALVES, S. C. Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. **Revista OPSIS**, v. 13, n. 1, p. 200-221, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/>. Acesso em: 14 jan. 2018.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986.

MARCOVITCH, J. **Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil**, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MARGALHO, M. G. **Klabin: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

\_\_\_\_\_. **Indústrias Klabin do Paraná de Celulose: a sociogênese do projeto político-empresarial (1930-1940)**. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 48, p. 99-126, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, E. C. de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos** [online], v. 20, n. 3, p. 939-962, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-20-03-0939.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PASSIANI, E. Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil. **Soc. Estado**. [online], v. 27, n. 3, p. 571-593, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/07.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PEREIRA, A. V.; ROTENBERG, L.; OLIVEIRA, S. S. Relações de gênero e interdependências: reflexões a partir de mudanças na configuração hospitalar. **Hist. cienc. Saúde-Man- guinhos** [online], v. 20, n. 3, p. 1007-1024, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-So104-5970201300500009.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PIQUET, R. **Cidade-empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

PMTB – PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. **Histórico de Telêmaco Borba**. Disponível em: <http://www.telemacoborba.pr.gov.br/a-cidade/historico.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.

RABELO, G. O jornal escolar O Estudante Orleanense: não podemos tornar as crianças felizes, mas podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973). **Hist. Educ.** [online], v. 17, n. 40, p. 197-219, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n40/v17n40a10.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

RIBEIRO, L. C. Norbert Elias e a História Cultural. In: CARVALHO, A. B.; BRANDÃO, C. da F. (orgs.). **Introdução à Sociologia da Cultura**. Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

VIEIRA, A. F. B. A aceleração do processo civilizador e a possibilidade do recorte temporal de análise. **Anais do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores** [LIVRO ELETRÔNICO]. Londrina: UEL, 2018.

VIVIANI, F. C. A Nova Política do Brasil: temas e argumentos. In: II SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, São Carlos, 2014. **Anais...** São Carlos: UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/A-Nova-Pol%C3%ADtica-do-Brasil-Temas-e-Argumento..pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

WILLER, M. R. **Harmonia**: uma utopia urbana para o trabalho. 1997. 226. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/> Acesso em: 13 mar. 2018.

XAVIER, N. R.; SARAT, M. Infância e educação civilizadora na literatura brasileira. **Acta Scientiarum Education**, v. 34, n. 2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/16168/9985>. Acesso em: 14 jan. 2018.

## **Processos migratórios e a preservação da cultura rural no espaço urbano**

*José Aparício da Silva*

O processo migratório rural-urbano, que assinalou a passagem da sociedade rural para a urbano-industrial no Brasil, tem se desenvolvido desde o início do século XX, mas foi a partir das décadas de 1960/70 que ele gerou, mais marcadamente, transformações significativas na configuração das cidades.

A partir daí as formas de apropriação e convivências espaciais foram muito além da simples absorção dos valores citadinos pelos migrantes, de modo que é possível encontrar muitos elementos na cotidianidade urbana que eram anteriormente vividos no espaço rural.

É comum, por exemplo, ver na periferia das cidades casas cercadas por quintais, com alguma plantação e criação de animais, o que não significa simplesmente uma estratégia de sobrevivência, mas configura práticas que derrubaram as fronteiras entre o rural e o urbano.

As migrações rurais foram desencadeadas por mudanças inerentes às relações de trabalho e aos novos signos que a cidade trazia, a qual aparecia como espaço promissor para o saber, o trabalho e o lazer. Segundo Dantas & Diniz “a cidade passou a ser concebida pelo camponês como espaço de novas paisagens e territorialidades”.

Numa análise mais profunda sobre a migração e o crescimento urbano regional, é possível ampliar as interpretações, levando em conta, por exemplo, “que o espaço citadino seduz os seus habitantes por promessas

das mais diversas. Saber, lazer, saúde, cultura se misturam e dão novas tonalidades aos seus espaços, de modo a transformá-los em ambientes atrativos para aqueles que chegam”. (DANTAS & DINIZ, 2001, p 8).

Esse tipo de migração ocasionou a extensão da periferia das cidades e, conseqüentemente, novos espaços foram sendo ocupados, aumentando a demanda pelas chamadas necessidades básicas do indivíduo – trabalho, alimentação, habitação, vestuário, saúde e educação –, e gerando, também, carências no que diz respeito à ampliação da infraestrutura como saneamento básico, eletrificação, transportes, pavimentação e iluminação das ruas. Além disso, o mundo do trabalho, insuficiente para absorver esse novo contingente, deu margem à proliferação de um mercado informal.

No entendimento de Dantas & Diniz,

certamente que isso se constitui um problema para o viver na cidade, na medida que, estar-se diante de um tipo de organização espacial que se caracteriza pela aglomeração. Isso exige daquele que a habita saber estabelecer laços de convivialidade”. (DANTAS & DINIZ, 2001, p 35).

Por outro viés, podemos pensar que essa inserção do mundo rural no urbano “deriva da visão que idealiza o futuro pela via do progresso infinito do capitalismo, no campo e na cidade”, como afirma Bueno. Para ele,

É uma promessa de felicidade que, aliada à crua necessidade de sobrevivência dos que trabalham e movida pela força onipresente das imagens de massa produzidas pela tecnologia, resulta em aceitação, consolo, esperança que nem precisa ter fundamento racional. (BUENO, 2000, p. 93).

Nesse sentido, Lefebvre (1991) afirma que pensar o espaço urbano pela via do “consumo do imaginário ou imaginário do consumo” camufla a realidade e cada vez mais a sociedade se torna estranha a essa prática.

Desta forma, os campesinos ficavam alheios em si mesmos, imersos no perímetro urbano e, ao mesmo tempo, distanciados do mundo urbano, do qual não se reconhecem como pertencentes, visto como algo separado de suas vidas cotidianas.

Muitos desses sujeitos viveram e continuam vivendo aquilo a que Bueno se refere como “mal-estar” na cidade moderna. Afirma este autor que “esse mal-estar acompanha, desde sempre, a formação e a expansão das sociedades urbanas e industriais criadas pelo capitalismo”. (BUENO, 2000, p. 89).

Compreender a relação do migrante com o novo espaço passa pelo crivo de conhecer as formas socioeconômicas e culturais que mantêm laços com o local de escolha da migração, tornando esse novo espaço o seu lugar. É importante, segundo Lefebvre, buscar no migrante essa prática, pois é nesse segmento social que a cidade é compreendida sob uma perspectiva do olhar de estranhamento. Isto porque seu modo de olhar carrega consigo uma trajetória de vida rural, diferente do local de destino.

Junto com o migrante, são trazidas as formas de produção socioespacial que ele construiu, ao longo de sua vivência, no seu local de origem. Por isso, o imaginário que tem da cidade é construído pela vontade de mudanças e pela esperança de um lugar que lhe traga perspectivas de uma nova realidade, preferencialmente melhor. (LEFBVRE, 1991).

Assim, os migrantes camponeses vivenciaram um momento particular de deslocamento de representações socioculturais, devido à flexibilidade dos elementos de cognição a que foram submetidos entre os espaços urbano e rural. Sem dúvida, esse deslocamento gerou um conflito identitário para o camponês, já que ele passou a dialogar com esses dois espaços (o rural e o urbano) e, desta forma, passou a reconhecer-se como *rurbano*, que constitui uma maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos.

Pensar as atividades dessas pessoas, comparando-as com o antes e o depois da migração, é entender as diferenças estruturais do bairro e, assim, cabe dizer o que vem a ser o bairro e descobrir que influências esse espaço exerce no comportamento das pessoas.

O âmbito do trabalho familiar agrícola demanda uma interação entre pessoas do mesmo bairro e/ou de bairros vizinhos. Deste modo, implica definir as relações de trabalho, entrelaçadas por indivíduos, que de alguma maneira têm suas atividades cotidianas interligadas. Ou seja, “o território é, desta forma, fruto das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo”. (BOMBARDI, 2004, p. 57).

Na concepção de Queiroz, o bairro rural se diferencia do urbano por guardar um distanciamento entre os habitantes. Assim, o bairro rural deve ser interpretado de maneira isolada, “pois o entendimento que tem de si-tiante é também aquele que envolve uma certa parcela de isolamento”. E continua Queiroz: “proponho a compreensão do Bairro Rural como uma unidade territorial criada a partir da identidade territorial. Esta interpretação permite abarcar, compreender e lançar luz sobre o lugar do campesinato nesta sociedade”. (QUEIROZ, 1967 apud BOMBARDI, 2004).

Apesar da distância que separa as residências rurais, como visto acima, há uma ligação dos habitantes, pela agricultura familiar, com o povoado, numa relação intermediada pelos ditames de produção e sobrevivência.

Cabe dizer, portanto, que o bairro rural se configura como uma unidade geográfica a partir da identidade territorial, num entendimento que se caracteriza como uma parte do território que é resultado da articulação das unidades camponesas, que, por sua vez, são determinadas pela liberdade e autonomia, via o controle do tempo e do espaço, não só o de residência, como e, sobretudo, o de trabalho. (BOMBARDI, 2004).

A perda dessas características acima – liberdade e autonomia – foi sentida pelos migrantes quando trocaram o espaço rural pelo urbano.

A migração rural-urbana e as relações campo-cidade são fenômenos socio históricos que têm perpassado quase toda a trajetória da humanidade. Entretanto, há de se frisar que existiram várias formas de manifestações desses deslocamentos, ocasionados por inúmeros fatores, multiplicados suas características, conforme as diferentes conjunturas espaço-temporais.

No Brasil, existiram quatro tipos básicos de migrações: migração urbano-urbana (de uma cidade para outra); migração rural-rural (de uma área rural para outra); migração rural-urbana ou êxodo rural (do campo para as cidades); e, por último, migração urbano-rural (de pessoas que voltam ao meio rural ou o procuram, ou seja, que trocam a cidade pelo campo). Porém, a migração, acima de tudo no enfoque midiático, costuma aparecer como sinônimo de busca de riqueza fácil e rápida; enfim, a procura de uma dificuldade a vencer. (NADALIN, 2001).

O conceito de migração tem variado bastante ao longo do tempo. A título de recorte, e para não o confundirmos com movimentos turísticos, excluem-se aqueles indivíduos que não se fixam no local de destino; ou seja, migrantes são, portanto, aqueles que fazem mudanças permanentes entre unidades espaciais pré-definidas.

Tendo em vista essa gama de modelos migratórios que aparecem ao longo da história, Nadalin pontua: “De qualquer forma, saliento a dificuldade de qualquer classificação, no limite de uma perspectiva histórica, quando cada migração adquire uma especificidade única e original”. (NADALIN, 2001, p. 10)

Embora haja uma multiplicidade de fenômenos migratórios, cada qual com sua particularidade, relacionada a tempo e espaço, a migração

rural-urbana tem-se intensificado acentuadamente ao longo do tempo, de modo que a população urbana aumenta cada vez mais em relação à rural.

Nesse aspecto, tem se constituído como um problema, na atualidade, definir o que é espaço urbano e o que é espaço rural, visto que, pelos critérios do IBGE, o grau de urbanização das cidades tem aumentado a cada novo censo.

Em decorrência do modelo de migração rural-urbana que se desenvolveu no Brasil, e de modo mais acentuado a partir de meados do século XX, as quantificações de assentamentos humanos considerados urbanos vêm aumentando paulatinamente. Isso se percebe a partir dos censos demográficos das décadas de 1960-70.

Cresceu consideravelmente o número de migrações em todo o país nesse período, de resto, fenômeno típico daquele contexto, como já apontamos, em que o espaço urbano era visto como sinônimo de progresso, e, sobretudo, de desenvolvimento.

É bastante difundida a informação de que, entre 1970 e 2000, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. A importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, e a cada 10 anos, um em cada três brasileiros que viviam no meio rural migrou.

Os motivos que levaram à migração rural-urbana são de variadas ordens, conforme a época em que ocorreram, dependendo da região cedente e do destino que os migrantes buscavam. Eunice Durhan, em *A Caminho da Cidade*, mostra que em São Paulo, por exemplo, a migração para o centro urbano se deu em busca de riqueza, de trabalho, de melhorias, com as pessoas “atraídas pela lógica do progresso de que a cidade representa o avanço e o campo o atraso” (DURHAN, 1973, p. 89). E ainda, “a migração aparece como tentativa de melhorar de vida, numa denúncia da

deterioração das condições de vida rural relacionada com o poder de atração da vida urbana” (DURHAN, 1973, p. 90).

Da mesma forma como São Paulo era atraente para pessoas do Nordeste em busca de progresso, Ponta Grossa, nas décadas de 1960 em diante, passou a apresentar-se como um centro comercial e industrial no Paraná e, assim, atraiu muitos dos pequenos agricultores dos distritos rurais da região. Um exemplo desse processo ocorreu em Itaiacoca, distrito rural do município. Assim, o processo migratório surge como uma possibilidade aos indivíduos em novos espaços, mas na dependência da criação de novas frentes de trabalho, as quais muitas vezes não se assemelham às atividades rurais.

Esse fenômeno foi tão intenso em quase todo o Paraná que, no espaço de tempo entre 1970 e 1991, a população rural reduziu-se ao meio em contingente, e também em percentual (baixa demográfica de 6,35%), ao passo que o espaço urbano teve um aumento de 8,97% neste mesmo período. (IBGE 1991. In: IPARDES, 1994).

Acompanhando esses indicadores, em Itaiacoca a população diminuiu consideravelmente. Em 1970, ela tinha 4.979 habitantes, contingente que, em 1991, já tinha diminuído para 3.530. (IBGE, 1991).

O recorte específico (Distrito de Itaiacoca<sup>1</sup> para Ponta Grossa-Pr) apareceu como tema após contato com moradores da Vila Jardim Paraíso, quando pudemos observar que parte do contingente populacional da referida vila era oriunda desse Distrito, o que caracterizava, dessa forma, um êxodo rural.

Uma pesquisa desta natureza pressupõe que se historicize o cotidiano de um povo antes e após a migração. Trata-se do campesino itaiacocano

---

<sup>1</sup>A título de curiosidade, Itaiacoca significa Roça de Taya, na linguagem indígena. Taya é uma raiz comestível que foi muito utilizada na alimentação dos índios e que hoje ainda é consumida por algumas pessoas. Essa planta ainda pode ser encontrada em Itaiacoca.

que migrou para a cidade de Ponta Grossa na década de 1970, proveniente do distrito rural de Itaiacoca, passando, a partir daí, a mudar as suas rotinas de vivência, tendo em vista que, do campo para a cidade, as ações do cotidiano se constroem de formas diferenciadas.

A reconstrução de identidades camponesas através da migração para a cidade expõe um processo ideológico e imaginário que construiu e constrói sentidos opostos e hierárquicos.

O Itaiacocano manteve traços culturais da vida rural, valores e crenças, mas, ao se misturar com o cotidiano urbano da Ponta Grossa dos anos 70, começou a construir uma nova identidade sociocultural, agora não mais urbana nem rural, mas reunindo elementos desses dois espaços.

A migração para a cidade expõe (os migrantes rurais) ao contato com um sistema variado de valores que são absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los. É essa mobilidade simbólica que permite sentir-se pertencente a uma e a outra cultura, supõe uma margem de negociação entre níveis distintos da realidade [...] (CARNEIRO, 2000).

Entendemos, então, que essas identificações resultam de um processo que envolve não só elementos culturais, mas também um contexto sociopolítico e econômico.

Em sua vivência social, as pessoas sentem a necessidade de firmar suas identificações como forma de integração e reconhecimento pelo grupo com que convivem e/ou passam a conviver. Para Santos, esta afirmação se processa de forma hierárquica, já que os grupos dominantes, enquanto parecem “hegemônicos”, absorvem-na (a identidade) quase que involuntariamente, enquanto os dominados, em franco processo de aculturação, imposto consciente ou inconscientemente, precisam de uma constante renovação.

Desse modo, a cultura e a representação social do meio rural face ao espaço urbano passaram, e ainda passam, por inúmeros momentos de reconfigurações e, de alguma forma, podem-se evidenciar fatores comuns a esses processos.

Portanto, costuma-se dizer que o rural sente-se um estrangeiro em seu próprio país, isto porque, na sociedade moderna industrializada, o mundo rural é tido como exótico. Daí a “necessidade” de recorrer a representações sobre esse mundo, que às vezes delimitam conceitos sobre o meio rural e seus personagens, ou ainda, em outros casos, generalizam preconceitos sobre o camponês, numa postura dedutivo- classificatória.

Por isso, é preciso reconstituir os elementos culturais camponeses que hoje estão inseridos e dispersos no meio urbano, o que pressupõe apresentar as mudanças socioculturais sofridas pelos migrantes em contato com o meio urbano. Contudo, pode-se dizer que o camponês participante do processo de êxodo rural passou a dialogar com esses dois espaços, o rural e o urbano.

Talvez o migrante rural tenha procurado reconstruir sua identidade interligando-se nesses dois espaços, isto porque, na contradição camponesa face ao sistema citadino, a dinâmica capitalista no campo e o processo de produção de subsistência familiar baseados na agricultura se tornam incompatíveis com a economia, porque as racionalidades que as movem são intrinsecamente antagônicas. Assim, quando é amistosa a relação entre agricultura e capitalismo, essa é dada pela extensa produção agroindustrial que sustenta e move a economia urbana. Nesse caso, há que se destacar, todavia, que nos últimos tempos, sobretudo após a ascensão

de governos populares, tenham sido desenvolvidos projetos de incentivo à pequena produção via financiamentos e subsídios.<sup>2</sup>

Freyre define *rurbanização* como um processo de desenvolvimento social e econômico que combina valores de vida rurais e urbanos: uma situação mista, dinâmica e profundamente conjugal. Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (1987):

[...] no espaço rurbano os ingredientes do ruralismo e da urbanização estão muito misturados, gerando claramente situações de ambigüidade sociocultural [...] o rurbano pode ser considerado como uma “totalidade de vida, muito mais do que um simples e pitoresco ponto de enlace entre o rural e urbano [...]”. O rurbano é, portanto, o espaço social e econômico criado pelo ponto de encontro entre a cidade e o campo, segundo o tipo de elementos estruturais predominantes na relação concreta entre elementos e termos. FREYRE, 1982. p. 1090).

Do ponto de vista do meio urbano, durante muito tempo o que se soube da cultura campesina foi, sem dúvida, uma representação. Entretanto, passa quase despercebido que também há uma incorporação de fragmentos da cultura rural no cotidiano das cidades.<sup>3</sup>

O meio rural era identificado apenas como o espaço da agropecuária, mas, a partir da Eco 92, ele passou a ter uma outra perspectiva, a de pluriatividades, apresentando-se como um local de descanso e sossego para se fugir do intenso movimento das cidades. Assim, as relações cidade-campo mudaram consideravelmente, mas essas transformações não reduziram propriamente o contraste entre esses dois ambientes. Como explica

---

<sup>2</sup> São programas como Pró-Rural, Pronaf-Crédito, Pronaf-Café, Garantia-Safra, Seguro Agrícola para a Agricultura Familiar, entre outros.

<sup>3</sup> Como exemplo podemos citar o uso do jeans pelas sociedades urbanas, a partir da segunda metade do século XX. O alemão Oscar Levi-Strauss foi quem criou o jeans nos Estados Unidos, no ano de 1853, inicialmente destinado para o trabalho rural, na Califórnia. Atualmente o jeans é usado em todos os continentes, e ele foi adotado tanto pelos ricos quanto pelos pobres, conservando, curiosamente, as características originais das primeiras calças feitas por Levi-Strauss.

Veiga, “o espaço rural passou a ser mais valorizado por tudo o que ele possui e que se opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio”. (VEIGA 2002, p. 14)

Essa revalorização do campo inverte, então, o processo de representação face ao urbano, para o qual o meio rural passa ser visto como “ambiente natural”, espaço de lazer, de “turismo ecológico” e, principalmente de sossego.

Do ponto de vista epistemológico, pode-se dizer que a aproximação entre o rural e o urbano ocorre concretamente, seja no campo ou na cidade, e acaba por reafirmar as representações sobre uma e outra cultura.

A cultura que une (intermediária de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções, compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 1998).

Podemos perceber que a própria relação dessas culturas (campo-cidade) acabou por criar uma nova síntese sobre os conceitos fronteiriços entre o meio rural e o urbano.

Desta forma, a cultura e a representação identitária ultrapassam as “barreiras” pré-estabelecidas. Assim, é muito comum reconhecermos identidades camponesas nas cidades e citadinas no meio rural, unidas e/ou separadas, já que hoje os laços identitários e as representações sociais se sobressaem, independentemente dos espaços em que os sujeitos estão inseridos.

A partir da conjuntura socioeconômica de desenvolvimentismo da década de 1970, foi possível identificar o reflexo dos projetos econômicos desenvolvimentistas no êxodo rural do Distrito de Itaiacoca para Ponta Grossa, e, posteriormente a reconstrução das identidades dos pequenos produtores rurais que migraram para a cidade.

De forma mais específica, observou-se as condições de vida socioeconômica dos pequenos produtores de Itaiacoca no contexto pós-migração; as estratégias de sobrevivência cultural dos migrantes rurais no espaço urbano e a ocupação e o povoamento da Vila Jardim Paraíso como um espaço de *rurbanidade*.

Expomos aqui as relações campo-cidade a partir de deslocamentos de pequenos agricultores do distrito de Itaiacoca para o perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Tal evento de migração se deu com maior intensidade a partir da segunda metade do século passado, e nas décadas seguintes apareceram, em aglomerados urbanos, manifestações socioculturais resultantes da vida do migrante rural em contato com a cidade.

Como decorrência desse processo de êxodo rural para a área urbana de Ponta Grossa surgiu a Vila Jardim Paraíso, pois boa parte das pessoas oriundas de Itaiacoca passaram a ocupar essa região. Assim, essa opção pelo estabelecimento em um território que se situa entre o campo e a cidade caracteriza aspecto típico de resistência cultural.

Nesse sentido, é possível identificar as mudanças e permanências na atualidade entre as práticas cotidianas dos camponeses migrantes desse distrito que se tornaram trabalhadores e viventes urbanos

Como já mencionado anteriormente, a maioria dos migrantes que vieram do distrito rural de Itaiacoca para Ponta Grossa passou a residir na Vila Jardim Paraíso. Esta localidade começou a ser povoada nos anos 1950, quando o senhor Juliano Rubini, até então proprietário da chácara que ocupava essa região, resolveu fazer do espaço um loteamento habitacional. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, foi a (extinta) imobiliária Vila Velha que se encarregou da venda desses terrenos. O espaço foi inaugurado no dia 3 de março de 1952, com o nome de Jardim Paraíso.

A Vila foi inaugurada oficialmente na década de 1950, quando os itaiacocanos começaram a migrar para ela. Observemos o seguinte relato:

E aqui era mato quando nós mudamos aqui. E esse terreno foi comprado com o mesmo da venda do terreno de lá. Eu só me lembro que (até esses dias tava falando pro meu piá) que tava na imobiliária o terreno aqui, então o dono da imobiliária eu cheguei a conhecer ele só que nem me lembro mais o nome dele. Aqui era casa uma longe da outra se você ver o tamanho que está isso hoje aqui, nossa não dá nem pra acreditar que aqui o que não era mato era campo, então as casas aqui eram bem pouquinho, daí daquela pra cá é que foi aumentando daí. O pessoal que era de Itaiacoca foram vindo tudo pra cá, que o terreno era mais barato pra comprar aqui, então o povo veio comprar nessa redondeza aqui. Aqui, São Francisco n/é? Daí foi aumento a vila aqui e hoje está desse tamanho a vila. (RODRIGUES, F. Entrevista concedida).

O Jardim Paraíso situa-se a aproximadamente dez quilômetros do centro da cidade de Ponta Grossa. É o primeiro aglomerado de casas encontrado por quem vem de Itaiacoca, sendo distante da sede deste distrito aproximadamente 25 quilômetros.

Segundo relatos dos migrantes, as condições eram favoráveis, porque, apesar de todas as dificuldades apontadas, o acesso a empregos era fácil.

Um fator importante para o processo foi a busca por empregos na cidade, estratégia que fazia parte de uma idealização de sucesso, de melhoria de vida; o desejo de ter acesso a recursos que não chegavam ao campo. Essas conquistas poderiam ser adquiridas via ascensão econômica, visto que boa parte dos pequenos agricultores não tinha renda fixa, e, desta forma, encontrar um emprego formal na cidade já era uma possibilidade de acesso a elementos de bem-estar social.

Eventualmente, esses ideais passavam a ser transmitidos por munícipes que frequentavam o distrito, para especulação imobiliária, ou pelos

próprios camponeses quando entravam em contato com o meio urbano para o comércio de excedentes.

Com isso, a região passou a ser intensamente habitada por itaiacocanos, tanto por motivos culturais, tendo em vista o aspecto de proximidade com o campo, já que o local apresentava características rurais e era afastado da agitação urbana, como também por questões econômicas, porque nessa região havia terrenos a preços mais acessíveis do que em áreas mais próximas ao centro da cidade.

Dessas análises me ocorreram algumas possibilidades de estudos. Percebeu-se que em alguma medida o processo migratório (rural-urbano) para Ponta Grossa e o povoamento da Vila Jardim Paraíso por pequenos agricultores da região de Itaiacoca refletiu nas aspirações de integração aos valores e ideais de “progresso” da sociedade urbano-industrial presentes na cidade a partir da década de 1970 com os projetos desenvolvimentistas PND’s, PLADEP e PLADEI.

Além disso, foi notável que a fixação desses migrantes, nessa região, representou uma tentativa de, mesmo residindo no espaço urbano, manter laços culturais e identitários com o meio rural, para poderem ainda sentirem-se pertencentes à Itaiacoca, pela integração com a comunidade ali presente num sentimento de compadrio familiar ou mesmo de *puxirão*. Esse termo é comumente utilizado por essas pessoas e remete a uma organização coletiva de trabalho na lavoura, ou seja, pode ser entendido como sinônimo de mutirão.

Para finalizar, fez-se necessária uma revisão de literatura, a qual compartilho aqui para que possa suscitar novos estudos a respeito dessa temática.

Estudos sobre migrações rurais e relações campo/cidade vêm sendo desenvolvidos por vários grupos de estudos históricos, bem como por sociólogos e antropólogos. Para iniciar a discussão levantada nesse artigo,

descreverei alguns conceitos fundamentais e textos que embasam a linha de pensamento e a própria análise proposta.

Para tanto, foram mantidos diálogos com vários autores, e buscaremos os olhares da Teoria da História do Cotidiano e da Realidade Social, sobretudo os estudos de Agnes Heller, Peter Bergere Thomas Luckmann.

A proposta dessas correntes teóricas é enxergar a realidade sob a perspectiva das pessoas comuns e das práticas, hábitos e rituais que caracterizam o dia-a-dia, retirando a ênfase aos grandes nomes e acontecimentos políticos e econômicos, e voltando-se, assim, para o que está próximo de todos. É no cotidiano que a criação humana se perpetua, pois é “na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis”. (BERGER & LUCKMANN, 1983).

Sendo assim, quando pensamos o espaço, ou seja, os lugares, as construções, as cidades, os bairros, as casas, o trabalho e a sobrevivência ao longo da história, não podemos dissociar esses elementos da realização do cotidiano e da realidade social, pois a espacialidade não está apenas ligada à natureza ou à ideia de palco onde a sociedade se concretiza, mas ela é também produto da ação cotidiana nas estruturas, hierarquizada por tensões históricas, como nos ensina Foucault, para quem, estudar a “história do espaço” é ao mesmo tempo, estudar a “história dos poderes” (FOUCAULT apud HELLER, 1989, p. 212).

O processo de redefinição de fronteiras acaba por se tornar uma espécie de mecanismo de construção cultural do “outro” (nesse caso, o “outro” entendido como sendo o migrante rural). Desse modo, o “outro” pode ser reconhecido como aquele que permanece do lado oposto em relação a “nós” (nesse caso, entendidos como sendo os cidadãos urbanos) e também por meio das múltiplas fronteiras que separam esses dois polos: o rural e o urbano. Se as fronteiras ora se diluem, ora se deslocam ou se

consolidam, a distância que nos difere do outro também acompanha este movimento. (RIBEIRO. In: SANTOS, 2002, p. 475-501).

O autor referido no parágrafo anterior compreende que a concepção de fronteira como espaço de separação e diferenciação tende a ser negativa e conservadora, daí a preferência por entendê-la como espaço de interação mediada por canais de comunicação, e a migração rural para as cidades faz essa ligação.

Assim, podemos dizer que a flexibilização de fronteiras ocorre devido a um processo de intensificação da comunicação entre os meios rural e urbano, tornando também cada vez mais imprecisas as diferenciações entre projetos e idealizações dos personagens, quer sejam do campo, quer da cidade, porquanto as aspirações permeiam ascensão social via trabalho e estudo. (CARNEIRO, 2000).

Trabalho de relevância nesse sentido é o de Norbert Elias e John L. SCOTSON: “Os estabelecidos e os *outsiders*”. Nesta obra, se analisa os fatores que fazem com que a comunidade Winston Parva mantenha uma espécie de segregação não econômica, não por *status*, por certo, mas sim por tempo de estabelecimento. (ELIAS & SCOTSON, 2000).

A obra *A caminho da Cidade*, de Eunice Durhan, é importante para o trabalho de pesquisa que propomos, já que ela apresenta um contexto de urbanização a partir dos movimentos migratórios. Metodologicamente, Durhan divide o processo de migração em três etapas: o período anterior ao da saída do campo, o deslocamento para a cidade, e, por último, a nova instalação dos migrantes. Assim, ela mostra o contexto migratório desde suas raízes. Metodologia que pretendemos adequar em nossos estudos.

No que respeita ao levantamento de dados, foi priorizada a modalidade de entrevistas: histórias de vida, com depoimentos orais. Como ensina Minayo, a entrevista é uma técnica de trabalho de campo para a coleta de informações sobre determinado tema, em que as fontes

disponíveis não esclarecem o processo e tampouco necessitam de apoio. Assim, a entrevista se caracteriza como uma “conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa” (KAHN & CANELL apud MINAYO, 1996, p. 106).

Ainda segundo Minayo, a técnica da entrevista se presta à obtenção de dados “subjetivos”, a que só se tem acesso mediante a contribuição dos atores sociais envolvidos. (MINAYO, 1996, p.108).

Finalmente, para fazer uma análise de contexto mais precisa, desenvolvemos e aplicamos técnicas de “observação participante” junto às famílias de migrantes residentes na Vila Jardim Paraíso.

De início, fizemos uma análise dos projetos PND I e II (Plano Nacional de Desenvolvimento), do PLADEP (Plano de Desenvolvimento Paranaense) e do PLA DEI (Plano de desenvolvimento Industrial), os quais foram implantados, respectivamente, pelos governos federal, estadual (Paraná) e municipal (Ponta Grossa). Essas fontes, que revelam uma lógica de progresso capitalista pela visão oficial, são de grande valor para apontar alguns dos motivos que levaram o pequeno camponês ao êxodo rural.

Sobre o PLA DEI (Plano de Desenvolvimento Industrial), este projeto foi submetido à Câmara de Vereadores de Ponta Grossa em março de 1969 e aprovado em 31 de julho do mesmo ano. Implementado como forma a atrair indústrias para a cidade, o plano foi um sucesso do ponto de vista político-econômico. O arquivo da Casa da Memória de Ponta Grossa possui uma cópia integral desse projeto, com 80 páginas.

E a respeito do PLADEP (Plano de Desenvolvimento Paranaense), criado em 1961, que teve um forte impulso a partir de 1969, com a criação do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná), no governo Nei Braga, em substituição à CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná),

ressalte-se que o Arquivo Público do Estado do Paraná guarda importantes relatórios desse empreendimento.

Além dessas fontes, temos as entrevistas realizadas durante os trabalhos, somando mais de 40 páginas de depoimentos, os quais revelam vários aspectos do processo migratório.

## **Referências**

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

BOMBARDI, L. M. **O bairro rural como identidade territorial**: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Revista Agrária**, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/1/bombardi.pdf>

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUENO, A. **Sinais da cidade**: forma literária e vida cotidiana. In: LIMA, R.; (Orgs.). **O imaginário da cidade**. Brasília: UNB, 2000.

DANTAS, E. M. & DINIZ, I. R. Migração e crescimento urbano: o Seridó potiguar em análise. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788], n. 94 (75), 1<sup>o</sup> de agosto de 2001 Migración y cambio social. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-75.htmprincipal>

DURHAN, E. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREYRE, G. **Rurbanização: Que é?** Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b. (1968).

NADALIN, S. O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

RIBEIRO, A. S. Notas para um conceito de fronteira. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

## **Marcadores territoriais da fé popular em Ponta Grossa: resistência social e cultural <sup>1</sup>**

*Maximillian Ferreira Clarindo*

*Nicolas Floriani*

### **Introdução**

Este artigo tem por objetivo discutir os marcadores territoriais e geossímbolos da fé popular que subsistem em meio às modernidades múltiplas do espaço urbano de Ponta Grossa. Os marcadores da fé popular atuam, seguramente, como fundamentos da cultura local, que resiste e adapta-se aos processos totalizantes de construção das espacialidades urbanas modernas hegemônicas, ressignificando-as ao produzir alternativas à modernidade.

Em outros termos, buscar-se-á evidenciar a multiplicidade do território, sobretudo territórios culturais, a partir da composição de microterritorialidades híbridas organizadas no espaço urbano, que destoam do modo de produção capitalista. Fala-se, então, de outras emergências espaciais inseridas no urbano, assentadas nas entrelinhas produzidas pelas relações interpessoais daqueles que configuram as espacialidades, através dos processos de circular, trabalhar, permanecer e viver junto/coabitar (MATHIEU, 2010).

Ao longo dos anos, Ponta Grossa assiste a processos modernizantes (que são estratégias globais), no entanto, a sociedade local não abdica de

---

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado em Geografia (Londrina) v. 30. n. 1. pp.227-246, janeiro/2021. ISSN 2447-1747 - DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2447-1747.2021v30n1p227>

simbolismos e práticas sociais tradicionais regionais, colocando-se para além das imposições advindas das “instituições disciplinares” (FOUCAULT, 1999). Há, portanto, um processo dialético de resistência à cultura regional, revestida de práticas da medicina popular que tem uma origem rural, na construção das espacialidades urbanas, subvertendo a racionalidade instrumental e econômica imperativas do modo de viver e consumir o urbano hegemônico.

A releitura espacial proposta está acostada na interpretação fenomenológica e hermenêutica, isto é, pauta-se em uma Geografia humanística focada nas metaestruturas espaciais individuais (DI MÉO, 2014) que cada sujeito imprime através de suas vivências no processo organizacional espacial, interpretadas em termos paisagísticos e narrativos. As constatações aqui apresentadas são desdobramentos de pesquisas realizadas durante os anos de 2013 e 2019, interessadas em compreender a medicina popular praticada na região, na qual as benzedadeiras da cidade atuam como verdadeiras guardiãs de saberes relacionados a este mote.

Durante esta caminhada, percebeu-se que em meio ao amálgama cosmo-mítico-religioso tradicional que formata os saberes e práticas da medicina popular havia uma série de outras relações com as espacialidades do entorno, tecidas pelas pessoas adeptas deste saber-fazer. Seja no meio rural ou urbano, algumas espacialidades são, então, ressignificadas por e para que a medicina popular seja perpetuada no imaginário individual e coletivo da região.

Inobstante, estas outras espacialidades são hiatos na vivência espacial cotidiana urbana, que se relacionam não só com saberes da medicina popular, mas também com a fé, com outros valores espirituais e ritualísticos, que eventualmente passam despercebidos pela dinâmica do mundo em disparada como se refere Giddens (2002). Nelas há uma

relação secreta/emocional que conecta diferentes pessoas pela dimensão do sagrado. Portanto, além dos marcadores territoriais representados pelas benzedeadas, constatam-se outros destinados ao socorro social, recheados de mitos e símbolos, e onde toda a sorte de pedidos e agradecimentos são executados, em um trânsito constante entre o sagrado e o profano, que recobra uma abordagem complexa de tais espacialidades.

Assim, metodologicamente, pautou-se em um caminhar geográfico prático, interessado em ver, ouvir e sentir as espacialidades, com foco a decifrar práticas e saberes inviabilizados/subjugados pelo logocentrismo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa fenomenológica, pautada na observação. Considera-se que “O objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito”. (GIL, 2008, p. 14). Ainda segundo o mesmo autor, “Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado” (GIL, 2008, p. 15).

Parte-se para uma reflexão acerca da imaginação geográfica situada sob os alicerces do decolonialismo científico, que pode suplantar o alcance limitado das explicações analíticas, descontextualizadoras e objetivantes do olhar disciplinar. Aborda-se o urbano, portanto, em uma perspectiva pluriversal, para além do “sistema-mundo” (ESCOBAR, 2014), transcendente às ontologias dualistas e homogeneidades na imaginação e sensação espacial, na medida em que os marcadores territoriais contribuem sobremaneira para o bem viver (*buen vivir*) social, a partir de que o *buen vivir*, enquanto conceito emergente, questiona as ideias unidirecionais de progresso e civilização, que de acordo com Acosta (2016) podem ser lidas como ferramentas neocoloniais e imperialistas.

## **Cosmovisão da vida social urbana: microterritórios e marcadores territoriais**

*O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço (CORRÊA, 2004, p. 11).*

A epígrafe que abre esta seção contempla uma definição de espaço urbano, dada por Lobato Corrêa, bastante completa. Hoje, o espaço urbano moderno é composto por vários microterritórios que se articulam entre si, de maneira negociada com territórios-globais (produtos do inacabado e incessante processo de globalização). “Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal” (SIMMEL, 1973, p. 15).

A aposta para compreensão das múltiplas feições urbanas é aproximar a lupa sobre estes microterritórios, na tentativa de compreender seus símbolos e as lutas (em sentido *lato*) que neles e com eles são travadas diariamente. Fala-se de um espaço, cuja formatação escapa às lógicas cartesianas, mas inclina-se na projeção das subjetividades individuais, ou das metaestruturas espaciais individuais, como denomina Di Méo (2014).

Há que se aproximar das microhistórias e microgeografias que cada sujeito traz consigo quando constroem suas vidas e tecem relações sociais. Trata-se de sentir-pensar o território (ESCOBAR, 2014), além da disciplinarização e das instituições hegemônicas, interpretando-os enquanto revoluções moleculares, em alusão à conceituação de Félix Guatarri (1987), na forma de habitar com e no espaço.

Em resumo, parte-se de um paradigma conjurado entre Geografia humanística e cultural, em que há o agenciamento pela ciência geográfica de diferentes saberes (científicos ou não), focado na compreensão da formação socioespacial desde uma análise das metaestruturas espaciais individuais. De acordo com Di Méo (2014, p. 49-50, tradução nossa), nesta tomada de ângulo:

Elas formam uma nova família de indicadores do funcionamento de uma instância ideológica. Levando em conta os escritos e a linguagem, o discurso dos habitantes, os monumentos e as memórias, as demonstrações, as cerimônias e as celebrações, as histórias e as obras de arte, os sinais e emblemas, os símbolos que escondem paisagens como espaço geográfico (etc.), todos esses elementos fornecem os marcos para uma instância ideológica intimamente associada à instância geográfica.

O foco na instância ideológica ultrapassa a leitura espacial pautada unicamente pela hegemonia do capital. Destarte, se de um lado o capitalismo intenta balizar todas as práticas sociais, a ocupação urbana, na maioria dos casos, é condicionada ao capital – composição de geoestruturas (RAFFESTIN, 1986). Por outro, há exceções que escapam ao valor de troca, outras vivências espaciais que não atreladas diretamente aos ditames globais capitalistas.

Na medida em que as (micro)territorialidades constituem fragmentos organizados de sociação territorializada, elas podem ser capazes de concorrer para a refocagem da totalidade da cidade/metrópole. Essa capacidade investe as (micro)territorialidades de alguma “perigosidade” e rebeldia ao disputar as visões “globais”, que são as visões hegemônicas institucionalizadas do mundo urbano. Permitem ver aquilo que vai sendo deliberadamente obscurecido e revelam mecanismos de produção da presença de muitos sujeitos e grupos subalternizados, assim como tornam audíveis discursividades indesejadas (FONTOURA, 2012, p. 202).

Pode-se dizer que estas outras vivências espaciais seriam também contra-estratégias (mesmo que não intencionais), quando a sociedade faz frente à reestruturação e controle do espaço pelo Estado e demais instituições interessadas neste processo, tais processos sendo passíveis de serem captadas por meio das “discursividades indesejadas”. Alinhando-se à Simmel (1973) avalia-se que tais contra-estratégias são, outrossim, formas de autopreservação, e envolvem, inobstante, a instância da resistência cultural.

A presença das microterritorialidades relacionadas com a fé popular na cidade de Ponta Grossa ilustra elos de proteção individual e coletiva, arraigados à cultura local. São espacialidades que intermediam o (re)encontro da sociedade com a natureza, e as pessoas mantêm vívidas suas crenças, costumes, valores, rememoram seus antepassados e buscam suas raízes (múltiplas ruralidades); os efeitos da modernidade são mitigados e reprocessados em outras bases cognitivas.

Aborda-se, portanto, a trama de microterritorialidades interdependentes desde uma relação dialógica entre o moderno e o tradicional, que envolve tanto fluxos tangíveis como os não tangíveis. Trata-se de uma perspectiva transcendental e pouco explorada que reinterpreta as outras dimensões da expressão espacial, para além de uma perspectiva estruturalista. “Assim sendo, em cada elemento que estabelecemos como espacial já pensamos uma infinidade de direções possíveis, e é somente o conjunto destas direções que constitui o todo da percepção espacial” (CASSIRER, 2001, p. 54).

As múltiplas microterritorialidades existentes no espaço urbano moderno são também reflexos de múltiplas identidades nele entrelaçadas. Mesmo com a presença de diversos elementos de “desencaixe identitário” (empresas globais, outros idiomas, novas tecnologias, dentre outros), não

há perfeito alinhamento entre as subjetividades modernas urbanas (o voraz consumidor do espaço), e as múltiplas subjetividades cotidianas assentes na diversidade de expressões do pensamento (científico, senso comum, religioso e artístico) que impulsionam diversas práticas, incluindo o agir espiritual e sagrado, muitas vezes secreto porque interdito. Desta maneira, há espaços urbanos em que o conjunto sensorial e as imagens mentais são processadas de maneira mais compassada (como se a vida acelerada e racionalmente organizada das cidades tivesse abertura para uma pausa).

Neste alinhamento, a cidade deve ser encarada com um complexo sistêmico, cuja complexidade se sustenta exatamente pela multiplicidade de vozes emudecidas pela ordem de unidade (FLORIANI et. al., 2018). A partir desta complexa relação, a vida urbana possui outros sentidos, que podem ser observados pela presença de características sociais, como: o estreitamento de relações de vizinhança e estratégias de amortização de problemas sociais (circuitos locais de comercialização alternativa, a medicina popular com a presença de benzedoiras, remédios com ervas de quintais, relações de trocas etc.).

Em termos práticos, a modernidade não foi capaz de alterar o sentido de habitar (enraizamento, identificação e hábitos), nem mesmo suprimiu as bases míticas do devir urbano das cidades e da configuração socioespacial. (BOLLNOW, 2008).

Neste devir, entre processos conscientes e inconscientes da produção-configuração do espaço urbano, encontram-se nestes microterritórios urbanos das cidades inúmeros marcadores territoriais, como se refere Almeida Silva (2010, p. 140), através dos quais a vida urbana possui distinta entonação.

Na sociedade urbano-industrial, esses "marcadores" podem ser percebidos, principalmente nas territorialidades do sagrado, em que as igrejas possuem fortes representações simbólicas e se mantêm vivas em razão de rituais, sendo essa estrutura rígida e decisivamente responsável pela conduta dos valores morais e espirituais. Na mesma direção, as necrópoles e monumentos possuem formas e representações semelhantes, todavia adquirem e acrescentam outros significados ao revelar o conteúdo e "status" social, econômico e político.

Deve-se considerar, no entanto, que as igrejas disputam as expressões sacras e o papel de balizadora de valores espirituais e morais com outros marcadores territoriais sustentados pela sociedade. As igrejas e cemitérios podem organizar ideias globais destes valores morais e espirituais, todavia as metaestruturas espaciais individuais revelam que, mesmo quando alguns marcadores se conectam às igrejas, há releituras destes valores.

A aparição das religiões universais e dos templos religiosos associam-se à aparição das cidades, de modo que “[...] a cidade e as profissões urbanas constituem as condições mais favoráveis à ‘racionalização’ e à ‘moralização’ das necessidades religiosas” (BOURDIEU, 2008, p. 84). Contudo, Bourdieu colaciona que, quanto maior for o grau de envolvimento urbano com tradições camponesas, maior será uma orientação da religiosidade popular para a magia, de modo que subsiste no meio urbano um sistema de crenças e práticas religiosas mais ou menos autônomo, que compete pelo monopólio dos “bens de salvação”.

Nesta esteira, ao lado das igrejas, há outros marcadores territoriais que constituem expressão da fé popular e integram um complexo de saberes e práticas associados à cultura da cidade de Ponta Grossa e da região. Assim, deve-se avaliar que há valores religiosos e espirituais plurais

em meio à sociedade, e muitas das vezes não são reconhecidos, quiçá intencionalmente, por não estarem amoldados aos dogmas institucionais.

A negação da presença de microterritórios é comum. É como se houvesse a necessidade de aprovação destes pelo poder dominante. Isto faz com que distintas apropriações espaciais, como as “cracolândias” – áreas de consumo de drogas –, os microterritórios de prostituição e os de comércio informal e ilegal, dentre outros, sejam espaços interditos, convivendo (junto de seus diferentes atores) como pano de fundo na sociedade.

Percebe-se empiricamente que os marcadores territoriais inseridos nos microterritórios urbanos e envolvidos com a fé popular congregam uma bagagem espacial ampla, quando encerram, por suas expressões no imaginário individual e coletivo, características que conferem valor cultural/social distinto. São características tanto fabricadas quanto historicamente posicionadas, cujo valor espiritual/religioso se torna apenas um dos elementos de uma ampla gama de vetores, posicionado ao lado da natureza, da presença de mitos e simbolismos diversos, de memórias, odores e sabores, dentre outros.

O olhar atento para o caminhar ordinário de pessoas comuns, com suas lutas e diferentes expressões afetivas, consolida a visão da pluriversidade espacial. Tal percepção é demonstrativa da riqueza complexa e diversa do sistema urbano, espaço geográfico ímpar, uno e múltiplo simultaneamente. Assim, as intencionalidades individuais culminam em uma distinta forma de habitar e de imaginar o espaço urbano, envolvendo o resgate de antigas práticas, saberes e valores combinado com uma incontinenti ressignificação de conteúdos modernos, típicos da vida urbana contemporânea.

As presentificações destes marcadores territoriais são reflexos de uma vida social assinalada por diferentes mitos e símbolos e que é

fortemente orientada por forças espirituais e valores religiosos. Nos bairros de Ponta Grossa, esta cosmovisão confronta a ideia de que a vida urbana abdica de um pensar-agir emocional pela racionalização/objetivação das coisas do mundo. “Todos esses feitos são tão difíceis de explicar porque pertencem a um âmbito que se encontra ainda antes da formação de nossa consciência objetiva. [...]” (BOLLNOW, 2008, p. 322). Spivak (2010, p.91) aponta que “Articular essa formação ideológica – medindo silêncios, se necessário – no objeto de investigação é parte do nosso projeto de “desaprendizagem”. Neste endereçamento, adiante serão apresentados alguns marcadores territoriais relacionados com a fé popular que foram identificados no espaço urbano de Ponta Grossa, e que apontam para uma peculiar riqueza cultural da região.

### **Os marcadores territoriais da fé popular na cidade de Ponta Grossa**

A cidade de Ponta Grossa, como boa parte dos municípios do Paraná Tradicional e do país, como um todo, tem uma origem atrelada à expropriação de terras e escravização de indígenas e também de pessoas negras trazidas do continente africano na organização e manutenção do trabalho agrícola. A região dos Campos Gerais, na qual Ponta Grossa é o núcleo, era rica em pastos naturais, o que a tornou um ponto estratégico para a parada e pernoite de tropas que se deslocavam pelo caminho do Viamão, entre Sorocaba/SP e Rio Grande do Sul no século XVIII (MELO; MORO; GUIMARÃES, 2007).

Assim, com o passar dos anos, ao redor dos pontos de pouso e descanso foi se consolidando uma sociedade campeira na região onde mais tarde se estruturaria o município de Ponta Grossa. A cidade durante sua história assistiu inúmeros conflitos envolvendo as elites campeiras que se organizavam com características militares na região (ZULIAN, 2009).

Ao longo dos anos, acompanhando as mudanças de cenário econômico nacional e mundial, essa sociedade rural foi se modernizando e se urbanizando, sobretudo pelo advento das estradas de ferro que começaram a cruzar a cidade. As ferrovias trouxeram inúmeros migrantes, especialmente europeus, para trabalhar na construção e depois na manutenção/operação na malha ferroviária (MONASTIRSKY, 2006).

Destarte, do ponto de vista étnico a sociedade ponta-grossense é plural, já que se estrutura através de bases indígenas, de negros e de povos europeus. A lógica da ocupação urbana da cidade guarda consigo também traços do passado campeiro, no qual se situa sua gênese. Neste viés, diferentes culturas se interconectam no urbano local, em um diálogo infinito entre modernidade e tradição.

Fala-se de uma complexidade histórica e geográfica envolvida com a consolidação do município, o que concita uma aproximação das subjetividades dos grupos sociais que a integram, tal qual recomenda Bonnemaison (2002). É nesta aproximação, em que são reveladas diferentes apropriações espaciais que ocorre a percepção de espacialidades cuja entonação é distinta dos processos hegemônicos urbanos-industriais.

Em Ponta Grossa, além da presença de diferentes hábitos sociais relacionados com a tradição do campo (hortas comunitárias, presença de alguns veículos de tração animal, diferentes geossímbolos rurais etc), há alguns referenciais espaciais que integram a medicina popular (tradição na região) e o *corpus* de valores espirituais e/ou religiosos. Tratam-se de marcadores não “oficiais” ou institucionais, que são apropriados pela sociedade que lhes atribui significação distinta. São eles: os túmulos de Corina Portugal e de Dom Antônio Mazzarotto, a Gruta do Santa Mônica e o Olho d’Água São João Maria.

O jazigo de Corina Portugal, como ficou popularmente conhecida a jovem Corina Antonieta Portugal, localiza-se no Cemitério Municipal de

Ponta Grossa (n.º 1258). Corina nasceu na Cidade do Rio de Janeiro em 1869, onde conheceu, com apenas 15 anos de idade, o farmacêutico Alfredo Marques dos Campos. O namoro virou casamento, e após o matrimônio o casal migrou para Ponta Grossa, em busca de uma vida sossegada e financeiramente melhor.

Foi em Ponta Grossa que o destino de Corina foi tragicamente selado. Em uma discussão com o marido em 1889, este a matou, desferindo 32 facadas. Alfredo, após o feminicídio fugiu para Minas Gerais onde mais tarde suicidou-se por não aguentar a pressão da opinião pública que havia descoberto seu assombroso crime nos Campos Gerais paranaense. Boatos da época apontavam que a razão da morte de Corina teria sido um suposto adultério cometido por ela. No entanto, não demorou até que o adultério fosse desmentido na sociedade, mesmo com a absolvição por unanimidade do autor e condenação dela própria por sua morte (FERNANDES, 1999).

Corina ganhou fama de Santa quando o prefeito Vicente Bittencourt mandou alguns de seus funcionários remanejar os cadáveres que estavam no antigo cemitério São João para a abertura da Avenida Vicente Machado (até hoje uma das principais da cidade). Ao escavar o túmulo onde estavam os restos mortais de Corina, o encontraram intacto, com a aparência de uma Santa. Os funcionários chamaram um padre para atestar o que encontraram. Quando o religioso chegou ao local pediu aos funcionários que guardassem segredo do que haviam visto (CARNEIRO JR., 2005).

O segredo não foi bem guardado e a notícia se espalhou. Hoje, seu túmulo recebe um número expressivo de visitantes (figura 1), especialmente às segundas-feiras (considerado o dia das almas). Nele, há uma infinidade de agradecimentos por graças alcançadas, bilhetes com novos pedidos, flores etc. Corina é uma das “Santas de cemitério”, como denomina Maués (2005).

Inobstante o seu cadáver preservado, outro fator preponderante para a elevação de Corina à condição de Santa Popular foi o fato de uma pontagrossense que sofria violência doméstica ter procurado o túmulo para pedir a intercessão da Santa em sua vida conjugal. No dia seguinte, o seu marido mudou completamente seu comportamento: deixou o consumo de álcool e tornou-se um homem bom. A partir disso, várias mulheres com problemas conjugais e que sofrem violência doméstica buscam a sua ajuda (PETRUSKI, 2012). Desde 2010 funciona na cidade de Ponta Grossa a “Casa Corina Portugal”, cujo endereço é sigiloso por questões de segurança, que se destina a acolher mulheres e filhos menores, vítimas de violência doméstica (Lei municipal n.º 10.219/10) (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2016).

A santificação não oficial de pessoas comuns é uma lógica complexa. Petruski (2012, p. 162) aponta que o reconhecimento de santos pela sociedade se dá em âmbito local, com múltiplos motivos, já que não há uma lógica delineada para tal. A autora acrescenta que o processo “[...] é uma condição “aberta” que pode ser atingida com base nos pontos estabelecidos pelos próprios devotos, pois são eles os responsáveis pela construção desse modelo de santidade”.

**Figura 1** - Túmulo de Corina Portugal



Fonte: Clarindo, 2019.

Maués (2005) apõe que é comum nos cemitérios do Brasil a presença de Santos não canônicos. São “corpos santos”, como se refere o autor, e seus jazigos, assim como ocorre no de Corina, recebem diversas homenagens por graças alcançadas e milagres concretizados. No caso de Corina, sua santificação, sob a ótica de Félix Coluccio (1995) está no grupo das vítimas de morte violenta ou injusta. Coluccio aponta que nesta categoria há um expressivo número de mulheres – aqui há uma discussão de gênero que merece ser melhor explorada em outra oportunidade.

Ponta Grossa possui outro jazigo com características semelhantes ao de Corina Portugal, porém congrega uma releitura das santidades e da fé popular ainda mais complexa. O 1º bispo da cidade, Dom Antônio

Mazzarotto, é considerado Santo por algumas pessoas da cidade. Seu túmulo (figura 2) também recebe expressivo número de visitantes todos os dias no interior da igreja Sagrado Coração de Jesus, conhecida popularmente por “Igreja dos Polacos”, no centro da cidade.

Dom Antônio Mazzarotto nasceu em 1890 em Santa Felicidade/PR, foi ordenado padre em 23 de novembro de 1914, aos 24 anos de idade, pelo Dom João Francisco Braga, 3º bispo da diocese de Curitiba. Comandou a Diocese de Ponta Grossa de 1930 até 24 de abril de 1965, quando teve seu pedido de renúncia aceito. O bispo faleceu, com 90 anos, no dia 15 de julho de 1980, na cidade de Ponta Grossa (ZULIAN, 2009).

Figura 2 - Túmulo de Dom Antônio Mazzarotto



Fonte: Clarindo, 2019.

A santificação não institucional de um Bispo cuja relação com a igreja é óbvia e reluzente, aponta para a complexidade dos santos não canônicos. D. Antônio tinha gosto pela escrita e todo dia 23 de fevereiro, no aniversário de sua ordenação, publicava uma carta pastoral, fato que

perdurou durante toda sua atuação na cidade de Ponta Grossa, entre 1930 e 1965 (ZULIAN, 2009).

As cartas pastorais de D. Antônio, textos canônicos, objetivavam se comunicar com a comunidade católica de Ponta Grossa (clero e fieis). Com aparente inclinação catequética, as cartas exploravam conceitos da fé católica e pautavam-se na ideia de restauração do reino de Cristo na terra.

D. Antônio era bastante conservador e fiel aos dogmas da igreja católica. Seu conservadorismo e convicções ortodoxas o puseram em conflito com as novas diretrizes propostas pelo Papa João XXIII em 1962, no Concílio Vaticano II (também conhecido pela expressão em italiano: *aggiornamento*). As mudanças propostas para a igreja intentavam acompanhar o ciclo modernizante do mundo, propiciando uma abertura de diálogo e abdicação do posto de verdade absoluta na sociedade.

O Bispo ponta-grossense, diante da enorme reviravolta ocorrida na igreja após o Concílio Vaticano II, passou a ter dificuldades no diálogo institucional. D. Antônio Mazzarotto militava com afinco através de suas cartas e atitudes na manutenção da moral e bons costumes, estimulando seu clero a atuar da mesma maneira.

Sem razão formal explícita, com a última carta pastoral, em 1965 o bispo renunciou. Zulian (2009) considera que a causa provável da renúncia tenha sido um jogo político tramado nos bastidores da igreja, no qual ele não tivera participação, e tampouco consultado. É provável que a não aceitação da modernidade latente na igreja e na sociedade pesaram na sua deposição do cargo com sua substituição pelo Bispo Dom Geraldo Micheletto Pellanda.

Após a renúncia, D. Antônio recolheu-se em solidão, deixou de publicar seus escritos e não se expressou mais publicamente, somente atendia quem lhe procurasse para orientação espiritual. Dom Antônio fez “[...] esse não-dizer” ter sentido” (ZULIAN, 2009, p. 374).

Os motivos pelos quais o Bispo é considerado Santo por uma parcela da comunidade local não são evidentes. Talvez esta santificação ocorra por um estímulo do sentimento de compaixão pela forma com que se deu sua substituição, ou mesmo pelo fato de ter sido o primeiro Bispo da cidade. É provável também que sua postura rígida tenha agradado a elite campeira da época.

A cidade o aceitou ao longo do período de seu episcopado porque a sua proposta anticomunista, devocional, mariana, de estrita observância da ordem e de obediência à autoridade, especialmente à sua, era culturalmente aparentada do imaginário local, calcado sobre esses mesmos valores (ZULIAN, 2009, p. 383).

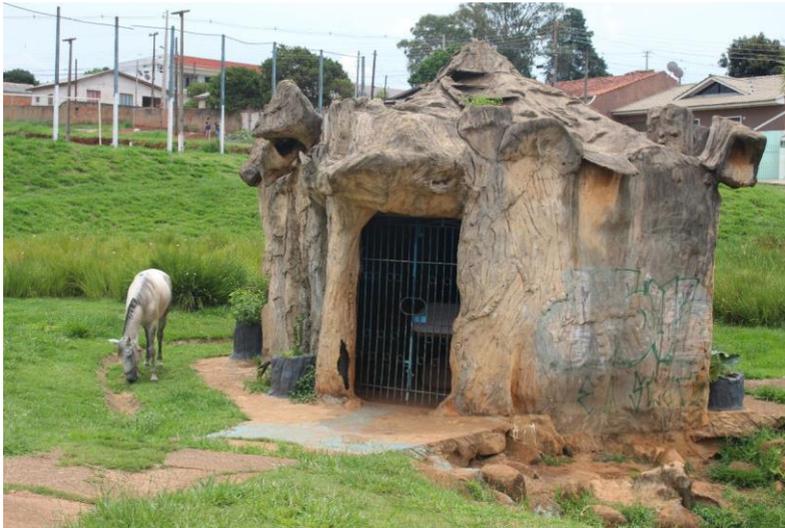
Há pessoas que visitam apenas o túmulo para suas preces, deixando de lado o contexto da igreja onde ele está depositado. Mas há também aqueles que passam pelo jazigo na entrada e depois seguem em oração/reza em reverência aos demais simbolismos presentes no pavilhão da igreja. Neste sentido, deve-se considerar que:

A pretensa unidade e organicidade conquistadas pela Igreja mascaram a multiplicidade de apropriações do catolicismo entre os próprios membros da instituição, ocultando uma variedade de compreensões e vivências da ortodoxia, de doutrina, de liturgia, técnicas, prédicas, cura de almas e uma grande diversidade de experiências religiosas. Essa multiplicidade pode ser estendida para os embates cotidianos, seja ele no interior dos movimentos e associações nas paróquias, na "leitura" das devoções por parte da população, na imprensa e outros órgãos de divulgação ou até mesmo nas múltiplas ocasiões de resistência às práticas reformadas. Pois os indivíduos sempre conseguem preservar espaços de liberdade, marcados muitas vezes pela transgressão e rebeldia, burlando o institucional, reinventando-o, e transitando por posições distintas, inclusive na esfera religiosa (ZULIAN, 2009, p. 57).

Pensa-se que a devoção da população para com sua pessoa é parte integrante de um complexo cognitivo que margeia a crença, que burla o institucional (como Zulian se refere) e dá outra direção ao sensorial e ao espiritual. É uma releitura espacial e social das instituições, como se discutiu no tópico anterior.

Nesta esteira de ressignificações, a gruta existente na vila Santa Mônica (figura 3) é outro marcador territorial que serve à fé popular das pessoas da região. Na gruta, construída sobre uma vertente d'água, era comum a realização de rezas e a reunião da comunidade para o exercício da fé e compartilhamento de suas experiências espirituais.

**Figura 3** - Gruta localizada na vila Santa Mônica



Fonte: Clarindo, 2019.

O uso do pretérito se dá em face de que a gruta atualmente encontra-se aguardando uma revitalização. A obra de arte foi projetada pelo artista plástico Arno Felix Vaccari e construída pela Prefeitura Municipal em 2004 em uma das praças da vila. Nela há uma imagem grande de Santa Mônica

(figura 4), doada no passado pelos irmãos Maristas que moram nas proximidades.

A história aponta que o principal milagre atribuído à Santa Mônica é a conversão do próprio filho: Santo Agostinho. Durante 30 anos ela rogou pela conversão do filho. Sua presentificação se dá, portanto, especialmente para mães que buscam graças para os filhos.

A existência de um olho d'água na gruta representa a aproximação da crença popular com a natureza, através da atribuição de valor sagrado ao local. A hierofania (ELIADE, 2000), é comum em vertentes de água espalhadas pelo país, e em várias delas há a crença de que a água que jorra possui característica curativa/protetiva.

**Figura 4** - Imagem de Santa Mônica no interior da Gruta



**Fonte:** Clarindo, 2019.

Inobstante, a cidade de Ponta Grossa conta com outra presentificação envolvendo uma nascente de água. O olho d'água São João Maria é também um dos marcadores territoriais da religiosidade popular local.

De acordo com Welter (2007), João Maria aparece na maior parte das investigações com sua vivência atrelada à Guerra do Contestado. Por outro lado, há inúmeras dissonâncias nas histórias envolvendo João Maria, e alguns autores retratam que existiram três homens reconhecidos pela sociedade da época com o nome do monge.

O primeiro surgiu em meados do século XIX, na década de 40, pouco depois das revoltas liberais que sacudiram o Brasil e pouco antes do término da Guerra dos Farrapos. O segundo marcou sua presença nos anos próximos à abolição da escravidão e do advento da República; em meio à Revolução Federalista temos o seu primeiro registro concreto. Finalmente, José Maria, o terceiro monge, surgiu em 1912, quando a Primeira República incentivava largamente a imigração e a construção de estradas de ferro, com contratos altamente vantajosos para as construtoras (CARNEIRO JR., 2005, p. 18).

Welter (2007) apõe que há uma sobreposição identitária feita pela população sobre João Maria, tanto pelas questões de parentesco envolvendo estas pessoas com pela crença na reencarnação. É mais provável, porém, que o que fez fama pela região da Lapa e dos Campos Gerais era João Maria de Agostini (ou de Agostinho como ficou apelidado), que teria chegado da Itália em 1844 e circulado na região Sul e Sudeste do país, inclusive na região fronteira com outros países da América Latina.

O contexto social da época (final do século XIX e início do século XX), em que o interior era esquecido pelo poder público, favoreceu o fortalecimento de sua imagem na região. Welter (2007) acrescenta que a população sertaneja era, inclusive, carente no prospecto religioso, de modo que os padres da época dificilmente se deslocavam para o interior e quando o faziam posicionavam-se de maneira incompatível com a realidade local, sustentados pela ortodoxia da igreja e/ou outros interesses hegemônicos.

Deve-se considerar que havia naquele período um ideal amplo de exclusão de negros e índios, organizado num projeto de “civilização” coercitiva da população brasileira, envolvendo diferentes setores sociais: igreja, Estado e academia, dentre outros. Assim, por uma questão de identificação, monges como João Maria se sobressaem ao fornecer alento às populações esquecidas e menosprezadas.

João Maria, no entanto, não possuía significação somente para os mais pobres, sua presentificação se dava mesmo em meio às elites políticas e religiosas da época. São muitas as formas pelas quais a literatura se refere a ele: peregrino, curador, benzedor, rezador, ermitão, monge, profeta e messias, dentre outros. Efetivamente, João Maria andarilhava pelo interior realizando profecias, curando com ervas e águas bentas e orientando espiritualmente as pessoas desassistidas.

A imagem bondosa do monge é contrastada com inúmeras lendas de castigos por ele encomendados. Todavia, é neste cenário dúbio que se sustenta a imagem do Monge João Maria. “As curas são constantes em suas lendas. Teria curado adultos e crianças já à morte com infusões de uma planta chamada vassourinha e rezas. Em Mangueirinha e na Lapa, se contam casos de curas milagrosas de dores de dentes” (CARNEIRO JR., 2005, p. 22).

Além de Ponta Grossa, em outros municípios também existem olhos d’água atrelados à São João Maria. “Dizem que no local onde ele passava as noites, no dia seguinte formava-se uma mina de água, dita por eles ‘olho d’água’, com água limpa e cristalina. E que tinha poder de curar” (CARNEIRO JR., 2005, p. 32).

É comum que nestas nascentes de água sejam construídas grutas ou outras edificações em memória de São João Maria, conforme figura 5. Atualmente, o monge possui ampla projeção nos estados do Paraná e Santa Catarina. Seja no meio rural ou urbano, seus feitos e histórias são

presenças contumazes, sobretudo quando relacionadas com o fenômeno da medicina popular.

Além das visitas em busca de graça e proteção, o olho d'água São João Maria em Ponta Grossa é palco de batismos. Trata-se de uma característica da cultura da região, mas também é provável que isto aconteça em decorrência do fato de que a igreja católica impede que padrinhos não casados na igreja ou que não tenham os sacramentos da 1ª comunhão e crisma batizem uma criança. Sendo assim, algumas famílias optam por realizar o batismo em casa ou no olho d'água.

**Figura 5** - Olho d'água São João Maria



**Fonte:** Clarindo, 2019.

No local é comum a presença de imagens de santas(os) quebradas. Como não é recomendável jogar no lixo imagens que tenham sido despedaçadas acidentalmente, as pessoas as levam até o olho d'água, conforme figura 6.

Pode-se observar no local que além das imagens de santas(os) católicas há também a presença de imagens atreladas à outras crenças

(Pretos Velhos, Ciganas e Médiuns, dentre outras). Estas imagens ilustram a pluralidade que reveste a religiosidade popular. A fé em João Maria e em outras divindades permanece latente na cidade, haja vista que junto desta pluralidade religiosa popular há várias fotos de pessoas, cartas com pedidos/agradecimentos e velas espalhadas pelo local, que se renovam ao longo dos dias em reconhecimento pelas graças alcançadas e/ou novos pedidos. Atualmente não se recomenda o consumo da água da vertente por haver um esgoto clandestino desaguando próximo, outrossim o local tem sido alvo de vandalismos constantes.

A presença e persistência destes locais em meio ao espaço urbano moderno retrata com exatidão um outro percurso de fé. Não se trata de abdicar necessariamente dos valores e práticas arraigados às instituições, mas de um outro caminhar espiritual/ritualístico, que alterna-se entre complementariedade e exclusividade.

**Figura 6** - Imagens de santas quebradas no olho d'água São João Maria



Fonte: Clarindo, 2019.

## Considerações finais

A releitura espacial do urbano proposta neste artigo evidenciou que a cidade absolutamente não é uma única realidade social. Elegeram-se para ilustrar esta afirmação alguns marcadores territoriais que apontam outros valores religiosos e espirituais impregnados na vida urbana. Entre Santos canônicos, como Santa Mônica, e outros não reconhecidos institucionalmente, a sociedade organiza seu *corpus* de saberes e crenças.

A compreensão deste *corpus* é necessidade premente na compreensão das múltiplas espacialidades, já que o espaço urbano tomado por múltiplo atesta a presença de uma ancestralidade mítica, presente no inconsciente coletivo. Fala-se de uma abordagem desde as vivências espaciais organizadas por pessoas comuns, através de suas identidades, sentimentos, sensações, memórias etc.

Neste sentido, a espiritualidade, enquanto campo autônomo da religião e dimensão, afeta a cada ser humano e fornece subsídios para uma outra leitura espacial e também para a construção de uma nova agenda dentro da ciência geográfica. Medir silêncios e lidar com abstrações é parte do novo paradigma científico, cuja presença incontestável não deixa margem para que as discussões sejam negadas e/ou invisibilizadas.

Assente na perspectiva do Bem Viver (*Buen Vivir*), as múltiplas espacialidades inseridas no espaço urbano moderno das cidades ilustram a força de resistência social/cultural da sociedade frente aos processos totalizantes. Nestes marcadores territoriais ocorre também a reinterpretação de signos modernos, colocando em questionamento a modernidade e o crescimento infinito como únicos destinos do mundo. É, portanto, nestes interregnos espaciais que se dá uma singela, porém profunda ruptura com a lógica capitalista/colonial. Nestes há uma potente abertura para a aproximação da sociedade com a natureza através do

estímulo para a reflexão acerca do antagonismo – imaginário e/ou disciplinar – entre campo/cidade, mediante o resgate de geossímbolos rurais e da memória dos antepassados.

## Referências

ACOSTA A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ALMEIDA SILVA, A. de. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – UFPR/SCT/DG/PPGMDG, Curitiba, 2010.

BOLLNOW, O. **O homem e o espaço**. Curitiba: UFPR, 2008.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia Cultural**: Um século. Rio de Janeiro: EDUARJ, 2002. p. 83-131.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: Sobre a Teoria Da Ação. Campinas: Papirus, 2008.

CARNEIRO JR., A. **Lendas e Contos Populares do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CLARINDO, M. F. **A Geografia da cura e do sagrado**: a resistência das benzedeiças no espaço urbano de Ponta Grossa. 2019. Tese. (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

COLUCCIO, F. **Las devociones populares argentinas**. Buenos Aires, Nuevo Siglo, 1995.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 2004.

DI MÉO, G. **Introduction à la géographie sociale**. Paris: Armand Colin, 2014.

DIARIO DOS CAMPOS, 2016. '**Corina Portugal' acolhe mulheres vítimas de violência**.

Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/corina-portugal-acolhe-mulheres-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ELIADE, M. **Tratado de Historia de las Religiones**. Madrid: Cristiandad, 2000.

ESCOBAR, A. **Sentipensar com la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FERNANDES, J. C. **Corina Portugal: História de Sangue & Luz**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta Ltda, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONTOURA, C. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 199-214, jul./dez. 2012.

FLORIANI, N. et. al. Microterritorialidades rurais em um espaço urbano no sul do Brasil: imaginários geográficos e outros modos de habitar na cidade. In: LIMA, R. M.; SHIRAIISHI NETO, J.; SOUZA FILHO, B. **Dinâmicas territoriais e conflitos socioambientais**. São Luís, Maranhão: UEMA, 2018. p. 61-87.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**. Pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense. 1987.

MATHIEU, N. **Le concept de mode d'habiter à l'épreuve du développement durable**.

l'Académie d'agriculture de France. Hal sciences d l'homme et de la Société, França – Paris, 2010. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00732262>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MAUÉS, R. H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião.

**Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 259-274, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24092.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MELO, M. S., MORO, R. S., GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais**.

Ponta Grossa: UEPG, 2007.

MONASTIRSKY, L. B. **Ferrovias**: Patrimônio Cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a

partir da região dos Campos Gerais (PR). 2006. Tese (Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PETRUSKI, M. R. **Eu oro, tu oras, eles oram para Corina Portugal**. Revista Brasileira de

História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 12, p. 159-172, janeiro 2012. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf11/07.pdf> Acesso em: 28 jul. 2020.

RAFFESTIN, C. De l'ideologie à l'utopie ou la pratique du géographe. **Geographica**

**Helvetica**. v. 41, n. 3, 1986, p. 133-136. Disponível em <http://www.geogrhelv.net/41/126/1986/gh-41-126-1986.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.) **O fenômeno urbano**.

Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZULIAN, R. W. **Entre o aggiornamento e a solidão**: práticas discursivas de D. Antônio

Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa - PR (1930-1965). 2009. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

WELTER, T. **O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo**. 2007.

Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

## **Ana Cristina Cesar e o feminino como signo de subversão**

*Daniel José Gonçalves*

### **Introdução**

A poesia de Ana Cristina Cesar já está definitivamente consolidada no panorama literário nacional como uma das obras mais expressivas dos últimos tempos. Cerca de 37 anos após a morte precoce da poeta, em 1983, cresce o volume de trabalhos acadêmicos sobre sua poesia, novas edições de seus livros são lançadas e seu acervo e arquivos, disponíveis no Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro, continuam despertando a atenção de pesquisadores e curiosos.

Tal repercussão situa Ana Cristina Cesar como uma das personalidades literárias mais influentes e férteis da geração da década de 1970, a geração que viveu sob o peso do regime militar e das profundas transformações culturais desencadeadas pelos movimentos contraculturalistas – a geração da denominada “poesia marginal”.

Ana Cristina Cesar desenvolve uma poética que se vale das estratégias da poesia marginal e das tensões políticas do período, reconfigurando-as ao debate do socialmente estabelecido ao feminino. O signo mulher, sob essa ótica, torna-se subversão, na medida em que os papéis socialmente atribuídos aos sexos são colocados em tensão permanente no texto.

## **A mulher como signo de subversão**

O conturbado panorama dos anos 1970 configurava, na verdade, um embate geracional entre a predominância dos ideais revolucionários dos anos 1960 e a luta em favor da democracia presente nos anos 1970. Enquanto no período pré-64 as produções artísticas se caracterizavam como mecanismos de mobilização e didatização das massas em favor da transformação social, no período posterior, sobretudo após a instituição do AI-5 em 1968, houve um redimensionamento da crítica social para a experiência do cotidiano, deslocando a discussão política das “grandes questões” para “questões ‘pequenas’ surgidas da experiência cotidiana dos agentes sociais” (PEREIRA, 1981, p. 90), o que procurava refletir, de algum modo, as reverberações do ambiente repressivo do regime militar nos indivíduos. No entanto, esse redimensionamento assumia conotação política, na medida em que contestava parâmetros existenciais e alimentava a desconfiança nos discursos do poder instituído, tanto quanto contestava a própria forma estabelecida de manifestação política da esquerda. A arte brasileira, nesse sentido, em suas diferentes expressões, passava por um processo de experimentação de novas linguagens, cuja proposta era repensar o seu lugar na arena das disputas sociais, culturais e ideológicas e subverter os padrões estéticos dominantes.

Com o regime militar de 1964 e o conseqüente silenciamento das vozes de subversão do sistema, a influência da esquerda engajada nos debates culturais perdeu força para os movimentos de liberalização dos costumes e movimentos contraculturalistas, que aglutinaram a juventude transformando-a “num novo bloco de contestação radical” (PEREIRA, 1992, p. 07). Modos alternativos de tratar o sexo, a existência e a política se moldavam, e a marginalidade em relação aos valores instituídos passava

a ser um atributo positivo: “seja marginal, seja herói”, dizia a emblemática obra de Hélio Oiticica. De acordo com Heloísa Buarque de Hollanda,

A marginalidade é tomada não como saída alternativa, mas no sentido de ameaça ao sistema; ela é valorizada exatamente como opção de violência, em suas possibilidades de agressão e transgressão. A contestação é assumida conscientemente. O uso de tóxicos, a bissexualidade, o comportamento descolonizado são vividos e sentidos como gestos perigosos, ilegais e, portanto, assumidos como contestação de caráter político. (HOLLANDA, 2004, p. 77)

As minorias condicionadas às margens da sociedade, não mais o “povo”, também começaram a se manifestar na mesma esteira da politização do individual e do subjetivo. A causa identitária dos homossexuais, das mulheres e dos negros assumiu um espaço importante de crítica social, rompendo com parâmetros consolidados no imaginário coletivo, como a heteronormatividade, o papel da mulher na sociedade e o mito de nossa democracia racial, por exemplo. Vale lembrar que o *slogan* do feminismo era justamente “o pessoal é político” (HALL, 2005, p. 45), o que subvertia a noção sob a qual o âmbito de ação da mulher era unicamente o espaço privado e o do homem o espaço social – a figura masculina como representante da ideia de Humanidade. Era um período em que, como afirma Marcelo Ridente,

...ficava mais uma vez evidente – como em geral ocorre com mais transparência nos momentos de impasses na sociedade – que a produção cultural é ao mesmo tempo política, e vice-versa, ainda que nem sempre seja possível estabelecer precisamente a articulação entre arte e vida sócio-política. (RIDENTE, 2000, p. 280)

A chamada “poesia marginal” encaixava-se perfeitamente na nova proposta de manifestação política, pois concentrava os novos anseios de

crítica social e as inquietações estéticas decorrentes do conturbado cenário artístico e cultural do momento: “[a produção poética dos anos 1970] trata-se, fundamentalmente, de uma questão de postura que não nos remete apenas ao universo literário, mas à cultura como um todo. É um conjunto de experiências sociais no sentido mais amplo do termo” (PEREIRA, 1981, p. 93). A opção marginal dessa poesia, ou seja, a veiculação fora do plano das produções oficiais e legitimadas, seja pela crítica literária, seja pelo órgão censor, nos dá conta de uma postura que recusa o âmbito oficial de expressão e circulação de produtos culturais e ideológicos. A temática e a forma, sob esse aspecto, irão refletir essa opção, na medida em que procuram linguagens e expressões diferentes das que dominavam o mercado editorial da época, além de proporem a identificação com linguagens, expressões e grupos sociais não legitimados pela sociedade. Daí o forte apelo à sexualidade, o uso de palavras de baixo calão e a identificação entre vida e literatura.

Esse novo modelo de contestação social guardava uma contradição que era justamente uma espécie de descompromisso com a situação política mais ampla. “O texto, a produção do livro e a própria vida desburocratizada dos novos poetas sugerem, de maneiras muito parecidas, o descompromisso como resposta à ordem do sistema” (HOLLANDA, 2004, p. 111). O descompromisso caracterizado por uma poesia bastante referencial, espontânea, com a exposição de temas cotidianos facilmente aproximáveis à vida do autor, além do fato de que o autor acompanhava todos os momentos da obra, da criação dos poemas, escolha do tipo de papel, capa, passando pela confecção mimeografada das cópias e até venda dos materiais, que era feita por ele próprio em praças, universidades e portas de livrarias. Isso consiste no resgate do subjetivo, do simplório, do frugal, do cotidiano como problema da poesia e também marca a adesão a uma postura mais pragmática em relação à literatura e à vida – um autor

que tem consciência do livro como produto a ser consumido, que sabe dos acessos que a literatura pode dar. Tudo isso se ligava a algo que era conhecido na época como *desbunde*. O desbunde se caracterizava pela recusa dos moldes anteriores de se tratar a política e pela abertura para a variabilidade de projetos existenciais, possibilidades de identificação com grupos sociais, além de diversificar a arena em que a política se manifestava. Essa postura contraditória do desbunde recebeu várias críticas, como esta de Terry Eagleton: “No momento exato em que uma direita triunfalista havia estado audaciosamente reimaginando o formato da terra, a esquerda cultural havia se recolhido, de um modo ou de outro, a um pragmatismo conformado.” (EAGLETON, 2005, p. 82)

De todo modo, a despeito das contradições que o momento trazia, da marginalidade das produções e do regime militar de exceção, essa literatura recebeu atenção do público leitor e acadêmico, que não pode ignorar o volume de produções e a movimentação que se formou em torno dela. Debates e polêmicas entraram em cena tomando o espaço de jornais e salas de aula. O surto de produções poéticas foi definido por Ana Cristina Cesar dessa maneira: “Quase se pode dizer que há mais poetas que leitores de poesia” (CESAR, 1999c, p. 162). No prefácio da antologia *26 poetas hoje*, registro exemplar daquele surto de produções, Heloísa Buarque de Holanda destaca alguns aspectos fundamentais:

...há uma poesia que desce agora da torre do prestígio literário e aparece com uma atuação que, restabelecendo o elo entre poesia e vida, restabelece o nexo entre poesia e público. Dentro da precariedade de seu alcance, esta poesia chega na rua, opondo-se à política cultural que sempre dificultou o acesso do público ao livro de literatura e ao sistema editorial que barra a veiculação de manifestações não legitimadas pela crítica oficial. No plano específico da linguagem, a subversão dos padrões literários atualmente dominantes é evidente: faz-se clara a recusa tanto da literatura classicizante quanto das

correntes experimentais de vanguarda que, ortodoxamente, se impuseram de forma controladora e repressiva no nosso panorama literário. (HOLLANDA, 2001, p. 10-11)

Para Ana Cristina Cesar, a poesia marginal trazia uma possibilidade política que nenhum outro modelo de divulgação oferecia naquele momento: “tudo pode ser dito no poema, mas na realidade nem tudo pode ser dito” (CESAR, 1999, p. 166). Equilibrada nessa possibilidade de se “dizer tudo”, em detrimento do ambiente repressivo imposto pela censura do regime militar e das formas legitimadas da “literatura classicizante” e “correntes experimentais de vanguarda”, impunha-se a essa poesia um caráter subversivo que se desdobrava tanto para o aspecto estritamente político, de manifestação e crítica social, contornando os aparelhos de controle do Estado, quanto para o aspecto literário, no que diz respeito à postura contra modelos dominantes na literatura, especialmente o modelo poético da geração de 45, de João Cabral de Melo Neto, e do movimento concretista.

Em todo esse efervescente panorama, Ana Cristina Cesar construiu sua poesia encaminhando suas potencialidades políticas e estéticas para a discussão do *feminino*, no sentido de subversão dos papéis socialmente atribuídos aos sexos. A temática do cotidiano, a forma de diários e cartas, a sensação de que algum segredo pode estar sendo revelado no texto, aspectos comuns à poesia marginal dos anos 1970, são apropriados no trabalho de Ana Cristina Cesar como questões próprias do dito “universo feminino”, historicamente identificado com o âmbito do privado, do segredo e do cotidiano. Ana Cristina Cesar, portanto, redimensiona os elementos comuns à poética e à política daquele tempo para o campo das relações de gênero, como mecanismos de subversão do modelo patriarcal hegemônico.

Sob esse aspecto, é possível apontar no interior de seus poemas traços definidores de uma abordagem feminista no tratamento dado ao *feminino*. O elemento político que permeia a opção de redimensionar características da poesia daquele tempo para sua relação com um universo socialmente atribuído ao feminino está de acordo com as estratégias feministas de, a partir da linguagem, subverter a noção de neutralidade do discurso: “o neutro da língua, sua aparente indiferença às diferenças, camufla o operativo de ter universalizado, à força, as marcas do masculino, para convertê-lo, assim, em representante absoluto do gênero humano” (RICHARD, 2002, p. 131).

A ruptura com a neutralidade da língua, ou seja, com a noção de que opera um caráter de genuinidade no discurso dominante, que exclui todos os seus contrários, se constrói na manipulação das representações do feminino e na tensão que essas representações estabelecem no texto. O território do íntimo e do privado, da interlocução, do segredar algum assunto para alguém, assumidos como ambientes próprios do feminino, na poesia de Ana Cristina Cesar tornam-se territórios de subversão do feminino. Neste contexto, a identidade de gênero se apresenta sempre fraturada, seja pelas várias representações do feminino no texto, convivendo no embate e tensão, seja pelas verdades do desejo, com a inserção do elemento homoerótico.

Há um tipo especial de literatura, ainda, contra a qual é possível ver a poesia de Ana Cristina Cesar se dirigir: a das “damas da poesia brasileira”, as chamadas *poetisas*. O feminino erigido nos poemas de Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa “...é o etéreo, é o leve, é o cristalino, é o diáfano, é o que fala de coisas muito leves da natureza, nuvens e riachos, alguma coisa que não ‘toca’ direito” (CESAR, 1999c, p. 269) e no qual Ana identifica um senso comum que relaciona o feminino com poesia. Esse senso comum do poético e do feminino será um dos alvos a ser desmontado, a partir de uma

linguagem mais vulgar e incisiva e da representação de um feminino fragmentado e inconcluso. O feminino mais “sangue”, mais ligado à “terra”, “histórico”, que Ana Cristina aborda em alguns artigos contidos em *Crítica e tradução*, representará o meio pelo qual ela procurará construir uma poesia “modernamente feminina”.

...pode-se dizer que a possível nova dicção da mulher, aquela que Ana Cristina aprecia e deseja, deve desvencilhar-se dos padrões “perfeitos” já estabelecidos. Deve elaborar a relação com os modelos masculinos, tanto na construção da linguagem poética, como na revisão das imagens de mulher, tradicionalmente representada pela dicotomia anjo-monstro. (CAMARGO, 2003, p. 75)

A subversão do feminino nos poemas de Ana Cristina Cesar, desse modo, consiste numa tensão, que concentra tradição literária e manifestação política, uma concentração que considera como campo de atuação da crítica social o território da linguagem, do signo linguístico. O reconhecimento da arena ideológica que configura o signo lhe confere um caráter de embate, um território em que é possível subverter o discurso dominante:

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo o signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante. (BAKHTIN, 2004, p. 47)

A tensão entre o discurso dominante e o feminino que Ana Cristina Cesar procura erigir em seus poemas se configura na abordagem da contradição “carne e luz”, “anjo e monstro”, tão presente na poética das chamadas poetisas. Se a mulher é a mãe, o “etéreo, o leve, o cristalino”, por outro lado é também a amante, a prostituta, aquela que desvia o homem do caminho correto.

Isso pode ser observado no poema *Enciclopédia*:

Hácate ou Hécata, em gr. Hekáté. Mit. gr.  
 Divindade lunar e marinha, de tríplice  
 forma (muitas vezes com três cabeças e  
 três corpos). Era uma deusa órfica,  
 Parece que originária da Tróia. Enviava  
 aos homens os terrores noturnos, os fantasmas  
 e os espectros. Os romanos a veneravam  
 como deusa da magia infernal.  
 (CESAR, 1999a, p. 95)

Enciclopédia representa o volume portador de todos os saberes alcançados pelo *homem*, configura o conhecimento em estado mineral, em estado dicionário, catalogado, rotulado e definitivo. O título, desse modo, nos direciona a uma linguagem que carrega a autoridade de dominar o conhecimento. No entanto, subversões se inserem na dúvida (*Parece que*) e na estrutura de versos, aspectos contrários à sobriedade e linearidade da forma de expressão do conhecimento e de sua indubitável carga simbólica de domínio. Sendo um saber dominado pelos homens, o poema é carregado de ironia, na medida em que aborda uma deusa que leva aos homens os terrores noturnos, imagem associável à misoginia e ao preconceito acerca do feminino como “mágico”, “misterioso” “grotesco” e “perigoso” – “em aberto”.

A imagem de “deusa da magia infernal” remete à representação da “mulher fatal”, muito presente na misoginia do século XIX, como destaca Dottin-Orsini, em *A Mulher que eles chamavam fatal*. Detentora de diversas facetas, a “mulher fatal” é dotada de erotismo exacerbado e moral negativa. Como característica da mulher sedutora, detentora dos segredos, a mulher exibindo sua “monstruosa sexualidade”, enfeitiçando os homens para levá-los à ruína “...a mulher (isto é, o objeto do desejo) é da mesma forma, naturalmente, destinada à falsidade e à crueldade, à mentira pronta e a mãos manchadas de sangue” (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 14). Ou ainda, “...o escândalo feminino em estado puro, a mulher fora de si, isto é, sem pudor, exibindo (ou parecendo exhibir) sua monstruosa sexualidade” (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 233-234).

O “escândalo feminino” relacionado ao corpo é uma construção social que abrange diferentes instâncias da atividade humana, como a ciência, a arte e a religião. Histeria, por exemplo, é uma patologia feminina. Não por acaso, Hécate tem tríplice forma, é uma “deusa de três cabeças e três corpos”. Sobre a metáfora do corpo feminino, Mary Russo argumenta que

O corpo grotesco é o corpo aberto, que se projeta, ampliado, secretante, o corpo do vir-a-ser, do processo e da mudança. O corpo grotesco se opõe ao corpo clássico que é monumental, estático, fechado e liso, correspondente às aspirações do individualismo burguês; o corpo grotesco está associado ao resto do mundo. (RUSSO, 2000, p. 79)

O feminino fora da contradição “carne e luz” é o feminino grotesco, que se projeta, que “joga no corpo”, que “fala com o corpo”, e que é, portanto, essencialmente subversivo e transformador, porque é o “corpo do vir-a-ser, do processo e da mudança”. Sua oposição se constrói em relação ao clássico, à perfeição e à pureza, aspectos mantenedores sociais. A caracterização de “Hécate ou Hécata” em *Enciclopédia* cumpre o papel de

estabelecer a figura do feminino mais próxima dos poemas de Ana C., em contraposição à persona feminina construída socialmente, pura e elevada, leve e cristalina, das “damas’ da poesia brasileira”, da “dicção nobre” e do “falar feminino tradicional”. É como esta divindade aterrorizante, esta divindade que traz “aos homens os terrores noturnos, os fantasmas / e os espectros” que o eu-poético feminino de Ana Cristina Cesar se constrói.

Nelly Richard, em *A escrita tem sexo?*, na perspectiva de saber se existe uma marca do feminino na linguagem que a distinguiria da marca do masculino, neutro e contínuo, vai argumentar que não é o caso de se procurar uma escrita de mulher, mas de saber *como* é possível textualizar as marcas do feminino. Nesse sentido, Richard entende que o texto deve construir uma dinâmica de tensão, que não precise ser compartilhada apenas por autoras mulheres, mas que tenha como fundamento um constante desequilíbrio das identidades: “Transgredir a norma sóciomasculina depende de que uma certa dinâmica dos signos se oriente para a ruptura das significações monológicas” (RICHARD, 2002, p. 134). A linguagem em tensão, sem dar nada por acabado, portanto, seria a transgressão da norma e uma espécie de textualização do feminino.

O poema *Anônimo* aborda outra dimensão do corpo grotesco e aberto, tensionando corpo e desejo:

#### Anônimo

Sou linda; gostosa; quando no cinema você roça o ombro em mim aquece, escorre, já não sei mais quem desejo, que me assa viva, comendo coalhada ou atenta ao buço deles, que ternura inspira aquele gordo aqui, aquele outro ali, no cinema é escuro e a tela não importa, só o lado, o quente lateral, o mínimo pavio. A portadora deste sabe onde me encontro até de olhos fechados; falo pouco; encontre; esquina de Concentração com Difusão, lado esquerdo de quem vem, jornal na mão, discreta. (CESAR, 1999a, p. 98)

O título remete a um anúncio de jornal, seção de classificados, o que já vale uma pergunta: que tipo de mulher se expõe desse jeito? Para reforçar essa ideia, a menção à “portadora deste” estabelece um tipo de anúncio para atrair, marcar um encontro, em que a única situação em jogo é a satisfação do desejo. Por isso não são necessários nomes, é um encontro entre “anônimos” ou “anônimas”, o que imprime outro elemento, de acordo com algumas passagens do poema: não importa a marcação do gênero de quem irá responder ao anúncio, se “comendo coalhada ou atenta ao buço deles”. O poema todo carrega um erotismo ardente. A seleção vocabular estabelece a reação física, corpórea da manifestação do desejo: “aquece”, “escorre”, “assa viva” e “quente lateral”. Por outro lado, esse erotismo exacerbado se direciona tanto para dentro, quanto para fora, ou seja, tanto para si mesma, como em “Sou linda; gostosa”, quanto para um outrem indefinido. Essa pluralidade da manifestação do desejo expressa a impaciência, a ambição, a avidez com que o desejo doma seu sujeito.

Sob certo aspecto, essa imagem pode estar contida nessas palavras de Lucia Castello Branco, em que Eros se articula com Tanatos: “...a fusão Eros-Tanatos [...] pode também ser o início de nossa violência natural, de nosso desejo incontido de transpor limites, de instaurar o caos em lugar da ordem-nossa-de-cada-dia” (BRANCO, 2004, p. 38). O impulso erótico que “doma o sujeito” provoca a necessidade do movimento, da transformação, que implica, necessariamente, a “morte” de uma determinada ordem, para alcançar a instauração de outra.

O aspecto andrógino deste anunciante que caminha na fronteira do desejo por um homem ou uma mulher, mas que se insere no discurso como uma mulher, descrevendo as reações físicas da violência do desejo no seu corpo feminino, subverte as estruturas de uma normalidade sexual. O impulso erótico de transformação e movimento, implícito, como vimos, no corpo feminino, dá a este poema uma carga de contestação das

“verdades” sobre o desejo, desmascarando a repressão sexual que se expressa na definição das características daquele a quem o desejo deve se direcionar, a heteronormatividade.

De acordo com Paulo Venturelli,

A temática do amor entre pessoas do mesmo sexo, sem dúvida, coloca-nos em frente às máscaras que a sociedade tem criado para encobrir o que traz incômodo, o que foge das classificações tranquilas. Como as máscaras brotam de nossas atitudes, de nossos comportamentos, são, obviamente, ideológicas e balançam quando se trata de pensar sobre um fato nunca previsto dentro da organização familiar e social. (VENTURELLI, 1996, p. 305-306)

O poema, nesse sentido, constrói uma arena discursiva em que as máscaras sociais entram em choque com o desejo manifestado pelo corpo. As “classificações tranquilas” são submetidas à reavaliação, por meio do material ideológico contido no corpo, enquanto signo de transformação e mudança. A fragmentação da expressão de para quem se direciona o desejo confere ao corpo, e, no caso, ao corpo feminino, a definição de signo subversivo das estruturas de ajuste do lugar dos sexos. O corpo se apropria da carga de transformação de Eros e o direciona ao questionamento das “máscaras que a sociedade tem criado para encobrir o que traz incômodo”. Como aponta Roland Barthes, em *Fragmentos de um discurso amoroso*,

4.

No mundo animal, o desencadeador da mecânica sexual não é um indivíduo detalhado, mas somente uma forma, um fetiche colorido (assim desencadeia-se o Imaginário). Na imagem fascinante, o que impressiona (tal como um papel sensível) não é a soma de seus detalhes, é tal ou qual inflexão. Do outro, o que vem bruscamente me tocar (me seduzir) é a voz, a postura dos ombros, a silhueta delgada, o calor da mão, o jeito de sorrir, etc. Assim, o que me importa a estética da imagem? Alguma coisa vem se ajustar exatamente a meu desejo (do qual ignoro tudo); não farei pois nenhuma distinção de estilo. Por vezes,

no outro, é a conformidade de um grande modelo cultural que virá me exaltar (creio ver o outro pintado por um artista do passado), por vezes, ao contrário, é uma certa desenvoltura da aparição que abrirá em mim a ferida: posso apaixonar-me por uma pose ligeiramente vulgar (assumida por provocação): há trivialidades sutis, móveis, que passam rapidamente pelo corpo do outro: uma maneira breve (mas excessiva) de afastar os dedos, de abrir as pernas, de mover a massa carnuda dos lábios ao comer, de demorar-se numa ocupação bastante prosaica, de tornar seu corpo idiota por um segundo, para esconder o embaraço (o que fascina na “trivialidade” do outro talvez seja que, por um brevíssimo momento, nele surpreendo, aliado do resto de sua pessoa, como que um gesto de prostituição). O rastro que me toca (ainda um termo de caça) refere-se a uma parcela do modo de agir, ao momento fugitivo de uma postura, em suma, a um esquema (σχημα schema, é o corpo em movimento, em situação, em vida). (BARTHES, 2003, p. 305-306)

Essa parte que Barthes intitula de Inflexão, inserida no capítulo da Sedução, se dedica ao aspecto sumariamente corporal da expressão do desejo. E é justamente esse aspecto que *Anônimo* vai utilizar para desmontar a normalidade para onde o desejo deve se direcionar. O autoerotismo do início, “Sou linda; gostosa”, é substituído pelo olhar que percorre a sala de cinema encontrando símbolos eróticos em várias manifestações corporais. A exploração do território agrava o desejo que toma um aspecto de derretimento, entrega, porque “aquece”, “escorre”, “assa viva”. O toque corporal “quando no cinema você roça o ombro em mim”; a indefinição de para quem o desejo se volta, se ao sujeito “comendo coalhada” ou à mulher “atenta ao buço deles”; a dinâmica dos corpos, que não precisam ser modelares, pois tanto “aquele gordo aqui”, quanto “aquele outro ali” inspiram “ternura”; são representativos daquilo que Barthes chama de “esquema”, “o corpo em movimento, em situação, em vida”. A sedução e o desejo condicionados à inflexão dos corpos, sejam quais forem, reduzidos a uma espécie de condição animal, em que “o desencadeador da mecânica sexual

não é um indivíduo detalhado, mas somente uma forma, um fetiche colorido”, desencadeia o “Imaginário”. E esse fetiche faz com que a única coisa que importe no cinema seja “só o lado, o quente lateral, o mínimo pavio”.

A ambivalência do desejo, portanto, articula as inflexões do corpo com o questionamento das “classificações tranquilas” – as máscaras sociais dos papéis dos sexos. O fragmentário e o provisório também podem ser observados através do desejo, que faz com que o olhar percorra a sala de cinema e não se fixe propriamente em nenhuma imagem, em nenhum objeto específico, mas nas várias possibilidades, independentemente do gênero, e que apenas proporcionem a excitação e o delírio proveniente da “inflexão” dos corpos. O que opera implicitamente neste processo é a autonomia sobre o próprio corpo e sobre a busca pelas “verdades” de seu desejo.

Na poética da intimidade, o uso de cartas e diários como gênero poético, também há o elemento subversivo do imaginário de feminino. De acordo com Maria Lúcia de Barros Camargo,

...a predileção de Ana por gêneros confessionais – cartas e diários – não se limita a fazer a crítica do “espontaneísmo” de sua geração: sendo simulacros, pastiches de confissão, onde o que se confessa, veladamente, é o modo de composição (função poética, diríamos), as formas confessionais ironizam o vínculo que se estabelece entre a exposição da intimidade e a literatura de mulheres. Vínculo que não é gratuito, como o têm insistentemente demonstrado os múltiplos estudos sobre literatura e mulher, especialmente após a intensificação do movimento feminista. [...] Ana Cristina vai além do feminismo e busca sua identidade de mulher, sua palavra feminina, no texto literário, especialmente reinventando textos masculinos e dialogando com eles. Sem medo (CAMARGO, 2003, p. 216).

Maria Lúcia de Barros Camargo aponta neste trecho que Ana Cristina Cesar ultrapassa as exigências do confessional e coloquial, impostas pelo

movimento da “poesia marginal” de seu tempo, animando-as com uma matéria política que se volta à problematização daquilo que socialmente se qualificou como feminino. E esse jogo de intimidade, de mistério, de algo que se revela mas não se revela, vai ser muito salientado em sua obra, como, por exemplo, nas duas recentes publicações. Em *Antigos e soltos*, teve-se o cuidado de se reproduzir o ambiente da “pasta rosa”, com todas as folhas do livro na cor rosa, a cópia em *fac-símile* dos rascunhos da autora, bem como o respeito à divisão dos textos deixada pela poeta. Já em *Inconfissões: fotobiografia de Ana Cristina Cesar*, o leitor parece folhear um álbum de fotografias de algum familiar, de alguém muito próximo.

Na poesia, os gêneros confessionais revelam novamente uma linguagem sob tensão:

21 de fevereiro

Não quero mais a fúria da verdade. Entro na sapataria popular. Chove por detrás. Gatos amarelos circulando no fundo. Abomino Baudelaire querido, mas procuro na vitrina um modelo brutal. Fica boazinha, dor; sábia como deve ser, não tão generosa, não. Recebe o afeto que se encerra no meu peito. Me calço decidida onde os gatos fazem que me amam, juvenis, reais. Antes eu era 36, gata borralheira, pé ante pé, pequeno polegar, pagar na caixa, receber na frente. Minha dor. Me dá a mão. Vem por aqui, longe deles. Escuta, querida, escuta. A marcha desta noite. Se debruça sobre os anos neste pulso. Belo belo. Tenho tudo que fere. As alemãs marchando que nem homem. As cenas mais belas do romance o autor não soube comentar. Não me deixa agora, fera. (CESAR, 1999a, p. 106)

No poema, o caráter de “fúria” atribuído à “verdade” estabelece a intensidade, a violência com que a “verdade” afronta, incomoda e coage. Não querer mais “a fúria da verdade”, talvez represente, nesse sentido, despir ou desmascarar a carga de tormento impingida à “verdade”, ou seja, representa solucionar a “fúria” e tornar a “verdade” menos severa e

dolorosa. A forma de diário íntimo, com data marcada, previamente dá ao poema um tom confessional, cuja sinceridade e clareza, no entanto, logo são descartadas com a construção do cenário que, ironicamente, cumpre um papel mais metafórico, a despeito da objetividade com que é montado. É possível observar, nesse sentido, que o poema opera um movimento de manipulação dos elementos íntimo e confessional, fazendo-os caminhar na fronteira entre um contorno sólido e a fluidez ou precariedade desse contorno, ou seja, entre a sinceridade, suposto terreno da certeza, e a impessoalidade e o distanciamento, que tanto o tom quanto o conteúdo metafórico da construção do cenário, imprimem ao poema.

Na sequência há a inserção do primeiro elemento ambivalente, desmascarando definitivamente a suposta objetividade da narrativa: “Abomino Baudelaire querido, mas procuro na vitrina um modelo brutal.” Baudelaire é ao mesmo tempo abominado e querido. Porém, mais marcante do que esta ambivalência, ou contradição, específica é o registro da tensão que esse modelo masculino cria com a vitrina e a escolha de algum modelo de sapato. Ainda que ela abomine Baudelaire, o modelo escolhido é o mesmo que ele indica: “um modelo brutal”. Acerca deste poema, Ítalo Moriconi afirma que a referência a Baudelaire pode ser entendida como o desejo de

...encaixar-se no desejo dele, não como seu objeto, mas identificando-se com ele. Por isso procura na vitrina um modelo brutal, persona brutal. A persona máscula. Ela precisa deste modelo especificamente, dentre os outros disponíveis na vitrina. O que vende a loja da vitrina? Personas produzidas pelo imaginário social. (Se posso ver meu imaginário fora de mim como fornecedor de modelos é porque ele é social.) A poeta em Ana, a voz que fala no poema, seu sujeito, precisa de Baudelaire para falar da dor que lhe provoca ser homem. A dor que lhe provoca o desejo homoerótico. Imagem que a vitrina lhe vende: sapatão. Entrar na sapataria popular e escolher o modelo brutal, a persona de homem, assumir o desejo. (MORICONI, 1996, p. 112)

O modelo de Baudelaire, no entanto, apresenta duas faces do mesmo problema: o desejo de Baudelaire por uma mulher e sua insistência no modelo feminino como uma espécie de monstro sedutor. Por essa razão ele é ao mesmo tempo abominado e querido. De acordo com Moriconi, “a voz que fala no poema” quer encaixar-se no desejo de Baudelaire, por isso a escolha do “modelo brutal” e por isso ele é querido. Por outro lado, o que se abomina nele é a figura de mulher que seus poemas suscitam – o feminino encerrado na contradição “carne e luz”. Este trecho do poema *Mulheres malditas*, contido em *As flores do mal*, destaca bem a construção desse modelo feminino:

Mulheres malditas

(...)

Ó monstros, ó vestais, ó mártires sombrias,  
Espírito nos quais o real sucumbe aos mitos,  
Vós que buscais o além, na prece e nas orgias,  
Ora cheias de pranto, ora cheias de gritos,

Vós que minha alma perseguiu em vosso inferno,

Pobres irmãs, eu vos renego e vos aceito,

Por vossa triste dor, vosso desejo eterno,

Pelas urnas de amor que inundam vosso peito!

(BAUDELAIRE, 2006, p. 369-371)

Baudelaire trabalha imagens de forte erotismo, privilegiando aspectos como “amor”, “sedução”, “tentação”, “suplício”, “prazer”, até enfim chegar a esse trecho e bradar “Ó monstros”, mas mantém a contradição “carne e luz”, como fica explícito no verso “Vós que buscais o além, na prece e nas orgias”. Mas mesmo diante de tamanha danação que as mulheres representam, o poeta se alinha junto delas, “pobres irmãs”, e ao mesmo

tempo as renega e aceita: “Por vossa triste dor, vosso desejo eterno, / Pelas urnas de amor que inundam vosso peito!”. As mulheres parecem ser condenadas ao desejo, à volúpia e à terra.

A participação de Baudelaire não termina por aí. *21 de fevereiro* faz um diálogo com o poema *Recolhimento* e se utiliza dele para confortar a dor de desejar o mesmo que Baudelaire deseja: “Fica boazinha, dor; sábia como deve ser, não tão generosa, não. Recebe o afeto que se encerra no meu peito.” Em Baudelaire, os versos são os seguintes: “Sê sábia, ó minha dor, e queda-te mais quieta” (BAUDELAIRE, 2006, p. 439). O “modelo brutal” é calçado decididamente, a despeito dos “gatos amarelos” que a rodeiam. E os gatos, “Amigos da volúpia” (BAUDELAIRE, 2006, p. 255), a desejam. O sapato 36 descartado e substituído pelo “modelo brutal” configura mais uma persona disponível na vitrina, ou seja, mais um modelo social que imprime modos, condutas e comportamentos. Todo o processo de escolha de modelos sociais vinculados à sexualidade, nesse caso, o “modelo brutal” ou a “gata borralheira”, aponta para uma sexualidade aberta, para um processo de negociação e busca de uma autoidentidade que venha pacificar “as verdades do desejo”. Se for possível escolher na vitrina algum modelo, então não é a condição biológica do sexo que define o gênero em que o indivíduo se enquadra, mas a complexa teia de relações sociais na qual o indivíduo está inserido.

Uma pessoa “tem” uma sexualidade, gay ou outra qualquer, que pode ser reflexivamente alcançada, interrogada e desenvolvida. Desse modo, a sexualidade torna-se livre; ao mesmo tempo que gay é algo que se pode “ser”, e “descobrir-se ser”, a sexualidade abre-se a muitos propósitos. (GIDDENS, 1993, p. 24)

O questionamento implícito dos esteriótipos da persona feminina empreendido pelo poema, assim como dos esteriótipos da

homossexualidade feminina inseridos na imagem do modelo do sapato, ora “brutal” (um “sapatão”, na leitura de Moriconi) e ora sensível (“36, gata borralheira, pé ante pé, pequeno polegar”), são característicos de uma visão que procura contestar o autoritarismo de modelos sociais aceitos, o modelo heterossexual dominante, contra a autonomia do indivíduo de “escolher na vitrina”, ou dentro do plano social mais amplo, modelos que assentem demandas de autoidentidade referentes à sexualidade.

Porém, o fato de que seja possível escolher “modelos” de sexualidade na vitrina, não quer dizer que isso seja feito sem conflitos, dores e consequências. O paradigma da heterossexualidade é ainda o padrão dominante e excludente de todas as outras formas de relação sexual entre os indivíduos. “Minha dor. Me dá a mão. Vem por aqui, longe deles. Escuta, querida, escuta. A marcha desta noite.” Baudelaire, além de oferecer um modelo de desejo, serve à tentativa de abrandar a dor decorrente da escolha: “Dá-me, ó dor, tua mão; vem por aqui, correndo / deles” (BAUDELAIRE, 2006, p. 439). O diálogo com Baudelaire, no entanto, diferentemente do desencadeamento metafísico de *Recolhimento*, assume o concreto na manifestação do desejo: “A marcha desta noite” se articula com “As alemãs marchando que nem homem” e com “Não me deixa agora, fera”. O desejo homoerótico, brutal em sua manifestação fora dos padrões, excluído das “classificações tranquilas”, se intensifica com a imagem das “alemãs marchando que nem homem”. A dor é a “fera”, e a dor provém do desejo, do desejo incorreto.

Há outro modelo masculino também presente neste poema: Manuel Bandeira. “Belo belo. Tenho tudo que fere”, diz o poema de Ana, enquanto o de Bandeira diz: “Belo belo minha bela / Tenho tudo que não quero” (BANDEIRA, 2004, p. 88). O que “fere” em Ana é também o desejo identificado ao desejo de Bandeira, conforme lemos na sequência do mesmo poema *Belo belo*:

Quero quero  
 Quero o moreno de Estela  
 Quero a brancura de Elisa  
 Quero a saliva de Bela  
 Quero as sardas de Adalgisa  
 (BANDEIRA, 2004, p. 89)

As formas de diários e cartas, como ambiente próprio de subversão do feminino, estão presentes mais incisivamente nos três primeiros trabalhos de Ana Cristina Cesar: *Cenas de abril*, que carrega um tom mais metafórico, *Correspondência completa* e *Luvas de pelica*, que abusam do uso dos gêneros íntimos. Em *A teus pés*, último livro publicado em vida pela autora, observa-se uma mudança substancial em sua dicção poética, que parece não precisar mais especificamente das formas íntimas de cartas e diários. Num certo “modo de falar” e na temática se garante a presença do feminino e suas estratégias de subversão.

### **Considerações finais**

A obra de Ana Cristina Cesar está imersa nos questionamentos de seu tempo. As variadas formas de contestação e a intensa transformação dos parâmetros existenciais, políticos e culturais presentes naquele momento, adentram em sua obra como meios de reflexão sobre o próprio momento, não estabelecendo soluções, mas apenas propondo a convivência, mesmo no conflito, numa espécie de marca do feminino na linguagem.

Assim, a problematização dos papéis socialmente atribuídos aos sexos, no interior da obra de Ana Cristina Cesar, desenvolve-se dentro de uma perspectiva de subversão do modelo patriarcal hegemônico. Ao explorar um terreno tido como especificamente feminino e subverter a representação desse feminino, Ana empreende uma poesia que manipula conceitos e expressões atribuídas ao “universo da mulher”, fazendo-os

conviver no embate e tensão, sem encontrarem um acabamento definitivo de uma identidade feminina acabada. A busca pelas “verdades do desejo”, que sua poética empreende por meio da ambiguidade e inconclusibilidade, deixa o terreno da identidade ainda mais nebuloso, ao se inserir o aspecto homoerótico.

Sob esse aspecto, a linguagem dos poemas de Ana Cristina se molda por meio da fragmentação, da linguagem vulgar, da inserção de temas que desmontem o feminino puro e considerem o sexo, o desejo, a carne como matéria poética. A linguagem toma forma, também, do coloquial, do íntimo, do diário, da carta, do ambiente fechado de uma conversa confidente, aspectos próprios da poesia marginal dos anos 1970. No entanto, a dimensão política que esse tipo de escolha poética adquire em Ana Cristina Cesar, se potencializa no confronto com o universo do feminino, pois Ana encontra nesse tipo de expressão o território genuíno da mulher. Nesse sentido, os aspectos da coloquialidade e da intimidade se moldam também como território de subversão do feminino, colocando em xeque os papéis socialmente estabelecidos aos sexos.

## Referências

- BANDEIRA, Manuel. **Meus poemas preferidos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Trad. Márcia Valéria M. de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- BRANCO, Lucia Castello. **O que é erotismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAMARGO, Maria L. B. **Atrás dos olhos pardos: uma leitura da poesia de Ana Cristina Cesar**. Chapecó: Argos, 2003.

\_\_\_\_\_. **A teus pés.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Correspondência incompleta.** Org. Armando Freitas Filho, Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Crítica e tradução.** São Paulo: Ática, 1999c.

\_\_\_\_\_. **Antigos e soltos:** poemas e prosas da pasta rosa. Org. Viviana Bosi. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2008.

\_\_\_\_\_. **Inconfissões:** fotobiografia de Ana Cristina Cesar. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2016.

DOTTIN-ORSINI, Mireille. **A mulher que eles chamavam fatal:** textos e imagens da misoginia fin-de-siècle. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria:** um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Trad. Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **26 poetas hoje.** 4. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

\_\_\_\_\_. **Impressões de viagem:** CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

MORICONI, Ítalo. **Ana Cristina César:** o sangue de uma poeta. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996.

PEREIRA, Carlos A. M. **Retrato de época**: a poesia marginal anos 70. Rio de Janeiro: Funarte, 1981.

RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: \_\_\_\_\_. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero e política. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RUSSO, Mary J. **O grotesco feminino**: risco, excesso e modernidade. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

VENTURELLI, Paulo. Deus e o diabo no corpo dos meninos – sexualidade, ideologia e literatura: diálogos. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de; (org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

## **Construindo um nome e atribuindo um significado: mulheres policiais militares**

*Andréa Mazurok Schactae*

No período compreendido entre os anos de 1977, quando ingressaram as primeiras mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná, e 2000, quando foi extinta a Polícia Feminina no Estado do Paraná, ocorreu a inclusão das mulheres na Polícia Militar do Estado. Os discursos institucionais procuram atribuir uma identidade à Polícia Feminina, a qual deveria ser incorporada pelas mulheres policiais. As Leis Estaduais, as normas da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) e a legislação interna da Polícia Militar proporcionaram definições identificadoras para a polícia feminina. Estas fazem parte de um processo de constituição da categoria polícia feminina e legitimaram as diferenças entre homens e mulheres no espaço institucional. As definições em lei da nomenclatura para a unidade policial feminina (Pelotão de Polícia Feminina) e das atividades destinadas às policiais, são discursos que atribuíram uma identidade à Polícia Feminina e à policial, em relação às identidades da Polícia Militar, do policial militar e de um modelo de feminilidade.

Uma instituição que historicamente é identificada com a masculinidade, cujas práticas e símbolos são culturalmente identificadores do masculino, precisou atribuir uma identidade para a alteridade feminina. Nesse processo algumas práticas e símbolos identificadores da Polícia Militar e do policial militar foram cedidos às novas integrantes.

Considerando que a identidade institucional manteve-se inalterada no período estudado, o objetivo deste capítulo é problematizar a construção de uma nomenclatura que identificasse a “unidade da polícia feminina” e as policiais, como parte do processo de atribuição de uma identidade para a Polícia Militar Feminina e para as policiais. A resposta para tais problemas foi construída com base na análise das fontes selecionadas e a partir dos conceitos de gênero (1995) e identidade (SCOTT, 2001a).

As fontes selecionadas foram as Leis Estaduais; os documentos da IGPM, que se encontram no arquivo da Polícia Militar; as diretrizes do Comando Geral da Polícia Militar; e os Boletins Gerais que se referem à Polícia Feminina e às policiais. Esses textos foram analisados, tendo-se como referencial teórico os estudos de Joan Scott (1994; 1995; 2001) e Pierre Bourdieu (1998b) e partindo-se do pressuposto de que a Polícia Militar do Estado Paraná mantém uma identidade coletiva fundada em ideais de masculinidade e se constitui como um espaço simbólico representativo do masculino.

O espaço simbólico da instituição, expresso nas comemorações, revela uma identidade generificada que norteia a organização institucional. A permanência de uma identidade institucional marcada por características identificadoras da masculinidade deve ser observada em relação ao poder daquele que escreve, sejam os textos comemorativos, sejam as leis. O poder simbólico, segundo Pierre Bourdieu, está no reconhecimento daqueles que “exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” e na “[...] crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, [...]” (BOURDIEU, 1998b, p. 14-15) Sendo assim, aqueles que assinam os documentos produzidos pela Polícia Militar e pelo Estado do Paraná são homens que têm legitimidade e são reconhecidos para exercerem esse poder. Quando o Comando Geral afirma que o quartel é um espaço de

homens bravos e fortes, ele mantém a identificação da Polícia Militar com o domínio do masculino.

Uma instituição de homens e identificadora de um ideal de masculinidade produziu leis e normas cujos textos atribuíram uma identidade à Polícia Feminina e às mulheres, construindo um ideal de mulher policial. Ao problematizar a identidade da policial, torna-se fundamental analisar os documentos institucionais, principalmente da legislação (leis, diretrizes, pareceres), pois considerando a afirmação de Joan Scott de que o gênero é “o saber a respeito das diferenças sexuais” e é uma forma de organizar as construções sociais, entre as quais as instituições (SCOTT, 1994, p. 11-27), nela está presente o saber que organizou e atribuiu uma identidade à Polícia Feminina.

O resultado desse processo, apropriando-nos das afirmações de Joan Scott (SCOTT, 2001a, p. 66), foi a constituição de novos sujeitos, novas identidades e da categoria polícia feminina no Estado do Paraná e na Polícia Militar. Para a autora, os sujeitos, as identidades e as categorias são construções discursivas cujos processos de constituição são marcados por conflitos e contradições. Além do mais, afirma Joan Scott que os sujeitos e as identidades estão sujeitos às condições definidas de existência, ação e exercício. (SCOTT, 2001a, p. 64-66) Sendo assim, não são imutáveis, mas resultam de processos políticos, sociais e culturais. (SCOTT, 2005, p. 29)

### **Um nome para o Outro: a atribuição de uma nomenclatura e a constituição de uma identificação**

Historicamente, o Estado e as suas organizações de poder, como as instituições militares e as polícias, são espaços ocupados por homens, cujos símbolos e práticas são identificadores de masculinidades. Os heróis, as fardas e as armas são construções simbólicas do Estado e de uma masculinidade identificada pela violência legítima, pela força e pela coragem.

Essas construções são produtoras de identidades de gênero, que se expressam em práticas, símbolos e leis que organizam e identificam o Estado e suas instituições.

A análise das instituições militares e policiais sob uma perspectiva de gênero é uma preocupação recente do meio acadêmico. Esses espaços são historicamente observados como exclusivos do sexo masculino, porém, há séculos foram também ocupados por mulheres. Da Antiguidade aos dias atuais, identifica-se a participação de mulheres nas guerras, mas sempre de forma restritiva, segundo conclusões de estudos realizados a partir da década de 1970, entre os quais os de Raymond Carie (2002) e as pesquisas publicadas no livro organizado por Susanna Tavera e Mary Nash (2003), pois não lhes era permitida a participação nos combates. Elas eram destinadas a outras atividades, como cuidar dos feridos. Porém, a existência de mulheres guerreiras pode ser localizada na história, na literatura, na mitologia e na religião, afirma Walnice Nogueira Galvão (1998, p. 11), mulheres que romperam com os padrões socialmente identificados como femininos e assumiram condutas culturalmente identificadas como pertencentes aos homens.<sup>1</sup> Para Helena Carreiras, as mulheres guerreiras contribuem para sustentar a hegemonia masculina, pois elas são vistas como uma transgressão, mulheres que romperam com “a ordem natural”, legitimando o domínio masculino no combate. (CARREIRAS, 2004, p. 12)

Michele Perrot afirma que a guerra é um ato viril e consolida os papéis tradicionais de homens e mulheres (PERROT, 1991, p. 532-533). No entanto, não é apenas a guerra que consolida as diferenças. Estudos confirmam que no final do século XX as instituições identificadoras dos

---

<sup>1</sup> Em seu livro sobre a Guerra do Paraguai, Francisco Doratioto afirma que o esquecimento historiográfico de Florisbela, mulher que pegou em armas e lutou na Guerra do Paraguai, e a constante referência a Ana Nery justifica-se pela identificação da segunda com o ideal de mulher, que é o de mãe e não o de guerreira. (DORATIOTO, 2002, p. 189-191)

guerreiros contemporâneos – Polícias e Forças Armadas – permanecem como domínio do masculino e os espaços de poder são majoritariamente ocupados por homens. (BROWN, 1996; JACKSON, 2006; CARREIRAS, 2004).

O ingresso de mulheres nos quadros permanentes das polícias e das instituições militares é um fato datado do século XX. No Brasil, o ingresso efetivo de mulheres em instituições armadas do Estado ocorreu em 1954, com a inclusão das primeiras mulheres na Guarda Civil de São Paulo. Na década de 1970 essa organização foi extinta e seu efetivo foi incorporado à Polícia Militar de São Paulo (MOREIRA, 2017). A segunda instituição policial militar a admitir mulheres no País foi a Polícia Militar do Paraná, em 1977 (MOREIRA, 2016; SCHAETAE, 2020). Em 1980 as mulheres foram admitidas na Marinha Brasileira, a primeira das Forças Armadas a admitir mulheres no seu quadro permanente, e até o final da década de 1990 ocorreu o ingresso de mulheres em todas as instituições militares brasileiras.

No final do século XX e início do século XXI, foram realizados os primeiros estudos acadêmicos sobre o ingresso de mulheres nas instituições militares e policiais. Entre os estudos brasileiros, um dos problemas abordados é sobre os motivos que possibilitaram a abertura dessas instituições militares para as mulheres. Entre estes estão os estudos de Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci sobre a “presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro”, instituição que criou a Companhia de Polícia Feminina em 1981. (2005, p. 29) Ambas concluíram que a abertura das polícias militares para as mulheres está relacionada à necessidade de “humanizar” e “modernizar” a imagem das polícias militares (2005, p. 28-29 e 55-56).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> No Brasil estudos mais recentes são das pesquisadoras Rosemeri Moreira (2017; 2016) e Andréa Mazurok Schactae (2020; 2016).

A ideia de que a presença de mulheres humaniza e moderniza a polícia militar também é afirmada por Mônica Carvalho Alves Cappelle. Apropriando-se da explicação de Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci, ela aponta que esses são os motivadores da abertura para o ingresso de mulheres na Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1981, com a criação da Companhia de Polícia Feminina. (CAPELLE, 2006, p. 165-168) Os dois estudos apontam para uma questão de marketing das polícias militares, pois, segundo as pesquisadoras, a abertura política e o processo de redemocratização do país criaram a necessidade de desconstruir a imagem das polícias militares, que estavam relacionadas à repressão dos governos militares.

A concepção de modernização e humanização também compõe o discurso da Polícia Militar do Paraná, como informa a pesquisa de Rosemeri Moreira, que analisou o processo de inclusão de mulheres nessa corporação. A historiadora observou que os textos da legislação que instituiu a Polícia Feminina, bem como o discurso do Comandante Geral, responsável por sua implantação, referem-se a tais ideias. Porém, a pesquisadora afirma que o contexto político e as questões relacionadas aos espaços ocupados pelas mulheres na sociedade também fazem parte desse processo de inclusão. (MOREIRA, 2007, p. 63-77)

A inclusão de mulheres na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que ocorreu no ano de 1985, com a criação da Companhia de Polícia Militar Feminina foi analisada por Márcia Esteves Calazans. (2003, p. 46) Ela concluiu que o ingresso de mulheres na polícia militar não se explica somente pelo processo de humanização e modernização, mas por outros motivos, entre os quais a crise da instituição policial, que por sua vez está relacionada a uma crise da valorização da “força física” e da “identificação tradicional com a figura masculina” (CALAZANS, 2003, p. 38 e 108). A pesquisadora afirma que a crise do uso da força, a partir de meados da

década de 1980, possibilitou o ingresso de mulheres na instituição, pois elas são identificadas como portadoras de diferentes valores vinculados a uma identidade policial militar menos violenta e mais estratégica. Outros motivos, como a transformação do mercado de trabalho e a constituição de novas identidades femininas; o processo de democratização do país, que gerou a crise do modelo de polícia existente nos anos de 1980; e a inserção do modelo de polícia cidadã são fatores que explicam o ingresso das mulheres nas instituições policiais. (CALAZANS, 2003, p. 38 e 108)

As mudanças nas políticas de gênero e nos espaços ocupados pelas mulheres nas sociedades ocidentais nas décadas de 1970 e 1980, relacionadas a questões específicas de cada instituição, são fatores que possibilitam o ingresso de mulheres nos quadros permanentes desses espaços masculinos, pois, como confirmam as pesquisas recentes, a participação de mulheres em tais espaços em tempos de guerra é comum. As mudanças ocorreram na presença permanente de mulheres nas instituições de violência do Estado e em períodos de guerra não declarada. A explicação para essa alteração, segundo Helena Carreiras, está nos fatores culturais, sociais e políticos, que se transformaram com a participação crescente de mulheres na sociedade e na política e as alterações no espaço militar com o desenvolvimento tecnológico e a profissionalização dos exércitos, que criaram condições para o recrutamento de mulheres. (CARREIRAS, 2004, p. 21)

Outro problema analisado nos estudos de instituições militares e policiais é que o ingresso de mulheres em instituições historicamente identificadas com a masculinidade não alterou as identidades institucionais. Construídas e mantidas em função de um ideal de masculinidade, essas instituições construíram uma identidade feminina para as mulheres militares que as diferencia do ideal de identidade institucional.

Para Orna Sasson-Levy, as práticas significadoras das identidades de gênero são definidas pelas identidades ideais e pelas mudanças nas relações sociais. Ao analisar as identidades das instituições militares, ela afirma que estas são marcadas pelas diferenças entre homens e mulheres, cujos significados historicamente construídos justificam a exclusão das mulheres das funções de combate. As atividades destinadas aos homens e às mulheres dentro das instituições militares, afirma a autora, mantêm construções identitárias de gênero dicotômicas e essencialistas. Essas construções reafirmam as instituições militares como masculinas e para ocuparem funções de poder dentro dessas instituições, as mulheres precisam assumir a identidade masculina que as caracteriza e rejeitar a identidade feminina que elas constroem para as mulheres. Ao assumirem a identidade de soldados, as mulheres subvertem as identidades de gênero e reafirmam o domínio do masculino. (SASSON-LEVY, 2003, p. 440-445)

A constituição de uma identidade militar e uma identidade feminina pelas instituições militares também são problematizações presentes nos estudos sobre a identidade militar de organizações brasileiras, entre os quais está o de Emilia Eni Takahashi, que afirma existirem poucos estudos sobre esse assunto no Brasil, entre os quais cita o estudo pioneiro de Celso Castro (1990). O objetivo da pesquisadora é analisar a construção da identidade militar entre os membros da Academia das Forças Armadas Brasileiras numa perspectiva de gênero. A construção da identidade nessa instituição militar é identificada como “um fenômeno psicossocial” (TAKAHASHI, 2002, p. 17), que está relacionado ao controle social e à obediência existente nesse espaço. A disciplina e a hierarquia são identificadas como características centrais da identidade militar.

Sua pesquisa valeu-se de entrevistas e documentos oficiais. Conclui que a instituição possibilita aos seus membros assumir vários papéis no espaço institucional. Esses papéis não são alterados com o ingresso de

mulheres, pelo contrário, são elas que precisam incorporá-los. As identidades dos membros presentes nos papéis incorporados são fundadas na hierarquia e na disciplina e a identidade coletiva é marcada pela oposição entre o militar e o civil. Nesse sentido, para Emilia Eni Takahashi (2002) as mulheres devem se constituir em militares e não em mulheres militares. Para se tornarem cadetes das forças armadas, as mulheres devem assumir uma identidade até então destinada aos homens. Porém, conforme a pesquisadora, as entrevistas revelam a permanência de construções históricas sobre as diferenças sexuais e os espaços de homens e mulheres nas instituições. Sendo assim, as mulheres são destinadas às atividades administrativas e deslocadas das funções de combate, pois, explicações de cunho biológico, físico e psíquico limitam os espaços ocupados pelas mulheres no interior do espaço militar (TAKAHASHI, 2002).

Tendo como objeto o ingresso de mulheres nas instituições militares a partir das mudanças políticas ocorridas na América Latina com o fim das ditaduras militares e da incorporação das mulheres nas Forças Armadas da OTAN, Maria Celina D'Araújo (2004, p. 439-459) defende que os militares construíram uma identidade feminina fundada na fragilidade física. Segundo o posicionamento dos oficiais entrevistados por ela, os homens devem proteger as mulheres e as instituições militares não podem designá-las para funções de combate, por serem indefesas e frágeis, prejudicando a ação. (D'ARAUJO, 2004, p. 444)

A construção de gênero no espaço institucional militar identifica as mulheres como naturalmente mais sensíveis e frágeis e os homens, como mais fortes e violentos. Essas características identificadoras do feminino e do masculino são entendidas como inerentes a ambos. Sendo assim, as atividades desempenhadas por homens e mulheres devem seguir essa “herança natural” de habilidades (CALAZANS, 2003, p. 48, 91-92 e 109), conforme constatação apresentada por Márcia Esteves de Calazans. A

pesquisadora identifica que a instituição tende a buscar uma construção hegemônica para identificar o policial militar e a violência é central nesse processo. Dessa forma, a Polícia Militar é um espaço da violência e de homens e, para tornar-se uma policial, a mulher deve agir como um policial militar. (CALAZANS, 2003, p. 11-113)

Para Mônica Carvalho Alves Cappelle, a Polícia Militar de Minas Gerais tem o policial herói como modelo para seus membros. É um campo de poder masculino e o espaço ocupado pelas mulheres na Polícia Militar é o das atividades socialmente aceitas como femininas. Por sua vez, as atividades de policiamento operacional são identificadas como masculinas e são para os homens. Assim, o perfil ideal de policial é fundado na virilidade, na bravura, na força e no heroísmo e o policial que trabalha na rua precisa ter essas características, logo, deve ser um homem. Para a pesquisadora, esse modelo dificulta o ingresso de um número maior de mulheres na Polícia Militar Mineira, cuja proporção em relação ao número de homens é de 5%. (CAPELLE, 2006, p. 340) Para ela, a Polícia Militar de Minas Gerais é uma instituição que possui uma identidade masculina, representada pelo uniforme e pelo militarismo, que são características homogeneizadoras e identificadoras de uma identidade única. Afirmando esse domínio da masculinidade estão as atividades destinadas às policiais dentro da instituição, que são as de assistente social, secretária e relações públicas, bem como a separação dos quadros, pois as mulheres pertencem ao quadro feminino, enquanto os homens, ao quadro policial militar. Porém, para serem boas profissionais, as mulheres foram treinadas para executar as funções de policial militar, mesmo que na prática não desempenhem as mesmas atividades atribuídas aos homens. (CAPELLE, 2006)

A existência das organizações militares como espaço do masculino, cujas identidades institucionais permaneceram inalteradas após o ingresso de mulheres, é uma constatação das pesquisadoras aqui comentadas. O

militar é identificado como masculino, pois o poder institucional e os símbolos identificadores da instituição são historicamente significadores de masculinidade.

As características do militar são identificáveis em objetos simbólicos, como a farda e a arma, e na organização hierárquica e disciplinar das instituições, que são expressas pela obediência aos superiores e às normas. Características que historicamente foram incorporadas em corpos de homens e reafirmadoras de uma identidade masculina fundada na virilidade, tanto para a instituição quanto para seus membros. Uma identidade, apropriando-nos de Pierre Bourdieu, “construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino [...]” (2007a, p. 67) Sendo assim, a identidade militar foi construída para afirmar a virilidade do homem e libertá-lo do perigo da feminilidade, para torná-lo forte e corajoso. Quanto mais alta a posição dentro da hierarquia, mais viril é o militar e mais homens ele terá sob seu comando. O ingresso de mulheres aprofunda o “medo do feminino” e insere nas instituições militares a necessidade da construção de um espaço para o feminino que seja diferente do masculino; é o que os estudos sobre o tema sublinham.

Essa constatação possibilita problematizar como a Polícia Militar do Estado do Paraná – cujo nome, práticas e símbolos foram historicamente construídos a partir de uma definição de masculinidade – atribuiu uma identidade para a mulher policial militar no final dos anos de 1970. Os novos membros, socialmente identificados com a feminilidade, não poderiam ocupar os lugares pertencentes aos homens e herdar uma identidade masculina. Foi necessário nomear o espaço feminino e as agentes mulheres, a fim de marcar a diferença.

Assim, a definição desse nome ocorre em relação à identidade da corporação, que é uma construção histórica que criou elementos

identificadores do grupo e de seus membros, bem como, vinculado ao ideal de feminino, compartilhado por aqueles que detinham o poder de nomear. Uma definição que é uma construção de identidades de gênero, pois conforme estudo de Aquiles Amparán sobre identidade, o processo de construção de identidade estabelece fronteiras e constitui lugares de poder. (AMPARÁN, 2002, p. 6-8)

Herdeira de uma identidade militar expressa no nome institucional – Polícia Militar do Paraná. A instituição policial militar paranaense era um lugar de poder e de homens policiais militares, pois o seu nome e seu quadro hierárquico representavam a força e a virilidade, características que culturalmente não pertencem às mulheres, mas aos guerreiros da Antiguidade, aos cavaleiros medievais e aos soldados das sociedades modernas. Assim, foram homens autorizados a elaborarem a legislação institucional redigiam os documentos que constituíram um lugar para as mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Para Michel de Certeau, o sujeito que detém o poder da escritura domina a linguagem e produz o saber que é inscrito em corpos. Os corpos são moldados pelo discurso, são inscritos pela lei. Prossegue o autor afirmando que “o discurso normativo só anda se já se houver tornado relato [...], uma lei historiada e historicizada, narrada por corpos”. (CERTEAU, 1994, p. 241) Inscrito em um corpo, o discurso confere-lhe uma identidade e ele “torna-se um fragmento da linguagem, um só nome, legível por outros [...]”. (CERTEAU, 2002, p. 242) O que não é nomeado está na margem, não tem um corpo escrito pelo discurso, de forma que “[perturba] a ordem construída”. (CERTEAU, 2002, p. 247-248) É o ato de nomear que organiza, cria e define uma identidade.

## **Inventando um nome e construindo relações de poder**

Antecedendo o ingresso das primeiras mulheres essa instituição do Estado do Paraná elaborou uma legislação que possibilitou a abertura de concurso para mulheres. Os textos desses documentos nomearam inicialmente a unidade destinada às mulheres como “Pelotão de Polícia Feminina”. O nome dessa organização é a primeira forma de identificação das mulheres policiais e foi instituído pela Polícia Militar do Paraná, pela Inspeção Geral das Polícias Militares<sup>3</sup> e pelo Governo do Estado do Paraná. A atribuição dessa denominação diferenciava as mulheres em relação à identidade institucional estabelecida e aos demais membros masculinos. Ao nominar a unidade feminina e as suas agentes a instituição constituiu uma ordem que incluí as mulheres na instituição, mas também às excluía da identidade institucional e da hierarquia estabelecida. Assim, mesmo pertencendo à instituição policial militar a unidade feminina e as mulheres policiais estão na margem a ordem institucional.

O nome identifica um sujeito, seja este uma pessoa ou uma instituição, em relação ao conjunto de outros sujeitos e indica uma singularidade, afirma Antonio da Costa Ciampa. Para “conhecer a identidade de alguém”, prossegue o autor, “a forma mais simples, habitual e inicial é fornecer um nome, um substantivo.” (CIAMPA, 1987, p. 62-63) Os substantivos e os adjetivos são inscritos nos corpos para dar-lhes identidade e ordenar os espaços sociais. Ao aceitarem a identificação instituída pela Polícia Militar, os membros da instituição assumem uma identidade e ocupam um espaço social constituído pelas diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres. A identificação do Pelotão Feminino definia um espaço para o feminino na Polícia Militar.

---

<sup>3</sup> Órgão do Governo Federal subordinado ao Ministério do Exército.

O ato de nomear o “Pelotão de Polícia Feminina” é uma construção que ocorre em relação ao saber sobre as diferenças sexuais existentes na Polícia Militar, no Estado do Paraná e na Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), no final dos anos de 1970. Sendo a Polícia Militar uma instituição identificadora do Estado, a legislação que criou e nomeou a Polícia Feminina foi assinada pelo Governador do Estado, que é quem detém o poder simbólico de nomear e reconhecer as mulheres como policiais.

As diretrizes de criação da Polícia Feminina do ano de 1977 e a de organização da Polícia Feminina do ano de 1979 são as leis que definiram o que identificaria uma policial. Para se tornarem policiais, as mulheres deveriam incorporar o texto da legislação. Para Michel de Certeau, não há lei “que não se escreva sobre corpos”. Pela inscrição da lei, os corpos se tornam parte da coletividade e são reconhecidos como pertencentes àquele espaço social. (CERTEAU, 1994, p. 231)

O texto impresso remete a tudo aquilo que se imprime sobre o nosso corpo, marca-o (com ferro em brasa) como o Nome e com a Lei, altera-o enfim com a dor e/ou prazer para fazer dele um símbolo do Outro, um dito, um chamado, um nomeado. [...]. O sofrimento de ser escrito pela lei do grupo vem estranhamente acompanhado por um prazer, o de ser reconhecido [...]. (CERTEAU, 1994, p. 232)

No ano de 1976, iniciou-se o processo de construção dos textos para constituir a policial e o seu lugar na instituição. O primeiro documento, que tem como objetivo “estabelecer as bases e os elementos essenciais para a atração, recrutamento e seleção de pessoal para formar o Pelotão de Polícia Feminina da PMPR”, (PMPR, Diretriz n. 009/76)<sup>4</sup> identifica com um nome a futura unidade policial militar. Uma denominação que indica

---

<sup>4</sup> Ao longo do texto foram utilizadas as abreviações: PMPR, para Polícia Militar do Estado do Paraná; BG, para Boletim Geral.

pertencimento e simboliza o poder da Polícia Militar do Estado do Paraná de nomear e dar reconhecimento à unidade feminina. No mesmo ano, no texto da lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, que possibilitou a implantação da Polícia Feminina, há referência à “criação de organização policial-militar feminina” (PARANÁ, Lei n. 6.774, 1976). Em 16 de junho do ano de 1977, a IGPM baixou uma portaria regulamentando a Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, a qual orienta e autoriza a criação de unidade de Polícia Feminina, conforme termo contido no documento (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Portaria n. 027/77, 1977, p. 16).

Os textos que antecedem a lei de criação da unidade feminina na Polícia Militar do Paraná identificaram-na de diferentes formas. Nos três documentos citados aparecem três nomes – Pelotão de Polícia Feminina da PMPR; organização policial militar feminina; Polícia Feminina. A nomenclatura que exclui o adjetivo militar foi utilizada duas vezes no documento da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) e em um documento da Polícia Militar do Estado do Paraná. Essa dificuldade em instituir uma nomenclatura identificadora da unidade feminina, percebida nas diferentes nomeações que são utilizadas, justifica-se pela construção cultural que universaliza as instituições militares como espaços pertencentes ao masculino. O universal não precisa ser nomeado, pois o poder de se constituir em militar pertence aos homens que incorporam as práticas e símbolos de uma masculinidade identificadora do militar. Logo, as mulheres não poderiam se constituir em militares, mas em “assemelhados” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Portaria n. 027/77, 1977, p. 16), isto é, não eram percebidas como iguais, pois biologicamente não possuíam as características para herdar o poder simbólico presente no adjetivo militar que significa a masculinidade.

A unidade ganha o adjetivo feminino e perde o militar para marcar a distinção daqueles que detêm o poder simbólico institucional e são estranhos à instituição. (BOURDIEU, 2007b, p. 18) Ao solicitar à Secretaria de Segurança do Estado a “criação da unidade de Polícia Feminina”, o Comandante Geral afirma que o “Pelotão de Polícia Feminina constituir-se-á no núcleo de uma Unidade policial-militar feminina” (PMPR, Ofício n. 273/76, 1977). Mesmo sendo reconhecida como uma “unidade policial-militar feminina”, o nome não a identifica como militar, mas como polícia feminina. O diferente no espaço militar são as mulheres e o ato de nomeá-las é a primeira forma de marcar as fronteiras entre o que é universal – o masculino – e o diferente – o feminino.

Esse processo de instituição de uma nomenclatura para a unidade de polícia feminina e a sua criação, ocorreram dentro de um processo de reestruturação da Polícia Militar do Paraná e das Polícias Militares Brasileiras. Trata-se de um período de transição que está relacionado às questões políticas nacionais de abertura e transição para a democracia. É nesse contexto de abertura política e reafirmação da identidade policial militar que a lei de 19 de abril de 1977, que criou o “Pelotão de Polícia Feminina” (PARANÁ, Decreto n. 3.238, 1977, p. 03-04).

No seu artigo primeiro, a lei instituiu legalmente a nova unidade, criando o “Pelotão de Polícia Feminina, nas formas do artigo 72 da Lei n. 6.774 de 08 de Janeiro de 1976”. O poder da lei cria e define o nome que identificou a unidade policial e que marcaria o corpo das mulheres que se tornariam policiais femininas no Estado do Paraná, um pelotão que foi constituído como uma “organização policial-militar” (PARANÁ, Decreto n. 3.238, 1977, In: PMPR, BG n. 078, 1977, p. 03-04), porém identificado como feminino. Essa tensão entre o militar e feminino reafirma ambigualmente a necessidade de construir um espaço feminino às margens da identidade institucional. Uma divisão historicamente construída e que

acompanha as relações entre o masculino e o feminino ao longo dos tempos.

Foi pelo poder da lei, que é sua voz, que o Estado nomeou e deu uma identidade para a mulher policial e a constituiu em policial feminina. Isso nos remete à Pierre Bourdieu, pois para ele “o direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, [...]”. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 237). Ele tem o poder de criar e nomear a organização que recebeu as mulheres e pelo ato de tal nomeação, afirma uma ordem estabelecida, criando um espaço feminino subordinado à corporação militar. A hierarquia da organização feminina não seria a mesma do espaço masculino, mas possuiria “determinados graus hierárquicos” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Portaria n. 027/77, 1977, p. 16; PMPR, Diretriz n. 009/76), o que significa que as policiais não poderiam ascender em todos os graus hierárquicos da corporação e sempre estariam subordinadas aos homens.

A “instrução para o recrutamento e seleção de pessoal para o Pelotão de Polícia Feminina”, para a inclusão no “Curso de Formação de Sargentos de Polícia Feminina (CFS/PF)” (PMPR, BG n. 115, 1977), foi publicada no dia 6 de junho do ano de 1977. No mesmo mês, foi publicado o edital do concurso para o “Pelotão de Polícia Feminina da Polícia Militar do Estado do Paraná” (PMPR, BG, 1977). Trata-se de documentos que se referem à unidade policial e às mulheres, indicando a construção de um lugar para o feminino na instituição. Esses mesmos documentos fazem referência a uma nova denominação, que define a existência de um novo curso dentro da instituição, que é o Curso de Formação de Sargentos de Polícia Feminina, pois até aquele momento existiam dois cursos, o de Formação de Sargentos Policiais Militares (CFC/PM), destinado aos policiais militares,

e o de Formação de Sargentos Bombeiros Militares (CFC/BM), destinado aos bombeiros. (PMPR, BG n. 219, 1977)

O início das aulas do Curso de Formação de Polícia Feminina ocorreu em 20 de novembro. (MOREIRA, 2007, p. 119) No dia seguinte, o Centro de Formações de Praças e o Comando Geral assinaram a Portaria com a “Norma para os procedimentos a serem adotados pelas integrantes do Curso de Formação de Sargentos Feminino”. (PMPR, Portaria do Comando Geral n. 232/77; PMPR, BG n. 219, 1977) Nessa portaria, foram definidas nomenclaturas para a identificação das mulheres que ingressariam na unidade feminina, até então identificadas como **policial feminina** ou **a policial militar**. Ficou definido que **a policial militar**, integrante do Pelotão de Polícia Feminina e matriculada no CFS Fem, seria identificada como “**aluna do CFS Feminino**”<sup>5</sup>, durante o processo de formação.

Em 16 de junho de 1978, a Polícia Militar do Paraná formou a primeira turma do “Curso de Formação de Sargentos Policial-Militar Femininos”. (PMPR, Boletim Informativo n. 01, 1978) No termo de encerramento, o curso é identificado como “Curso de Formação de Sargentos Feminino Policial Militar.” (PMPR, BG n. 108, 1978) Entre a abertura do concurso e o encerramento do curso, localizamos três denominações para o curso de sargentos feminino – Curso de Formação de Sargentos Femininos (CFS/Fem); Curso de Formação de Sargentos Policial-Militar Femininos (CFSPM/Fem); Curso de Formação de Sargentos Feminino Policial Militar (CFS Fem PM) – porém, a denominação mais usada foi a primeira.

No documento de promoção das alunas à graduação de sargento são utilizadas duas denominações para o recém-concluído curso. Primeiramente, o documento faz referência às “alunas egressas do CFS Fem PM”,

---

<sup>5</sup> Aluna do Curso de Formação de Sargento Feminino

que significa Curso de Formação de Sargento Feminino Policial Militar; a seguir, o nome citado é “Curso de Formação de Sargentos PM Fem”. As alunas que concluíram o curso foram promovidas, como determinava a lei anterior de criação do Pelotão, a Sargentos. As quatro primeiras colocadas foram promovidas à graduação de “2.º Sargento PF QPM 1-0” e as demais à graduação de “3.º Sargento PF QPM 1-0”. Mesmo tendo elas sido nomeadas como “Sargentos PF” (Sargentos Policial Feminina), a “Qualificação Policial Militar Geral” e a “Qualificação Militar Específica” adotada é a indicada na legislação de 13 de setembro de 1977, segundo a qual a QPM 1-0 é identificadora das “Praças Policiais Militares Combatentes” (ESTADO DO PARANÁ, Decreto n. 3.860, 1977), a mesma qualificação utilizada pelos homens, o que diferenciou foi a sigla PF. As várias formas de nomear as policiais é mais uma confirmação da dificuldade da instituição em identificar-las, inclusive elas são promovidas como combatentes.

No mês de setembro de 1978, em um elogio do Comandante do 5.º Grupamento de Incêndio de São Paulo, elas são identificadas como “as Sargentos Fem PM”. O elogio foi dirigido às “policiais-militares” do Batalhão de Polícia Feminina de São Paulo, onde as sargentos do Paraná realizavam um estágio. (PMPR, BG n. 116, 1978) Esse estágio, segundo Rosemeri Moreira, tinha por objetivo “padronizar a ação, o comportamento e a aparência das mulheres inseridas nas corporações militares” (MOREIRA, 2007, p. 158) e também significou um momento de definição das diferenças entre o feminino e o masculino na Polícia Militar. Uma definição que se expressa também no processo de nomeação, pois a multiplicidade de nomes presentes nos documentos institucionais faz parte do difícil processo de estabelecimento das diferenças entre o feminino e o institucional – como o masculino é historicamente constituinte da instituição, ele não é nomeado nos documentos institucionais –, o que indica a dificuldade das autoridades do Estado em denominar a alteridade, fato resultante de

tensões entre a identidade institucional, viril, que precisava ser mantida e a construção de uma identidade para a polícia feminina, que identificasse as mulheres policiais com a instituição, ao mesmo tempo em que as diferenciasse da identidade institucional.

Essa confusão de nomes que identificam o Curso de Formação de Sargentos, o Pelotão e a Graduação das policiais expressa que aqueles que detinham o poder simbólico de reconhecer a diferença tiveram dificuldades para construir uma identificação para as policiais. Em dois Boletins Gerais de meados de 1979, as policiais são identificadas como “os Sargentos PF” (PMPR, BG n. 104, 1979; PMPR, BG n. 128, 1979), indicativo da dificuldade da instituição – sendo esta incorporada em corpos masculinos que falam e agem em nome da instituição, a dificuldade de nomear, identificar e diferenciar essas mulheres é dos homens que redigiram os documentos – em definir um substantivo feminino, são reveladores, para nos apropriarmos de Pierre Bourdieu, dos “esquemas do inconsciente sexuado [...] [que são] estruturas históricas, altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social por sua vez altamente diferenciado e que se reproduzem através da aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços.” (BOURDIEU, 2007a, p. 124) A experiência dos homens da Polícia Militar com o corpo, a identidade e o espaço colocava muitas dificuldades para identificar a instituição como um espaço para mulheres, bem como nomear as mulheres que foram aceitas como agentes da Polícia Feminina.

Assim, o ato de definir uma nomenclatura está vinculado à constituição do feminino na Polícia Militar do Estado Paraná, pois ao nomear as mulheres policiais e construir uma unidade de polícia para elas, a instituição fundamentava a diferença entre o masculino e o feminino, bem como entre os femininos. É em relação a identidades supostamente homogêneas que se nomeia a mulher policial – um ideal de militar e um ideal de mulher

– e constitui-se a identidade da Polícia Feminina, a qual se pretende homogênea, todavia ao definir-se uma nomenclatura para a hierarquia feminina se estabelece a diferença entre as mulheres policiais e entre a hierarquia feminina e a masculina.

No edital, publicado em outubro de 1978, para “preenchimento de vagas no Pelotão de Polícia Feminina” (PMPR, Edital n. 001/78, In: PMPR, BG n. 196, 1978), destinadas ao “Curso de Formação de Soldados Feminino (CFSD/Fem)” (PMPR, BG n. 210, 1978), foi excluído da identificação do curso o adjetivo militar. Individualmente, as alunas que participaram do curso foram nomeadas como “Aluna Soldado Feminina” (Al Sd/Fem). Novamente, o adjetivo feminino marcava a diferença entre a identidade institucional e a identidade da policial feminina, que não é identificadora da instituição, pertencendo somente a ela.

A vinculação desse adjetivo como referência para a identificação da unidade e das policiais do Pelotão de Polícia Feminina, faz parte do processo de constituição de uma identidade marcada pela diferença entre o feminino, que é o singular, o diferente, enquanto o masculino é o coletivo, o igual. O feminino não é militar, está subordinado à instituição militar, pertence a uma unidade que está incluída na corporação, mas, no entanto está à margem da identidade militar da corporação. Trata-se, portanto, de uma inclusão problemática, a começar pela própria denominação particular que a unidade e suas integrantes recebem como se fossem um suplemento à ordem institucional.

Essa construção da diferença ocorre entre 1977 e 1979. A análise da Diretriz do Comando Geral n. 6, do ano de 1978, e a Diretriz n. 76, do ano de 1979, possibilita observar alterações na nomenclatura das polícias. Segundo o documento de 1978,

[...] os alunos matriculados nos cursos do CEFAP terão as seguintes designações:

a. No CAS, Curso de Especialização e Estágios

1) Sargento-Aluno;

2) Sargento-Aluna;

3) Cabo-Aluno;

4) Soldado-Aluno;

5) Cabo-Aluna;

6) Soldado-Aluna.

b. No CFS

1) Aluno-Sargento;

2) Aluna-Sargento.

c. No CFC

1) Soldado-Aluno;

2) Soldado-Aluna.

d. No CFSd

1) Aluno-Soldado;

2) Aluna-Soldado. (PMPR, BG n. 236, 1978)

O substantivo “aluna” ou “aluno” são os diferenciadores entre homens e mulheres nesse documento. Porém, como demonstrado anteriormente, não havia uma forma única de nomear as policiais, pois nos Boletins Gerais e Editais foram localizadas outras denominações. Estas, muitas vezes, são confundidas como a pretensa homogeneidade da identidade institucional e as mulheres são nomeadas como “aluna PM CFO” (PMPR, **BG** n. 219, 1979) e “Aluna PM” (PMPR, **BG** n. 237, 1979).

No ano de 1979 ocorreu uma alteração na definição da nomenclatura e o adjetivo feminino foi instituído legalmente, pela Diretriz n. 076, como definidor da diferença, alterando a nomenclatura definida pela legislação de 1978. Segundo afirmações do documento:

Até que seja definida a situação da Polícia Feminina com relação à Qualificação Policial-Militar Geral e Particular (QPM-G e QPM-P), mediante Decreto do

Poder Executivo, a policial-militar passa a ser identificada pelas abreviaturas e siglas, conforme [abaixo especifica]:

- 1) Soldado Sd PM FEM;
- 2) Cabo CB PM FEM;
- 3) Sargentos (3.º), (2.º), (1.º) PM FEM;
- 4) Aluna do CFO Al Of PM FEM;
- 5) Aluna do CFS Al Sgt PM FEM;
- 6) Aluna do CFC Al Cb PM FEM;
- 7) Aluna do CFSd Al Sd PM FEM.

(PMPR, Diretriz n. 076/7, 1979)

Ao se referir à identificação da policial, o documento busca padronizá-la dentro das graduações da corporação. O documento faz referência à forma de nomear as alunas do Curso de Oficiais (Al OF PM FEM), mas não há referência à identificação das praças especiais (as aspirantes a oficial) e às oficiais. Essa preocupação surge quando se formam as primeiras mulheres na Escola de Oficiais, no final do ano de 1981.

No mês de janeiro do ano de 1982, o Comando Geral da Polícia Militar encaminhou um anteprojeto à IGPM, solicitando a criação de um “Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino”, o qual previa a criação de uma vaga para 2.º Tenente Feminino, que seria deduzida das vagas de oficiais previstas para os homens. (PMPR, Ofício n. 079/82, 1982) Após ser aprovado pela IGPM, o documento foi encaminhado ao Governo do Estado do Paraná, juntamente com uma justificativa da necessidade de criação desse Quadro. Segundo o Comando Geral, “torna-se necessário criar um Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino (QEOPF) visando preencher uma lacuna na PMPR e, ao mesmo tempo, possibilitar as suas futuras integrantes o engajamento em quadro específico pela condição de serem mulheres.” (PMPR, Ofício n. 079/82, 1982) A criação do quadro define o poder das oficiais na instituição.

O nome do Quadro determina o lugar dessas oficiais na hierarquia militar como Oficiais de Policiamento Feminino, não como Oficiais Militares. O espaço de poder das oficiais ficou restrito à polícia feminina. Dentro da hierarquia militar, instituiu-se uma hierarquia de gênero, construindo espaços para as mulheres e as feminilidades e espaços para os homens e as masculinidades. Observa-se que a construção desses espaços femininos dentro da hierarquia são posteriores ao ingresso das mulheres.

A nomeação das graduações das praças e das patentes das oficiais femininas foi instituída após o ingresso das mulheres, indicando um descompasso entre a prática e a lei. A Diretriz de 1979 informa sobre a necessidade de definir a situação da Polícia Feminina em relação às qualificações das praças, pois após a formatura das primeiras sargentos elas foram promovidas com a mesma Qualificação Policial Militar (QPM)<sup>6</sup> dos policias combates, sendo elas identificadas como “3.º Sargento PF QPM 1-0” e “2.º Sargento PF QPM 1-0” (PMPR, BG n. 111, 1978), fato que deve ter causando um certo desconforto entre os homens graduados. Dois meses após essa publicação, elas não são mais identificadas como QPM 1-0, mas como Sargentos Fem PM (PMPR, BG n. 163, 1978) – naquele momento não havia o quadro para as policiais femininas. Com relação ao Quadro de Oficiais Feminino, houve resistência por parte de oficiais, identificada nos ofícios e nas justificativas que acompanham o anteprojeto de lei, bem como na fala dos entrevistados por Rosemeri Moreira. (2007, p. 109-110)

Um dos indícios de resistência é o longo processo de tramitação do anteprojeto de criação do Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino, que se iniciou em janeiro de 1982 e se tornou Lei em dezembro de 1983, com a criação do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminino (QOPM Fem). Nessa Lei, definiu-se a identificação das alunas do CFO como

---

<sup>6</sup> Quadro de qualificação dos policiais militares que atuam no policiamento ostensivo.

Alunas Oficiais PM Fem, bem como determinou-se como se identificariam as aspirantes e as tenentes. Seguindo a mesma identificação dos homens, foi acrescida a sigla “Fem” no final. Sendo assim, as policiais aspirantes formadas em 1981 foram identificadas como Aspirantes a Oficial PM Fem e, depois de promovidas, passaram a 2.º Tenente PM Fem. (PARANÁ, Lei n. 7.815, 1983)

Essa mesma Lei alterou a legislação de 8 de janeiro de 1976 e a organização feminina foi incluída no artigo que trata das “unidades operacionais da Polícia Militar” como “Batalhão, Companhia, Pelotão e Grupo de Polícia Militar Feminina (BPM Fem, Cia. PM Fem, Pel PM Fem, e GP PM Fem)” (PARANÁ, Lei n. 7.815, 1983), bem como criou qualificação para as praças policiais femininas. Após transcorridos seis anos da criação do Pelotão de Polícia Feminina, este foi legalmente identificado como uma unidade policial militar feminina e foram criados os quadros para identificação e qualificação das policiais. Segundo a Lei, “as praças Policiais-Militares, Bombeiros-Militares e Policiais-Militares Femininas serão agrupados em qualificações policiais-militares gerais e particulares (QPMG e QPMP)” (PARANÁ, Lei n. 7.815, 1983), sendo criada a Qualificação Policial-Militar Feminino (QPM-Fem).

No ano seguinte, em 1984, foi criada foi instituída a QPM 3-12 como quadro de identificação para as praças policiais femininas. A identificação de combatente (QPM 1-0) continuou identificando somente os homens policiais militares. (PARANÁ, Decreto n. 3.412, 1984) A identificação das policiais militares femininas e a constituição de um quadro próprio para elas conclui a definição de um espaço para o feminino dentro da corporação, legitimado por uma modalidade de policiamento, o feminino, restrito a atividades que a instituição e o Estado identificaram como pertencentes às mulheres. O combate ao crime e a execução da lei pertenciam aos homens.

No início dos anos de 1980, a unidade feminina foi nomeada pelo Estado como Militar e suas integrantes passaram a existir como parte das qualificações policiais militares, mas continuaram sendo femininas e não combatentes. A qualificação de combate é um espaço identificador e qualificador da masculinidade nas instituições militares e nas polícias, mesmo as não militares, como demonstram os estudos de gênero sobre organizações policiais. Para Cara E. Rabe-Hemp, a história e as práticas institucionais contribuem para a reprodução das identidades femininas e masculinas nas corporações policiais. (RABE-HEMP, 2009, p. 115)

Entre a primeira metade da década de 1980 e o ano de 2000, não ocorreram alterações nas leis e decretos do Estado, no que se refere à unidade de Polícia Militar Feminina. Em 2000 foram extintos o “Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem)” e “a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem)” (PARANÁ, Lei n. 12.975, 2000), ocorrendo a inclusão das policiais nos espaços até então destinados aos homens.

Esse processo de unificação ocorreu em todas as Polícias Militares do Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990 e início do século XXI.<sup>7</sup> A Polícia Militar do Paraná foi uma das últimas a unificar o quadro de oficiais e a qualificação de praças, incluindo as policiais ao quadro e à qualificação identificadora dos homens policiais. Segundo o texto da Lei:

As atuais integrantes dos quadros extintos passam a compor o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), a Qualificação de Praças Especiais Policiais Militares (Asp Of PM e Aluno Oficial PM) e Qualificação Policial Militar Geral 1 (QPMG-1) e a Particular QPMP-o, correspondentes com [sic] seus Postos ou Graduações, de acordo com a sua antiguidade relativa.

---

<sup>7</sup> A partir da segunda metade da década de 1990, até o ano de 2001, ocorreu o processo de extinção do quadro de polícia feminina na maioria das Polícias Militares Brasileiras. (SOARES; MUSUMECI, 2005, p.173)

§ 2.º. Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e o interesse público, ficam destinadas até 6% (seis por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares e Qualificações de Praças. (PARANÁ, Lei n. 12.975, 2000)

Mesmo não havendo muita clareza com relação à reserva de vagas destinadas ao ingresso de pessoas do sexo feminino, reservaram-se até seis por cento destas<sup>8</sup>, devido à “natureza especial da função de Policial Militar” (PARANÁ, Lei n. 12.975, 2000). Constata-se que a legislação não utiliza mais o discurso de *natureza feminina* para justificar a porcentagem do efetivo da instituição destinada às mulheres, como ocorreu na legislação que constituiu o espaço para a Polícia Feminina e suas agentes (PARANÁ, Decreto n. 3.238, 1977; BG n. 078, 1977; PARANÁ, Decreto n. 3.413, 1984), mas sim a ideia de que a atividade de policial militar possuiu uma natureza. Assim, uma construção histórica que identifica a função de militar como pertencente aos homens é naturalizada pela legislação para legitimar a diferença entre o feminino e o masculino. Além do mais, quando o texto da lei indica a extinção da Companhia e dos pelotões de Polícia Feminina, os quais, em meados da década de 1980, foram nomeados como militares, não aparece nas suas nomenclaturas o substantivo militar. Esse fato é um indicativo de que a dificuldade da instituição e o Estado em nomear as mulheres como militares permaneceu até a extinção da Polícia Feminina.

---

<sup>8</sup> No ano de 2005, a Lei n. 14.804 estabeleceu: “Art. 1.º. Fica alterado o § 2.º e acrescidos §§ 3.º, 4.º e 5.º ao art. 1.º, da Lei n. 12.975, de 17 de novembro de 2000, com a seguinte redação:

“§ 2.º. Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino.

§ 3.º. Fica permitido o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM), nas Qualificações de Praças Especiais Bombeiros-Militares (Aspirante-a-Oficial BM e Aluno Oficial BM) e de Praças Bombeiros-Militares Geral 2 (QPMG-2), e na Particular QPMP-o”. PARANÁ. Lei n. 14.804. Curitiba, 20 de julho de 2005.

Entre os anos de 1977 e 2000, foi instituída uma identidade ao pelotão e à companhia feminina, bem como às suas integrantes. O processo de construção de um nome para a unidade de polícia feminina e para as policiais foi marcado pela resistência do Estado e da Polícia Militar em nomear as mulheres como militares. Isso indica um medo de masculinizá-las e, principalmente, feminizar a instituição policial militar, pois a “imposição de um nome [...]”, afirma Pierre Bourdieu, “é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser [...]. É fazer ver alguém o que ele é e ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade.” (BOURDIEU, 1998a, p. 100-101) O início de desconstrução desse medo é a unificação dos quadros, porém, foi uma unificação relativa, pois em relação ao efetivo mantém-se o controle sobre o número de mulheres que ingressam na instituição. Porém, antes da unificação, as leis foram inscritas nos corpos das mulheres e elas incorporaram a identificação instituída pela Polícia Militar, a fim de serem reconhecidas pela corporação. Nessa construção discursiva, a função da mulher é o cuidado e do homem é o combate. É a partir dessa relação entre o cuidado e o combate que se definem quais espaços da polícia são femininos, quais são masculinos.

A partir de 2000, todos os membros da instituição são policiais militares e estão submetidos a uma legislação única. Isso não significa uma desconstrução total das diferenças instituídas a partir do ingresso das primeiras mulheres, pois a construção dessa divisão entre os sexos não está restrita à Polícia Militar. Conforme afirma Pierre Bourdieu, são relações de poder que estão presentes em outros espaços sociais e “as mudanças visíveis que afetam a condição feminina, mascaram a permanência de estruturas invisíveis.” (BOURDIEU, 2007a, p. 126) Mudanças na lei não significam uma ruptura com o que foi instituído ao longo do tempo, com

a colaboração da produção do conhecimento histórico, que legitima a guerra e as instituições armadas como espaços da masculinidade.

## Referências

AMPARÁN, A. C. **Sociologia de la identidad**. México: Universidad Metropolitana/ Miguel Ángel Perrúa, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1998a.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

BROWN, J. Integrating women into policing: a comparative European perspective. In: PAGON, Milan. **Policing in Central and Eastern Europe: Comparing firsthand knowledge with experience from the West**. Ljubljana, Slovenia: 1996. Disponível em: <<http://www.ncjrs.gov/policing/contents.html>>. Acesso em: 10/08/2008.

CALAZANS, M. E. de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Programa de Mestrado em Psicologia, UFRG, Porto Alegre, 2003.

CAPPELLE, M. C. **O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais**. Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CARIE, R. **A mulher militar: das origens aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CARREIRAS, H. **Gender and the military**: a comparative study of the participation of women in the Armed Forces of Western Democracies. Thesis. Department of Political and Social Sciences. European University Institute, Florence, 2004.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'ARAUJO, M. C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Castro; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.439-459.

DORATIOTO, F. **Maldita Guerra**: uma nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GALVÃO, W. N. **A donzela-guerreira**: um estudo de gênero. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

JACKSON, L. A. **Women Police**: gender, welfare and surveillance in the twentieth century. USA: Manchester University Press, 2006.

MOREIRA, R. **“Entre o escudo de minerva e o manto de Penélope”**: a inclusão de mulheres na Polícia militar do Estado do Paraná (1975-1981). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

MOREIRA, R. **Entre o mito e a modernidade**: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2016.

MOREIRA, R. **Sobre mulheres e polícias**: Polícia Feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964). Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2017.

MOREIRA, R.; SCHAETAE, A. M. (org.) **Gênero e Instituições Armadas**. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2016.

PERROT, M. S. In: FRAISSE, G; PERROT, M. (dir.) **História das mulheres no Ocidente: O século XIX**. Porto: Afrontamento, 1991, p 503-539.

RABE-HEMP, C. E. **Police women or police Women?** Doing gender and police work. *Feminist Criminology*, vol. 4, n. 2, Abril, 2009, p. 114-129, p. 115. Disponível em: <<http://fcx.sagepub.com>>, Capes, 09 de junho de 2009. Acesso em 20 ago 2010.

SASSON-LEVY, O. Feminism and military gender practices: Israeli women soldiers in “masculine” roles. *Sociological Inquiry*, vol. 73, n. 3, August, p. 440-465, 2003.

SCHAETAE, A. M. **Vestir a farda: masculinidade(s) e feminilidade(s) na Polícia Militar do Paraná**. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2020.

SCOTT, J. Feminismo e historia. In: **La Correa Feminista**, nº 15. México, verano/otoño 1996, p. 109-122. Disponível em: < [hojasdewarmi8\\_547\\_021269\\_3328\\_pdf](http://hojasdewarmi8_547_021269_3328_pdf)>. Acesso em: 19 de ago. de 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise história. **Educação e Realidade**, n. 20, vol. 2, p.71-99, 1995.

SCOTT, J. W. Experiência. **La Ventana**, n. 13, p. 42-72, 2001. Disponível em: <<http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventan/volumenes/ventana13.htm>> Acesso em: 13 ago 2009.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SCOTT, J. W. Prefácio a Gender and Politics of History, **Cadernos Pagu**, nº 3, 1994, p. 11-27.

SCOTT, J.W. Fantasy Echo: história e a construção da identidade. **Labrys: Estudos Feministas**, nº 1-2, jul/dez. 2002.

SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres Policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TAKAHASHI, Emilia E. **Homens e mulheres em campo**: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese do Curso de Pós-Graduação em Educação – UNICAMP, Campinas, 2002.

TAVERA, S.; NASH, M. (Eds). **Las mujeres y las guerras**: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua y la Contemporânea. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.

### **Fontes**

BOLETIM GERAL. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná, 1975-1980. Arquivo Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Curitiba.

BOLETIM GERAL. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná, 1982-1986. Arquivo do 2º Grupamento de Bombeiro (2º GB), Ponta Grossa.

BOLETIM GERAL. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná, 1986-2000. Arquivo do 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), Ponta Grossa.

ESTADO DO PARANÁ, **Decreto** n. 3.238, 1977, In: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, **Boletim Geral** n. 078, 1977, p. 03-04.

ESTADO DO PARANÁ, **Decreto** n. 3.412, 1984.

ESTADO DO PARANÁ, **Lei** n. 12.975, 2000.

ESTADO DO PARANÁ. **Lei** n. 7.815, 1983.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Portaria** n. 027/77, Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasília, IGPM, 16 de junho de 1977.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Portaria n. 027/77**, Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasília, IGPM, 16 de junho de 1977.

PARANÁ. Decreto n. 3238, 19 de abril de 1977. In. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 078**, 27 de Abril de 1977.

PARANÁ. **Lei n. 6774**, Lei de Organizações Básicas da Polícia Militar do Estado do Paraná - LOB. Curitiba, 08 de janeiro de 1976.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, **Edital n. 001/78**, In: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, **Boletim Geral n. 196**, 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, **Ofício n. 079/82**, 1982.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, **Portaria do Comando Geral n. 232/77**. In: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, **Boletim Geral n. 219**, 1977

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 009/76**. Curitiba, 1976. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 076/79**. Curitiba, novembro de 1979. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 273**. Curitiba, 07 de março de 1977. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

## **Autoras e Autores**

### **Ana Flávia Braun Vieira**

Possui licenciatura em História (2009-2012), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas (2013-2015) e doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2016-2020). É membro do grupo de pesquisa Geografia e História: patrimônio cultural e memória social, do Laboratório de Geografia Humana do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que vem trabalhando para o tombamento do Cemitério Harmonia como patrimônio cultural de Telêmaco Borba. Tem experiência com pesquisas em História Oral, História Regional e Sociologia do Esporte e do Lazer, perpassando temas como memória, identidade e meios de comunicação. Atualmente desenvolve pesquisas acerca da Teoria dos Processos Civilizadores aplicada à análise de figurações brasileiras.

### **Miguel Archanjo de Freitas Junior**

Possui doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2009), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000). Professor do Departamento de Educação Física da UEPG, professor do Programa Stricto Sensu em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG); Líder do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade; membro do grupo de Pesquisa Futebol e Sociedade. Diretor da Agência de Inovação e Propriedade Intelectual da UEPG. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em História, Sociologia, Antropologia da Educação Física e do Esporte, atuando principalmente em pesquisas ligadas a questões históricas e sociais do futebol.

### **José Aparicio da Silva**

Graduado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004), instituição pela qual concluiu Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas (2008) e atuou como professor colaborador de 2007 a 2010. Atualmente é Professor de História do IFPR e Coeditor da Todapalavra Editora. Tem experiência na área de História, com ênfase em História com projetos, atuando principalmente nos seguintes temas: análise de conjuntura, espaço e sociabilidades e cinema-história.

### **Maximilian Ferreira Clarindo**

Doutor em Geografia (UEPG). Mestre em Gestão do Território (UEPG). Atua como pesquisador no grupo Interconexões. Atualmente estuda os saberes e práticas locais, desde abordagens complexas e decoloniais do pensamento científico. Sua produção está centrada nos seguintes temas: benzedeiras, comunidades quilombolas, microterritorialidades urbanas e redes geográficas de socialização de saberes, medicina popular (Geografia da Cura e do Sagrado), estratégias sociais de amortização de problemas e novas perspectivas para um novo mundo (*Buen Vivir*). Dedicar-se na discussão dos enfoques humanísticos e culturais da Geografia da Saúde. Esporadicamente produz ensaios relacionados com a temática da segurança pública, cidadania e direitos humanos.

### **Nicolas Floriani**

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Realizou pós-doutorado financiado pela CAPES (2015) nas Universidades de Los Lagos (Chile), Alberto Hurtado (Chile) e Ladyss, Paris X (França) enfocando a relação das comunidades rurais tradicionais e as florestas do sul do Chile e sul do Brasil. Fez estágio de doutorado financiado pela CAPES (2006) no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss-Paris X), enfocando a etnopedologia em territórios agroecológicos. de Mestre em Ciências do Solo e Engenheiro Agrônomo ambos pela UFPR. Prêmio Nacional 'Melhor Tese' em Ambiente e Sociedade (ANPPAS, 2008). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atua como professor no Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da UEPG. Atua como pesquisador colaborador internacional do projeto FONDECYT 1171827? Coastal Behaviors Settings: Por una Antropología de la Reconstrucción Territorial en el Archipiélago de Chiloé? ligado ao Programa ATLAS - Analisis Territorial Local Aplicado y Sustentabilidad (Universidade de Los Lagos, Chile). Foi colaborador internacional do Projeto Fondecyt, Chile (1140598) "Antropología del Bosque" (Univ. Alberto Hurtado, Univ. de Chile, Univ. Austral de Chile). É integrante do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da rede CASLA-CEPIAL ([redecasla.cepiial.blogspot.com](http://redecasla.cepiial.blogspot.com)). Sua pesquisa está direcionada atualmente à investigação dos saberes e das práticas locais de territórios rurais alternativos (agroecológicos) e tradicionais (faxinalenses e quilombolas). Para tanto, apóia-se em uma abordagem complexa que lhe permita pôr em diálogo a geografia, a antropossociologia e a agroecologia com os saberes locais de natureza. É coordenador do Projeto Unitinerante: Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e Bem Viver, pela Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI, 2019-atual). Líder do Grupo de Pesquisa Interconexões saberes, práticas e política de natureza (UEPG-CNPq).

**Daniel José Gonçalves**

Possui graduação (2005) e mestrado em Letras (2008) pela Universidade Federal do Paraná e Especialização em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2014). Atualmente é doutorando em Letras pela Universidade de São Paulo e professor no Instituto Federal do Paraná. Tem experiência na área de Literatura Brasileira, com ênfase em Poesia Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: interseccionalidades, identidade, campo literário, poesia e cultura, poesia e ideologia.

**Andréa Mazurok Schactae**

Professora do Instituto Federal do Paraná, Campus Telêmaco Borba, coordenadora do Grupo de Estudos Cultura, Identidades e Gênero do IFPR, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná e professora do Mestrado ProfHistória UEPG/UFF. Possui graduação em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1999); mestrado em História, pela Universidade Federal do Paraná (2003); e doutorado em História, pela Universidade Federal do Paraná (2011). Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, identidade, mulher policial, mulher policial militar, instituições armadas, história da Revolução Cubana e representações.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**

**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**